



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 36 - Nº 705 - DE 7 A 20 DE JANEIRO DE 2024 - R\$ 5,00

## **32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**

**RETOMAR O CAMINHO DAS REVOLUÇÕES  
PROLETÁRIAS E DO INTERNACIONALISMO  
MARXISTA-LENINISTA-TROTSKISTA**

**O capitalismo em decomposição  
potencia a escalada bélica**

**COMBATER COM A POLÍTICA DO PROLETARIADO  
AS GUERRAS NA UCRÂNIA E NA FAIXA DE GAZA  
PÔR EM PÉ A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA**

**Um ano do governo burguês de  
Lula e da frente ampla**

**ORGANIZAR A OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA SOBRE A  
BASE DO PROGRAMA PRÓPRIO DOS EXPLORADOS**

**Assimilar e aplicar o programa e a orientação da IV Internacional  
nas condições atuais de desintegração do capitalismo**

# A crise mundial exige unidade anti-imperialista das correntes de esquerda

Está cada vez mais evidente que o capitalismo adentrou em uma das fases mais avançadas da crise internacional desde a Segunda Guerra Mundial. O imperialismo empurra países e regiões inteiras a conflitos e guerras. É o que se passa na Europa, no Oriente Médio e na África. A situação da Ásia caminha para o mesmo terreno minado e inflamado. A América Latina não deixa de sofrer os reflexos da decomposição das relações mundiais. Ao se observar o quadro geral, se tem visível o agravamento da guerra comercial, os choques entre as fronteiras nacionais, as disputas acirradas pelas fontes de matérias-primas, a projeção gigantesca do capital financeiro parasitário e a frenética escalada militar.

Apesar de o capitalismo ter alcançado uma capacidade de produção muito superior ao período da Segunda Guerra Mundial e ter estreitado ainda mais os laços econômicos entre as nações, a pobreza, a miséria e a fome continuam a golpear as massas em grande magnitude. Apesar de potenciar as forças produtivas em níveis muito superiores desde a década de 1950, as potências imperialistas se distanciaram ainda mais dos países de economia atrasada e semicolonial. Nesse marco de reconstrução do pós Segunda Guerra, de salto nos avanços tecnológicos e na produtividade do trabalho, as forças produtivas voltaram a se chocar com as relações capitalistas de produção e com a camisa de força das fronteiras nacionais.

Esse fenômeno foi reconhecido, estudado e explicado, sobretudo, pelo marxismo-leninismo nas duas primeiras décadas do século passado, que ampliou o conhecimento das leis de transformação da história, preparou programaticamente o proletariado para a revolução socialista, edificou o partido bolchevique, respondeu do ponto de vista de classe à Primeira Guerra e possibilitou abrir um horizonte às contradições do capitalismo da época imperialista por meio da Revolução Russa e da constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Um grande progresso tomou forma no sentido de abrir caminho para a transição do capitalismo ao socialismo, impor novas derrotas à burguesia e unir a classe operária em torno à revolução mundial.

A vitória da revolução chinesa, por sua vez, quatro anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, resultou no segundo maior desastre para o imperialismo. Criaram-se novas condições para a luta internacional do proletariado e da maioria oprimida, embora a fração imperialista vencedora, dirigida pelos Estados Unidos, saísse fortalecida, não apenas pelo seu imenso poder econômico e militar, como também pela política de colaboração do governo soviético de Stalin. A derrota da Alemanha no Leste Europeu, o processo revolucionário que se gestou no seio das massas e a expropriação do grande capital compuseram uma relação de força favorável à luta de classes e à transição do capitalismo ao socialismo.

A reorganização do imperialismo se dirigiu a reconstituir as forças produtivas sob sua direção, a combater as conquistas revolucionárias dos explorados e dos povos oprimidos e a forçar passagem à restauração capitalista na URSS e na China, e assim liquidar todas as revoluções. A desintegração dos regimes que estiveram sob a guarda do Kremlin, no Leste Europeu nos anos de 1980, a liquidação da URSS em 1991 e a ampla penetração do capital imperialista na China a partir de meados dos anos de 1970 deram completa supremacia ao imperialismo norte-americano. A vitoriosa “Guerra Fria” interrompeu e retrocedeu o curso da revolução mundial. Auxiliou o imperialismo a momentaneamente administrar a retomada dos choques das forças produtivas com as relações de produção, que estiveram na base da Primeira e Segunda Guerra.

Não era possível, no entanto, superar as leis da história que colocaram o capitalismo no seu mais alto patamar de desenvolvimento e que determinaram o seu irremediável processo de decomposição. O marxismo-leninismo-trotskismo caracterizou essa fase superior do capitalismo como de crises, guerras, revoluções e con-

trarrevoluções. As contrarrevoluções se impuseram levando à destruição da URSS, a mais avançada cidadela da revolução mundial. Arrastou a China para a restauração capitalista. O acontecimento histórico mais surpreendente se estampa na elevação da China a uma potência econômica que passou a encarnar a contradição entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção, e a expressar o esgotamento da partilha do mundo realizada durante e após a Segunda Guerra Mundial. Nota-se o quanto os conflitos e guerras atuais encontram suas raízes nas duas grandes guerras. E o quanto a contrarrevolução se valeu e se vale das guerras generalizadas. Consta-se a interdependência das guerras com as revoluções e com as contrarrevoluções.

O sentido dessa explicação se deve aos imperativos do momento que vêm da guerra na Ucrânia, da guerra na Faixa de Gaza e das guerras na África. Em fevereiro, a conflagração no território ucraniano completará dois anos. Esteve colocada a possibilidade de os Estados Unidos empurrarem a União Europeia à guerra com a Rússia, uma vez que a Ucrânia é um pião em disputa. A OTAN foi concebida para a possibilidade de uma conflagração contra a ex-URSS. Esse era um curso possível da contrarrevolução. A disputa pelo controle da Ucrânia é parte desse processo contrarrevolucionário. Os perigos de um envolvimento geral da Europa permanecem. Os Estados Unidos não conseguiram a incorporação da Ucrânia na União Europeia e na OTAN, mas avançaram na Finlândia e na Suécia. A disputa territorial onde se assentou a URSS é de ordem estratégica para o capital internacional. Sobreveio a guerra do Estado sionista de Israel contra os palestinos na Faixa de Gaza. Está armado mais choque militar nesse campo de combate, em que se tornou o Oriente Médio desde a Primeira Guerra Mundial, tendente a generalizar-se. Completaram-se três meses de bombardeios diários com mais de vinte e dois mil palestinos mortos. Os Estados Unidos garantem a continuidade do genocídio com suas armas apontadas para o Irã e países árabes, principalmente para o Líbano e Síria.

Os ataques dos houthis iemenitas aos navios que servem aos interesses do imperialismo no Mar Vermelho vêm servindo de motivo para os Estados Unidos ameaçarem uma intervenção no Iêmen. Israel bombardeia o Líbano e mata um dirigente do Hamas. Em seguida, os Estados Unidos atacam no Iraque e assassinam um comandante de uma organização militar pró-Irã. No Irã, um atentado a bomba mata dezenas de manifestantes que homenageavam o general Qassim Suleimani assassinado em um atentado por Estados Unidos. O Estado Islâmico reivindicou a operação terrorista. Mas, se sabe que o maior interessado na crise são os Estados Unidos e Israel. Na Ásia, a Coreia do Norte diz preparar-se para o intervencionismo dos Estados Unidos e a escalada militar do Japão e Coreia do Sul. O governo norte-americano acusa a Rússia de usar armamentos norte-coreanos, para justificar o recrudescimento do cerco ao regime adversário. Em qualquer uma dessas regiões conflagradas, pode desencadear-se uma guerra chefiada pelos Estados Unidos, envolvendo a Rússia, China, Irã e outros aliados. Se depender das forças em choque, por enquanto localizadas, a escalada militar continuará ascendendo.

As grandes manifestações pelo fim do genocídio na Faixa de Gaza expressam as forças sociais capazes de fazer frente ao imperialismo. A classe operária está em atraso diante da tarefa de pôr em pé um amplo movimento anti-imperialista. A guerra na Ucrânia ensejou os primeiros sinais na Europa, mas não prosperou. Isso se deve à profunda crise de direção. A responsabilidade das correntes de esquerda que se reivindicam do socialismo está posta à luz do dia. Têm de romper sua adaptação ao capitalismo e à democracia burguesa. A crise mundial exige uma poderosa unidade anti-imperialista sobre a base da luta de classe e da defesa da estratégia revolucionária do proletariado.

# Abaixo a ditadura de classe da burguesia e sua democracia oligárquica

## Por um governo operário e camponês

O ano de 2023 foi difícil para a classe operária e demais trabalhadores. O desemprego, o subemprego, a informalidade, as perdas salariais, a pobreza, a miséria e a fome continuaram a golpear as condições de existência da maioria oprimida. É sintomático que tenha aumentado o número de moradores de rua, pedintes e crianças servindo de mão de obra superexplorada, bem como recrudescido o trabalho escravo. As favelas se ampliaram e adensaram. A opressão sobre as mulheres e os negros continuam a marcar profundamente a divisão de classes e a polarização entre a ultra-minoria rica e a imensa maioria pobre. Os camponeses não apenas não progrediram econômica e socialmente, como regrediram em sua condição de classe oprimida pelos latifundiários e agroindustriais. Os indígenas não contaram com a prometida proteção do Estado, tendo de ceder forçosamente terreno a madeireiros, garimpeiros e fazendeiros. O sistema de saúde público permaneceu no atoleiro das discriminações sociais do capitalismo putrefato. O sistema público de ensino não foi além do pouco alcançado em seus muitos anos de existência. Não conseguiu manter um grande contingente de jovens que trabalham e que se acham cronicamente desempregados. Uma ampla camada da classe média que no passado vinha em ascensão social enfrenta o rebaixamento. O narcotráfico e todo tipo de violência que se movem no seio da maioria oprimida se projetaram. As chacinas praticadas pelas forças policiais assombraram as favelas e bairros operários paupérrimos. Os presídios continuam superlotados, e as facções do crime organizado ampliaram sua força interna junto à massa de presidiários. As políticas públicas fracassam independentemente da orientação ideológica do governo. A diretriz mais avançada da “inclusão social”, alicerçada no Bolsa Família, serve tão somente para remediar a catástrofe social que mantém sua marcha ascendente, embora tenha tido altos e baixos de acordo com a situação econômica do momento e com o volume da intervenção assistencial do Estado.

Esse conjunto que expõe a real situação do país do ponto de vista das necessidades elementares das massas espelha a brutal dominação da classe burguesa e o sentido da governabilidade. Indica que as massas populares não podem esperar uma mudança a seu favor, enquanto a burguesia mantiver seu controle sobre os meios de produção e, portanto, sobre o Estado. É “natural” que todo novo governo procure mostrar aos explorados que tem as chaves para as soluções imediatas das dores de que padecem. Mas, seja qual for a chave, se volta para as portas do capital, e não para as do trabalho. Todos apresentam seus planos como se fossem os melhores para promover o crescimento econômico, criar empregos e aumentar a renda da população. Há aqueles que pedem paciência aos trabalhadores, porque terão de arcar por algum tempo com as medidas antipopulares. Os bons frutos logo virão depois de um plantio complicado e difícil. Há aqueles que pedem confiança nas reformas que estão a caminho e que são feitas com menos sacrifícios do que o desejado por setores da economia. Assim é porque, ao mesmo tempo em que se tomam decisões duras, o governo faz de tudo para diminuir as desigualdades sociais. Em resumo, há governo que não tem como dourar a pílula diante de medidas duras, e outros que precisam dourar a pílula para impor as medidas duras.

É a situação econômica, política e social que determina, em última instância, as formas e métodos da governabilidade burguesa, que inevitavelmente serve, no final das contas, aos proprietá-

rios dos meios de produção e exploradores da força de trabalho. Bolsonaro esteve mais para o primeiro caso; Lula está mais para o segundo. Aqueles que lutam em favor dos oprimidos devem reconhecer essa distinção, sem, contudo, ocultar seu conteúdo de classe comum e sua função de servir à dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada, ou, historicamente mais precisa, de prosseguir com a ditadura de classe da burguesia. Essa ditadura é melhor disfarçada aos olhos da classe operária e dos demais trabalhadores pela democracia burguesa. Mas, se revela no conteúdo e aplicação das contrarreformas que agravam ainda mais as condições de vida da maioria. Um exemplo claríssimo é o da contrarreforma trabalhista, outro, o da previdenciária. Tratam-se de dois casos de imposição que se traduz em maior exploração, maior pobreza e maior miséria. Se se olhar por todos os lados, tais medidas servem de proteção aos lucros dos capitalistas dos ramos de produção e dos capitalistas das atividades financeiras – ambos estão entrelaçados por meio do grande capital, e ambos estão interessados em manter o parasitismo da gigantesca dívida pública. A equação mecânica consiste em sacrificar ainda mais as condições de existência da maioria trabalhadora, para proteger os lucros parasitários obtidos nas transações da dívida pública.

---

***Lula, ao manter as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, o faz em defesa dos banqueiros e de todos os detentores dos títulos da dívida pública. O desmonte da CLT vem permitindo aos capitalistas implantarem a terceirização e impulsionarem o trabalho informal. Para isso, precisam da máxima liberdade para demitir e substituir parte da força de trabalho por salários menores e aviltados.***

---

Lula, ao manter as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, o faz em defesa dos banqueiros e de todos os detentores dos títulos da dívida pública. O desmonte da CLT vem permitindo aos capitalistas implantarem a terceirização e impulsionarem o trabalho informal. Para isso, precisam da máxima liberdade para demitir e substituir parte da força de trabalho por salários menores e aviltados. Assim, em particular, uma parcela dos capitalistas, detentora do grande capital, principalmente as multinacionais, é protegida para aplicar as novas tecnologias e reduzir o número de trabalhadores. A reforma da Previdência, por sua vez, aumentou o tempo de serviço e dificultou ainda mais a um número significativo de trabalhador alcançar a aposentadoria. A economia com a Previdência foi destinada a manter a alta dívida pública e a brutal carga de juros. Vozes do mercado financeiro já reclamam que é preciso fazer uma nova reforma previdenciária. Nem bem Lula resolveu reduzir a imensa fila do INSS, o capital parasitário assinalou que terá impacto negativo sobre as contas públicas, ou seja, prejudicará a diretriz governamental de sustentar a dívida pública.

A governabilidade de Lula depende da manutenção das contrarreformas dos governos anteriores, adversários do PT e de sua aliança de esquerda. Tanto Lula quanto Dilma Rousseff em seus governos anteriores já haviam contribuído com contrarreformas,

mas não tão amplas e profundas como as trabalhista e previdenciária. Está em andamento no Congresso Nacional a contrarreforma administrativa, que visa ao funcionalismo público em determinadas funções. É bem provável que prosperará, se os trabalhadores não se rebelarem. Como se trata de uma ação potencial, a questão está em se prevenir e se organizar para a luta. O fato é que sob o governo Lula se vem aprovando medidas que somente na aparência estariam distantes das contrarreformas. Pode-se dizer que o Marco Temporal é produto da direita parlamentar vinculada aos latifundiários. O governo vetou e os congressistas derrubaram o veto presidencial. Mas, se trata de um jogo. Houve governistas que se empenharam para a sua aprovação. O PT nada fez para pôr em pé um movimento de defesa dos indígenas. Certamente, o governo vai continuar o jogo no Supremo Tribunal Federal (STF). O fundamental está em que essa ofensiva da frente parlamentar da agricultura evidenciou a hipocrisia burguesa sobre a proteção e preservação dos direitos históricos das nacionalidades índias.

O governo obteve apoio parlamentar para aprovar a reforma fiscal e se pôs à frente da reforma tributária que hibernava há trinta anos no Congresso Nacional. Lula recebeu muitos elogios de setores capitalistas. No primeiro caso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confeccionou uma peça para substituir o teto de gastos adotado pelo governo Temer. O aperto fiscal significa arrecadar mais do que gastar, obtendo-se assim um superávit primário, que exclui o dispêndio com os juros da dívida pública. O compromisso de Lula com a sustentação da dívida pública - necessária para entregar em juros 6,8% do PIB, correspondentes à exorbitante taxa Selic, determinada pelo Banco Central, que incide sobre o montante do endividamento de R\$ 6,2 trilhões - determina sua posição pró-contrarreformas antinacionais e antipopulares. No segundo caso, a promessa da reforma tributária é de destravar a economia, impulsionar o seu crescimento e abrir postos de trabalho. No entanto, nada garante que uma redistribuição de impostos sob novas regras resultará em aumento da arrecadação correspondente à gigantesca dívida pública e à montanha de juros. Os capitalistas investem pouco na produção e especulam muito na esfera do capital financeiro. E, ao Estado, restam migalhas para alavancar a economia. No essencial, os impostos são pagos em última instância pelos consumidos, cuja maioria é de pobres e miseráveis.

A meta de retomar o protagonismo da indústria não passa de um desejo do nacional-reformismo. O Brasil está condenado a manter sua sina histórica de país semicolonial, subordinado aos ditames da economia mundial regida pelas potências. A predominância do parasitismo financeiro mundialmente, de um lado, e a alta capacidade produtiva da indústria, de outro, levaram o País a ser produtor e exportador de produtos agrícolas e de matérias-primas. Essa base histórica não tem como ser modificada nos marcos do capitalismo. As contrarreformas, que vão das alterações nas relações de trabalho à maior desnacionalização da economia - servem ao retrocesso das forças produtivas industriais e à consagração das forças produtivas agrárias e extrativistas. Trata-se de uma relação contraditória típica dos países semicolônias, e dos condicionamentos da divisão mundial do trabalho determinada pelo domínio imperialista, ou seja, pela supremacia do capital financeiro. É sintomático que o governo Lula, que posa de reformador progressista, se bata por chegar ao déficit fiscal zero, atendendo às recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), e, ao mesmo tempo, esperneie para sobrar algum recurso em caixa sem o qual não pode tocar as obras públicas e manter os programas assistenciais como o Bolsa Família, que é diminuído em relação ao montante de juros entregue aos parasitas e à progressão da dívida pública.

O conflito do governo com o Congresso Nacional em torno à desoneração da folha de pagamento é um bom exemplo da armadilha na qual o nacional reformismo se encontra preso. O governo

de Dilma Rousseff desonerou a folha de pagamento para que os capitalistas das indústrias pagassem menos impostos. Quem arcou com o prejuízo foi o INSS e o Tesouro Nacional. A desoneração não evitou a queda econômica, não protegeu as forças produtivas industriais e não impediu o aumento da taxa de desemprego. Ajudou tão somente os capitalistas a preservarem sua taxa de lucro nas condições de crise econômica. Agora, o ministro Haddad foi derrotado pela oposição no Congresso Nacional, que derrubou a MP da desoneração da folha de pagamento. Lula recorreu ao veto. O impasse ainda está por ser resolvido, tamanha é a pressão dos 17 setores industriais que se valeram da bondade de Dilma Rousseff e que agora ameaçam com as demissões.

Nenhum setor capitalista aceita reduzir seu espaço na economia, para que o governo chegue ao déficit zero e tenha uma sobra de recursos para sustentar os parasitas da dívida pública. A solução está em promover as contrarreformas que recaem sobre a força de trabalho e os setores mais débeis da economia. As multinacionais se dão o luxo de fechar fábricas, como se passou com a Ford e LG, de imporem acordos que ferem os direitos mais elementares da classe operária, como o mais recentemente ditado pela Volkswagen e de demitirem em massa, como ocorreu semanas atrás na General Motors.

Desde a crise mundial de 2008 e da crise que se aprofundou no Brasil, no período de 2015-2016, o proletariado e os demais trabalhadores vêm sendo golpeados pelas contrarreformas desfechadas desde o cume do Estado burguês e impostas pelo tacão da democracia oligárquica. As esquerdas e as direções sindicais que não veem que a democracia não passa de um regime político - o melhor que a burguesia criou -, afeita à ditadura de classe dos exploradores, acabam auxiliando os governos a descarregarem todo o peso da desintegração do capitalismo sobre a maioria oprimida. Esse compromisso com a democracia oligárquica levou as direções políticas e sindicais - de variadas tendências - a abandonarem bandeiras como não pagamento da dívida pública, reforma agrária, redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, salário mínimo real, direito irrestrito de greve, fim das privatizações e reestatizações. Essas reivindicações, embora ainda limitadas ao capitalismo, se chocam com os interesses da burguesia, com as políticas governamentais e com os ditames da democracia oligárquica. Permitem mobilizar os explorados com seus métodos próprios de luta, como as greves setoriais, a greve geral, os bloqueios, as manifestações massivas, as ocupações de terra e autodefesa contra a violência reacionária dos opressores.

Lula acaba de anunciar reajuste do salário mínimo, que passou de R\$ 1.320 para R\$ 1.412. Segundo o Dieese, o necessário para uma família viver dignamente, apurado em novembro, seria de R\$ 6.294,71. O reajuste de R\$ 92 é miserável e está de acordo com a linha das contrarreformas. Os sindicatos e centrais deveriam ter rejeitado e mobilizado em defesa do salário mínimo vital. Não há como não reconhecer que as direções colaboracionistas, abertas ou ocultas, se encolheram diante das contrarreformas, das ações políticas emanadas do Congresso Nacional e das pressões patronais. Não poderiam assumir o combate sobre a base das reivindicações fundamentais justamente porque atingiam não apenas este ou aquele capitalista, mas também, e principalmente, a democracia oligárquica e a governabilidade burguesa. A estratégia democratizante do nacional-reformismo e das esquerdas centristas implica na prática abandonar o programa próprio de reivindicações dos explorados e, assim, se contrapor à estratégia da revolução social.

É nesse processo concreto de avanço das contrarreformas e de suas implantações pela classe capitalista que emerge a crise de direção revolucionária do proletariado. Sem uma direção amplamente vinculada às necessidades e lutas dos explorados, que encarne o programa da revolução social, a burguesia administra suas crises descarregando-as sobre a maioria oprimida. É o que fizeram

os governos do PT no passado e que fazem agora com Lula na presidência da República. Há que prestar muita atenção, no entanto, que, do ponto de vista objetivo, está em marcha a revolução social, única via para os pobres, miseráveis e famintos se defenderem e acabarem com o regime capitalista de opressão.

A vanguarda com consciência de classe, ainda embrionária, tem em suas mãos a estratégia da revolução e ditaduras proletárias. É

preciso popularizar a bandeira do governo operário e camponês e trabalhar pela constituição de uma frente única anti-imperialista voltada a amadurecer as condições subjetivas para a revolução social. A tarefa de constituir uma oposição revolucionária ao governo Lula responde a esse objetivo estratégico, aos métodos de luta e à tática revolucionários correspondentes.

## Um ano de governo do ultradireitista Tarcísio de Freitas

Depois de quase três décadas de governos do PSDB, Tarcísio de Freitas, do partido Republicanos, sem nenhum vínculo com o estado de São Paulo, venceu as eleições de 2022 graças à campanha de Jair Bolsonaro, fundamentalmente no interior do estado. Na capital, o petista Fernando Haddad derrotou Tarcísio. Um enorme aparato financeiro e uma potente campanha nos meios de comunicação conseguiram imprimir a Tarcísio a máscara de homem de “perfil técnico”, pouco afeito à “política” e grande “empreendedor”. Essa imagem e os fartos recursos permitiram que houvesse a substituição do desgastado PSDB.

Nesse primeiro ano de governo, Tarcísio procurou administrar o estado evitando reascender a polarização eleitoral que esteve na base de sua eleição em 2022. Para isso, atendeu aos chamados de Lula (PT) e se aproximou do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Dois importantes acontecimentos, convocados por Lula, contaram com o apoio de Tarcísio. O primeiro, no dia 9 janeiro, logo após a tentativa de golpe promovido pelos bolsonaristas, destinado a condenar as depredações do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal. Descaradamente, se portou como democrata ao lado de outros governadores direitistas e ultradireitistas em defesa do “Estado de Direito”. O segundo, ocorreu no momento em que Lula anunciou os recursos do PAC aos estados e municípios. Nesse episódio, ocorrido em 12 de dezembro, Lula presenteou o bolsonarista Tarcísio com R\$ 10 bilhões para obras do PAC. Com ares de surpresa, por ter sido escolhido para falar em nome de todos os governadores, Tarcísio aproveitou para anunciar que empregaria os recursos do BNDES na edificação da malha ferroviária para trens de alta velocidade entre São Paulo e Campinas e expansão do transporte público sobre trilhos. Certamente, para que possa utilizar como passaporte para as próximas disputas eleitorais.

Da mesma forma que procurou estabelecer uma relação amistosa com seu adversário político Lula, se aproximou do prefeito direitista de São Paulo, Ricardo Nunes, do MDB. Esse jogo é próprio da política burguesa. Tarcísio, assim, nesse primeiro ano de governo, acenou para Lula, Nunes, mas sem descuidar de seu eleitorado bolsonarista, que exigia o cumprimento do programa de governo. Para isso, contou com o experiente politiquês Gilberto Kassab (do PSD), que ocupa o posto de articulador político do governo.

O seu programa de governo tem como fundamento o fortalecimento do Estado policial e a expansão da privatização. Para a execução, Tarcísio nomeou dois homens com vasta experiência nesses campos e fez valer a política de compra de deputados na Assembleia Legislativa. Na chefia da Segurança Pública, conta com o Capitão Guilherme Derrite, ex-comandante da sanguinária ROTA. Na educação, o empresário Renato Feder. Na Assembleia Legislativa, trabalhou para que o deputado do PL (partido de Bolsonaro e base de apoio dos Republicanos no governo), André do Prado, fosse eleito com a quase totalidade dos votos, incluindo os do PT.

No entanto, as duas secretarias, Segurança e Educação, ao implementarem o programa de governo, enfrentaram muitas críticas. No caso do comando de Derrite, o estopim foi a Operação Escudo, desfechada no litoral paulista (Guarujá), no mês de julho, que assassinou 28 pessoas, a maioria jovens. A política de fortalecer o Estado policial fez com que em sete meses 185 pessoas fossem assassinadas, um crescimento exponencial de 24% em relação ao mesmo período de 2022. O que causou críticas principalmente da pequena burguesia e declarações de entidades de direitos humanos, como a OAB. Apesar das críticas, Tarcísio continuou firme com sua política de fortalecimento da “segurança pública”, investindo em pouco tempo R\$ 640 milhões em equipamentos (novas viaturas, armas, coletes, munição e tecnologia). Não à toa o resultado foi o crescimento de 24% da letalidade policial e 157 mil encarceramentos, principalmente dos jovens pobres e pretos. A justificativa se resumiu “A gente não pode deixar a nossa sociedade refém da bandidagem”. Uma justificativa que agrada camadas da pequena burguesia temerosa com o crescimento dos assaltos e roubos. Em seu discurso de final de ano, Tarcísio voltou a evidenciar que, em 2024, a prioridade será a “segurança pública”.

A secretaria da Educação foi colocada a serviço da expansão da privatização. Renato Feder decidiu, primeiramente, não aderir ao Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) do MEC, substituindo-os pelos materiais digitais. Essa conduta causou indignação de intelectuais, docentes das universidades, movimentos pró-educação e sindicatos. Não houve outra saída para Tarcísio a não ser voltar atrás da decisão, mas sem abolir a pretensão de avançar com as plataformas digitais, que são adquiridas de empresas privadas, com as quais Feder tem íntimas relações. Nem bem acalmou a situação, vieram as denúncias de distribuição de materiais pedagógicos repletos de erros grosseiros de história, biologia, matemática, física etc. Novamente, Feder esteve sobre o fio da navalha, porque as críticas indicavam a sua substituição. Como as reclamações não ganharam força nas ruas, novamente Tarcísio contornou a situação, recolhendo os tais materiais. Diante da solicitação por parte do Sindicato da Educação de realização de concurso público, Feder criou um concurso de fachada. Anunciou 15 mil vagas para 295 mil inscrições. Inventou uma avaliação de vídeo-aula e entregou para a Vunesp conduzir o processo. Inúmeras foram as denúncias, que foram parar na Justiça. O governo, assim, não pôde, até o momento, validar o concurso com a efetivação dos aprovados. Apesar desses atropelos, Tarcísio entregou à Assembleia Legislativa a sua decisão de cortar 5% dos recursos da educação. Valendo-se das férias escolares, repassou 50 escolas estaduais para o município, dando continuidade à municipalização. Tarcísio, também, não acatou as orientações do MEC de suspensão das Escolas Cívico-Militares e do Novo Ensino Médio. Mesmo com todos esses problemas, mantém seu braço privatista no comando da Secretaria da Educação.

**CONTINUA** →

Em meio a esses esbarrões, o bolsonarista Tarcísio segue firme com seu plano de combate à política do MST de assentamentos. Tarcísio colocou em prática o Programa Estadual de Regularização de Terras, que visa atender a um antigo pleito dos fazendeiros que ocuparam terras devolutas. Boa parte se concentra no Pontal do Paranapanema e está sendo usada para o plantio de cana-de-açúcar e criação de gado. Em setembro, Tarcísio entregou os títulos de propriedades, mediante uma compra simbólica, porque foram adquiridas com desconto de até 90%. Essas terras devolutas estavam destinadas aos assentamentos de camponeses sem-terra. Para impor esse programa, Tarcísio fez o mesmo que Bolsonaro, ou seja, entregou título de propriedade para algumas famílias de assentados. Trata-se de um duro ataque aos camponeses pobres, que almejam ser assentados nessas terras devolutas. Nas palavras do governador ultradireitista: “Nós vamos acabar com o conflito agrário no nosso estado”.

***Mas, foi com o plano de privatização da Sabesp, Metrô e CPTM que Tarcísio mostrou sua força. Enfrentou duas greves, puniu os sindicatos com multas milionárias, demitiu lideranças do Metrô e despejou rios de dinheiro para obter o apoio dos deputados, para aprovar a privatização da Sabesp, no início de dezembro. Nem bem concluiu esse feito, já anunciou o cronograma de privatização do Metrô e CPTM.***

Mas, foi com o plano de privatização da Sabesp, Metrô e CPTM que Tarcísio mostrou sua força. Enfrentou duas greves, puniu os sindicatos com multas milionárias, demitiu lideranças do Metrô e despejou rios de dinheiro para obter o apoio dos deputados, para aprovar a privatização da Sabesp, no início de dezembro. Nem bem concluiu esse feito, já anunciou o cronograma de privatização do Metrô e CPTM.

Nesse breve balanço de um ano de governo Tarcísio, o que chama atenção é a ausência de luta por parte das direções sindicais e movimentos. Tarcísio enfrentou três greves: as de 3 outubro e 28 de novembro da Sabesp, Metrô e CPTM e a da USP, em fins de setembro. Juntamente a do Metrô, Sabesp e CPTM, o governo direitista se viu pressionado pelos movimentos contrários à privatização e ao sucateamento dos serviços públicos. No caso da USP, contou com a burocracia universitária e com as direções colaboracionistas para amortecer o impacto da greve. Em relação às privatizações,

as direções sindicais não conseguiram transformar as paralisações de 24 horas em greve por tempo indeterminado. Ao contrário, conduziram o movimento à denominada pressão parlamentar, o que favoreceu o plano de Tarcísio iniciar a privatização com a Sabesp. Em relação à educação, a direção da Apeoesp não organizou a luta para combater os planos privatizantes de Feder, realizou apenas uma assembleia, mas destinada a apoiar a política dos parlamentares do PT na Assembleia Legislativa. O movimento estudantil secundarista permaneceu acuado, mesmo diante do fechamento de salas, dos descalabros do Novo Ensino Médio e da farsa do

Provão Paulista para ocupar uma vaga nas universidades. Diante da venda de terras devolutas, nem a Frente Nacional de Luta no Campo e na Cidade (FNT), dirigida por José Rainha, nem o MST, sob o comando de seu dirigente histórico, João Pedro Stédile, não se colocaram por armar a luta contra a entrega de terras públicas aos fazendeiros. Tarcísio aproveitou as inúmeras acusações de fazendeiros contra José Rainha para exigir da Justiça sua prisão, que ficou preso de março a junho, portanto, meses antes da concessão de terras do Pontal do Paranapanema. O MST, por sua vez, criticou o programa de regularização de terras de Tarcísio e se limitou a recorrer à Justiça a venda de terras que eram destinadas aos assentamentos.

A vanguarda com consciência de classe tem pela frente o combate ao governo ultradireitista em São Paulo e ao governo de frente ampla na Presidência da República. Mas tem um obstáculo, que são as direções sindicais e populares, que se encontram sob a linha política de conciliação de classes. São direções que sabem do risco de se erguer uma mobilização contra o plano privatista e as medidas antipopulares de Tarcísio, pois poderia atingir o governo do PT.

O POR tem defendido a necessidade de impulsionar um movimento em defesa das reivindicações dos trabalhadores e da juventude oprimida, com a convocação de um Dia Nacional de Luta. Faz parte desse enfrentamento, a defesa de um conjunto de bandeiras, dentre elas a estatização e a reestatização das empresas já entregues, a partir da expropriação, sem indenização, colocando as empresas sob o controle operário, a luta pelos empregos e direitos trabalhistas. O combate pela educação pública, gratuita, laica, voltada à produção social. E o apoio às reivindicações do movimento sem-terra e de moradia. Trata-se de uma luta geral dos explorados, que só pode se dar no terreno da ação direta.



**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Dezembro de 2023

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



## Resposta do Boletim Nossa Classe

### *Aos operários, camponeses e demais trabalhadores*

## Não somos um só povo como diz o Lula/PT

Em pronunciamento no dia 24 de dezembro em rede nacional, o presidente Lula, representante da burguesia (patrões) no poder do Estado, entre outras demagogias e mentiras, declarou: “somos um mesmo povo e um só país”. Concluiu dizendo “que no ano que vem sigamos unidos, caminhando juntos, rumo à construção de um país cada vez mais desenvolvido, mais fraterno, mais justo para todas as famílias”.

Lula e o PT, que a mais de 30 anos vêm fazendo alianças e defendendo os interesses da burguesia nacional e internacional, querem fazer a classe operária e demais explorados acreditarem que o povo brasileiro é um só, que no Brasil somos todos iguais. A mentira é deslavada, mas há explorados que acreditam. O povo, a sociedade brasileira, como em todos os países, está dividida em classes sociais, com interesses totalmente opostos, antagônicos. De um lado, temos a burguesia (patrões), que são uma minoria exploradora, donos dos meios de produção e capital - fábricas, terras, bancos etc. Do outro, o proletariado (trabalhadores assalariados), que possui unicamente a força de trabalho para vender aos patrões em troca de um salário, que, para a maioria, não alcança para manter suas famílias. A classe operária, os camponeses pobres, os povos originários, os estudantes e demais explorados não podem jamais “seguir unidos, caminhar juntos” com seus exploradores, com seus verdugos capitalistas, como quer o Lula.

O governo Lula manteve as reformas previdenciária e trabalhista e a lei da terceirização aprovadas por Temer e Bolsonaro,

que acabam com os direitos, precariza as condições de trabalho e torna impossível a aposentadoria. Lula mantém o pagamento da dívida pública, que alcançou R\$ 6,19 trilhões, ao capital financeiro. Somente em 2022 o governo pagou R\$ 1,879 trilhão, apenas de juros, amortizações e vencimento de títulos da dívida pública. Os grandes empresários do agronegócio receberam R\$ 363 bilhões de ajuda do governo. Enquanto isso, para os trabalhadores, maior exploração e miséria. O governo burguês de Lula, decretou o valor de R\$ 1.412 para o novo salário-mínimo. Segundo dados do IBGE, 34.766 milhões de trabalhadores registrados recebem até um salário-mínimo, impossível de manter as necessidades básicas, condenando assim os trabalhadores e suas famílias à fome e miséria. O sistema de saúde e educação estão cada dia mais sucateados. Os trabalhadores e a população pobre adoecidos morrem na fila do SUS, esperando para fazer uma cirurgia ou tratamento. Bastam esses dados para entender que o governo Lula governa para os capitalistas e não para a maioria explorada.

A classe operária e demais explorados devem exigir que os sindicatos e centrais sindicais rompam com o governo burguês de Lula e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação de uma greve geral, em defesa dos empregos, salários e direitos. Devemos constituir uma frente de oposição revolucionária, que tenha como estratégia a expropriação da burguesia do poder por meio de uma revolução social e a constituição de um governo operário e camponês.

## Nota do Boletim Nossa Classe

### **Lula concede um reajuste de R\$ 92,00 ao salário mínimo**

### **Onde está a “valorização” prometida nas eleições?**

O novo salário mínimo teve um aumento vergonhoso de R\$ 92,00, passou de R\$ 1.320,00 para R\$ 1.412,00, em 1º de janeiro de 2024. Segundo Lula, este valor corresponde a 6,8% de reajuste, superando os 3,8% da inflação oficial. Os dirigentes sindicais chegaram a comemorar o novo valor. Hipocritamente, disseram que foi uma vitória, porque elevará o poder de compra do trabalhador. E que se conseguir manter esse ritmo de recomposição gradual anual acima da inflação, haverá um reaquecimento da economia brasileira.

Os burocratas chegaram a apresentar um cálculo do Dieese, baseado na comparação do valor do salário e aquisição de cestas básicas, como uma vitória. Ignorou na composição salarial que existem vários itens necessários para o sustento do trabalhador e sua família. Tomou como exemplo o salário em 2023 que equivalia a 1,67 cestas básicas, com o novo reajuste, que resulta em 1,83 cestas básicas.

O cinismo do governo Lula é tão grande que decretou a sobrevivência do trabalhador e sua família ao valor de menos de duas

cestas básicas. Isso se ele estiver empregado e não estiver endividado. Procura, assim, iludir os pobres e miseráveis que seu governo é de “valorização” do salário mínimo e de retirada de milhões da fome. Se deixar por conta dos capitalistas e seus governos o cálculo dos salários, a força de trabalho continuará sendo desvalorizada para garantir os lucros dos proprietários dos meios de produção.

Nos países de capitalismo atrasado, semicolonial, como o Brasil, a situação do trabalhador é cada vez pior. A burguesia e seus governos jamais poderão conceder um salário mínimo vital, necessário para manter a família trabalhadora. Sequer consegue recompor o poder de compra do salário mínimo implantado na década de 1930. Estão submetidos às diretrizes do capital financeiro, que estão voltadas à sustentação do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Está aí por que a luta pelo salário mínimo vital se choca com os interesses da burguesia e dos governantes. E só pode se dar no terreno da luta de classes. Faz parte do programa de reivindicação da classe operária e dos demais explorados, juntamente a defesa

dos empregos e salários. A política de conciliação de classes das direções sindicais e de sustentação da governabilidade de Lula são obstáculos que devem ser enfrentados para recuperar os sindicatos,

que só pode se dar por meio da independência política e organizativa diante dos governos burgueses, que inclui o governo de frente ampla de Lula/Alckmin.

São Paulo

## Distribuição do Boletim Nossa Classe na Pirelli e no Polo São Mateus

A entrega do Boletim Nossa Classe na Pirelli ocorreu no dia 12 de dezembro. Os operários receberam bem o boletim e muitos vieram buscar. Ficou evidente que estão cientes das demissões que assolam os companheiros de outras fábricas e que as direções sindicais vêm traindo a categoria, através de acordos espúrios e de conluio com os patrões. Um operário chegou a dizer que pegam o nosso boletim pois sabem que não é material do sindicato, da direção pelega. Também informou que a Pirelli está demitindo os sequelados (operários que adoecem porque trabalham com borracha crua). Os militantes puderam responder que o sindicato é o organismo de luta da categoria, mas que sua direção não é de luta.

E que a tarefa dos operários é construir uma oposição classista no interior das fábricas, para expulsar do sindicato essa direção traidora.

A distribuição no Polo São Mateus atingiu duas fábricas, Clever e T-Shara. Constatou-se duas realidades distintas. Na Clever, está ocorrendo demissão, há uma grande rotatividade e os salários são miseráveis. Na T-Shara, o que existe é a contratação de universitários pelos programas do estágio remunerado. Os operários de ambas as fábricas se mostraram receptivos com a presença dos militantes do Nossa Classe.

**O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.**

São Paulo

## Ato contra o aumento das tarifas de transportes

As entidades estudantis, UNE, UEE-SP, UPES, DCEs e outras, convocaram uma manifestação contra o aumento das tarifas do Metrô, CPTM, ônibus de algumas cidades (a capital decidiu não aumentar, por enquanto) e os intermunicipais (EMTU), ato que ocorreu no dia 4/1, com concentração no MASP e passeata até a Praça Roosevelt. Compareceram algumas centenas de pessoas, predominantemente jovens. O POR esteve presente com o seu panfleto, montou banca com os materiais de propaganda e pôde fazer uma intervenção no carro de som (ver transcrição do pronunciamento abaixo).

As direções do ato aplicaram uma linha política de defesa contra o aumento e de passe livre para todos. O primeiro aspecto está correto, indica uma luta defensiva, que possui uma grande importância diante da realidade de mais de 80 milhões de brasileiros pobres e miseráveis, pois a elevação das tarifas agrava a pauperização das massas. A linha defendida pelo POR foi a de colocar em relevo a questão do aumento do custo de vida. A decisão do governador ultradireitista, Tarcísio de Freitas/Republicanos, de fixar a nova passagem em R\$ 5,00 (custava R\$ 4,40), implica uma maior dilapidação do salário dos trabalhadores, com o gasto médio com transporte chegando a 15,6% do novo valor do salário mínimo, que é de R\$ 1.412,00.

A questão salarial, portanto, deveria assumir uma centralidade nesta luta. O que, por sua vez, coloca a necessidade de as direções sindicais tomarem a dianteira do combate, em aliança com o movimento estudantil. O POR defende a bandeira de salário mínimo vital, que corresponde ao valor suficiente para sustentar o trabalhador e sua família, a ser calculado pelas assembleias – a militância do POR defende que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo calculado pelo DIEESE, que é de R\$ 6.294,71, com reajuste automático (ou seja, sobem os preços, aumentam os salários). O problema está no imobilismo das direções sindicais, que nada fazem para protestar

contra o aumento das passagens. Como se vê, a unidade entre os trabalhadores, em especial o proletariado, e a juventude oprimida depende da superação da política atrasada, burocrática e desmobilizadora das direções sindicais.

A questão da unidade também esteve colocada desde outro ponto de vista, especificamente o da relação entre as entidades estudantis, a grande maioria dirigida pelo PCdoB, PT, UP e correntes do PSOL, e o Movimento Passe Livre (MPL). Este convocou uma manifestação para o dia 10/1, poucos dias após a data fixada pelas entidades, o que fragmenta a luta, enfraquece a mobilização. Obviamente, não se trata de uma questão de princípio, há momentos em que pode se justificar até a convocação de atos diários, considerando um nível mais intenso de agudização da luta de classes, estágio em que a mobilização claramente não se encontra – essa foi tão somente a primeira manifestação. Nota-se que o obstáculo não está apenas nas direções sindicais, mas nas direções dos movimentos de juventude também.

O outro elemento da linha política aplicada pelas direções, sobre o passe livre para todos, exige uma explicação mais profunda. À primeira vista, considerando o aspecto tratado acima, do aumento do custo de vida, o melhor para os explorados seria simplesmente não pagar. Vale lembrar, no entanto, que o prefeito Ricardo Nunes/MDB, numa medida claramente eleitoreira, aplicou o passe livre nos ônibus aos domingos, tentando cooptar ou ao menos enfraquecer parcialmente a reivindicação antiga de passe livre. O questionamento levantado pelo POR há muitos anos em relação à consigna de “passe livre para todos” (ou “tarifa zero”) está em que representa uma panaceia e, como tal, acaba desviando concretamente a mobilização da luta pelos salários. Trata-se de um suposto remédio para todos os males, que na verdade não chega nem perto de atacar o problema fundamental, que são a intensificação da exploração do trabalho assalariado e a miséria das massas, reflexos da decomposição do capitalismo.



O POR tem respondido ao aumento das tarifas, debatendo o tema com o MPL e outras correntes, levantando um programa de reivindicações, que combina a luta defensiva imediata com as reivindicações elementares dos explorados (emprego, salários e direitos), fazendo a ponte com a luta mais geral, de caráter estratégico, pela estatização de todo o sistema de transportes, sem indenização, e sob o controle dos trabalhadores e da população. A bandeira de passe livre para estudantes e desempregados, que são setores que necessitam de medidas específicas de proteção, deve comparecer ao lado das consignas: abaixo o aumento das tarifas; salário mínimo vital, com reajuste automático; emprego a todos, com estabilidade, aplicando a escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho, reduzindo a jornada, sem reduzir os salários, e revogação de todas as contrarreformas, nenhum direito a menos para os explorados.

Dada a particularidade da situação, marcada pelo avanço do privatismo do governador Tarcísio, que acaba de aprovar na Alesp a entrega da Sabesp à iniciativa privada, e ameaça privatizar outras empresas, como a CPTM e o Metrô (ambas ligadas diretamente ao cerne da luta atual, pois têm a ver com o transporte sobre trilhos), o POR tem levantado ainda a importância de o movimento assumir o combate às privatizações, defendendo a bandeira da estatização. Tendo em vista que houve ativistas punidos/perseguidos nessa luta contra as privatizações (demitidos do Metrô e presos na manifestação da Alesp), faz-se necessário também incorporar as consignas contra a repressão: abaixo os processos, prisões, demissões políticas e toda a legislação antigreve, em defesa das liberdades democráticas e nenhuma punição aos lutadores.

Está aí o programa de reivindicações que o POR apresenta ao conjunto do movimento. O correto seria que as direções convocassem plenárias/assembleias unitárias para discutir a linha política da mobilização e aprovar as consignas, bem como os métodos de luta. O POR fez um balanço das paralisações dos dias 3/10 e 28/11/23, demonstrando o equívoco de conduzir a luta ao beco sem saída da pressão parlamentar, dos recursos à justiça burguesa e do eleitoralismo. O caminho para a vitória passa pelo método da ação direta das massas (greves, piquetes, ocupações, bloqueio de avenidas, manifestações multitudinárias) e pela unidade. O Partido tem defendido que as direções das centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis convoquem um Dia Nacional de Lutas, que erga bem alto o combate pelas reivindicações elementares dos oprimidos do país. É com essa linha geral que o POR comparecerá também ao ato do dia 10/1, convocado pelo MPL.

## Pronunciamento do POR na manifestação do dia 4/1, em São Paulo

“Companheirada, sou conselheiro da Apeoesp, eleito pela oposição, e militante do Partido Operário Revolucionário. Venho aqui deixar nossa manifestação de apoio a esse ato chamado pelos estudantes, e colocar a importância de que a gente insira essa luta num contexto mais amplo, de ataque da burguesia e dos governos sobre os trabalhadores e a juventude oprimida.

O aumento das tarifas, que foi decidido pelo ultradireitista Tarcísio, vai incidir diretamente sobre o orçamento das famílias proletárias, aumentando o custo de vida. É por essa razão que a gente tem de unificar o movimento estudantil com o movimento dos trabalhadores, é fundamental que os sindicatos se envolvam nessa luta, mobilizem as suas bases. Essa luta é dos estudantes, mas não pode ser só do movimento estudantil, principalmente porque o problema dos salários se coloca imediatamente. O aumento das tarifas dos transportes vai esmagar ainda mais o orçamento do pobre, que é obrigado a andar de metrô, que é obrigado a usar o transporte sobre trilhos – a gente sabe que tem também os intermunicipais, que já eram caros, e tiveram as passagens aumentadas. É preciso, então, entender essa luta como parte da luta em defesa dos salários, dos empregos, dos direitos. A burguesia vem



atacando duramente os trabalhadores com a continuidade da reforma trabalhista. Daí a importância da unidade, de erguer um movimento na cidade toda, no estado e no país.

Encerro dizendo o seguinte: estamos hoje na rua, mas dia 10 tem outro ato, convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), e nós estaremos presentes. É fundamental unificar as nossas ações, para a gente ter peso, ter força. O inimigo é poderoso, mas nós somos mais, o movimento na rua é capaz de derrotar o aumento das tarifas, com o método da ação direta, tomando as avenidas, paralisando a produção, levando o movimento à radicalização.

Saudação ao movimento estudantil, vamos derrotar o aumento das tarifas! Viva a luta dos trabalhadores, em aliança com a juventude! Abaixo o aumento, em defesa da estatização de todo o sistema de transportes, salário mínimo vital e emprego a todos. Vamos à rua, que esse é o nosso terreno de luta!”

## Manifesto distribuído no ato

### **NÃO AO AUMENTO DAS TARIFAS!**

*Em defesa da estatização, sem indenização, de todo o sistema de transportes, sob controle dos trabalhadores e usuários!*

*Passe livre para estudantes e desempregados!*

*Contra o aumento do custo de vida, é preciso lutar pelo salário mínimo vital, com reajuste automático! Emprego a todos, com estabilidade!*

*Toda força às manifestações contra o aumento das tarifas! Nada de divisionismo! Unificar as lutas ao redor das reivindicações elementares dos oprimidos!*

*Fazer a ligação entre o combate ao aumento das tarifas e a luta contra as privatizações, bem como contra a repressão sobre os lutadores! Abaixo os processos, as prisões, demissões políticas e toda a legislação antigreve!*

*Que as centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e manifestações massivas de rua!*

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas/Republicanos, decidiu aumentar as tarifas do Metrô e CPTM, de R\$ 4,40 para R\$ 5,00. As passagens de ônibus de várias cidades, bem como dos intermunicipais (EMTU), também subiram. O aumento nos gastos com transporte provoca um forte impacto no custo de vida dos trabalhadores e da

juventude oprimida. Considerando o novo valor do salário mínimo, que é de R\$ 1.412,00, o gasto médio com transporte representa 15,6% desse montante.

O aumento das tarifas serve apenas para enriquecer um punhado de capitalistas, que lucra em cima de um serviço essencial. A grande maioria dos assalariados é obrigada a utilizar o transporte público diariamente, para ir ao trabalho, para estudar, ou para procurar emprego etc. Como os salários não aumentam na mesma proporção, a conta não fecha: muitos acabam sendo obrigados a caminhar até o local de estudo/trabalho, ida e volta (às vezes somando longas distâncias), ou têm de manejar o orçamento familiar, cortando esse ou aquele gasto – quando não há como reduzir despesas, a solução é o endividamento, favorecendo bancos e agiotas. O orçamento das famílias pobres funciona, como diz o ditado, como cobertor curto, se cobre a cabeça, deixa os pés de fora.

Com as contrarreformas que foram aprovadas nos últimos anos, especialmente a trabalhista, o subemprego e a informalidade se fortaleceram – resultando em eliminação de direitos e rebaixamento salarial. No último ano, segundo o IBGE, a renda média dos brasileiros ainda não havia recuperado o patamar anterior à Pandemia. Em termos absolutos, o Brasil ostentava, em 2022, o brutal número de 80,5 milhões de pobres e miseráveis, em uma população total de 203 milhões de pessoas. Como se vê, a crise do capitalismo não dá trégua, e o aumento das tarifas de transporte só piora a situação.

Por isso, a luta contra esse aumento deve ser inserida no contexto mais amplo de defesa das condições de vida dos explorados, em defesa de suas reivindicações elementares, de emprego, salário e direitos. O POR levanta a bandeira do salário mínimo vital, que corresponde ao valor necessário para sustentar o trabalhador e sua família, calculado pelas assembleias, e com reajuste automático – sobem os preços, aumentam os salários. Que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo calculado pelo DIEESE, que é de R\$ 6.294,71. Fora isso, é fundamental defender o emprego a todos, com estabilidade, aplicando a escala móvel das horas de trabalho, que implica dividir as horas de trabalho entre todos aptos ao trabalho, sem redução de salários.

## Rondônia

### Balanço do XIV CONCONDSEF e V CONFENADSEF

Aconteceu em Brasília entre os dias 14 e 17 de dezembro o XIV CONCONDSEF e V CONFENADSEF, com a presença de 557 delegados, representantes de entidades dos diversos setores do serviço público federal de todo o Brasil. Apesar das duas teses e as três contribuições, os dirigentes mesmo alegando que não existia “tese guia”, manipularam o debate em torno às posições políticas governistas da “tese 1”, “Fortalecer a organização sindical para reconquistar direitos e reconstruir os serviços públicos”. Isso se confirma por se tratar do slogan do Congresso.

Durante o Congresso, nos grupos de debates, para votar as posições políticas das teses e contribuições, predominaram as defesas concernentes às deliberações indicadas pela “Tese 1”. O SINDSEF do estado de Rondônia chegou ao ponto de convidar a base para uma assembleia simplificada, que sequer contou com a presença de todos os delegados eleitos para o Congresso, e realizou um debate no qual apresentou apenas a “Tese 1”. Não disponibilizou o caderno de textos completo antecipado para a base, que teve acesso apenas no momento que se credenciou no Congresso. Portanto, a “Tese 1”, majoritariamente governista, compareceu como “Tese Guia”.

O objetivo principal do Congresso foi o de eleger a direção da CONDSEF e FENADSEF. Assim, os debates do Congresso desde o primeiro ao último dia se concentraram nas manobras para que posições políticas divergentes conciliassem com as propostas da “Tese 1”, objetivando a consolidação de apenas uma chapa. Uma só chapa garantiria a ocupação de cargos de direção apenas com as posições governistas de conciliação de classe, sem nenhuma divergência de posições.

Essas bandeiras devem ser combinadas à defesa do passe livre para estudantes e desempregados, pois esses setores exigem medidas específicas de proteção.

Trata-se de um programa que toma como ponto de partida o que há de mais concreto, que é a resposta ao problema da miséria das massas, mas não se detém aí, faz a ponte com as bandeiras mais gerais, como a luta pela estatização, sem indenização, das empresas de transporte, sob controle dos trabalhadores e usuários.

Daí a importância de que as direções das centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis convoquem as assembleias presenciais, organizem os comitês, enfim, mobilizem as suas bases, de forma a erguer um movimento massivo e unificado. É preciso rejeitar toda medida que leve à divisão da mobilização, a exemplo da definição de duas manifestações em datas muito próximas, uma convocada pelas entidades estudantis (4/1) e outra pelo Movimento Passe Livre (10/1), o que obviamente dispersa forças. Nosso objetivo deve ser o de unificar as lutas, inclusive nacionalmente. É fundamental que as direções convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueio de avenidas, ocupações e grandes atos de rua.

Vale lembrar que o processo de privatização tem avançado no último período, como visto no caso da Sabesp, ameaçando também justamente o Metrô e a CPTM. Os dois dias de greve, em 3/10/23 e 28/11/23, serviram para desnudar o privatismo do governador ultradireitista Tarcísio, mas mostraram também a necessidade de o movimento superar os métodos falidos da pressão parlamentar, dos recursos à Justiça burguesa e do eleitoralismo. A mobilização só pode avançar no campo da independência de classe e com os métodos históricos de luta do proletariado, ou seja, com a ação direta das massas.

Esse é o caminho também para enfrentar o recrudescimento da repressão sobre os lutadores. O governo tem deixado um rastro de perseguição política: trabalhadores demitidos no Metrô e 4 presos na manifestação ocorrida na Alesp, contra a privatização da Sabesp. A luta contra o aumento das tarifas deve dar uma resposta política ao problema, exigindo a retirada dos processos, abaixo as prisões, demissões políticas e toda a legislação antigreve!

Até consolidar a inscrição de chapas, foram momentos tensos, e sem debates em plenária do Congresso em torno ao programa de lutas das duas chapas que foram inscritas. Uma abertamente governista, e outra, minoritária, que reclamava das manobras ocorridas no Congresso. A chapa 2 governista obteve 516 votos e a chapa 1, que se posicionou em favor da independência diante do governo, conseguiu 20 votos. Apesar da pequena votação, essa chapa representou a militância classista e de luta.

A Corrente Proletária/POR interveio no Congresso por meio do Manifesto, venda de materiais partidários e falas. Pôde se colocar contra as posições de apoio à governabilidade de Lula e à conciliação de classes, explicar o caráter da guerra de dominação na Ucrânia, defender a paz sem anexação, combater o massacre de Israel ao povo palestino e exigir que as direções das centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, em defesa dos empregos, salários, direitos, pela revogação das contrarreformas e contra as privatizações. Durante as intervenções, a militância do POR enfatizou a necessidade de Congressos democráticos. O que significa ser organizado a partir das bases, com a mais ampla democracia, com direito de todas as correntes que intervêm no movimento de se expressar suas posições em teses apresentadas no caderno de textos, para que todos os delegados tenham acesso. Que as teses sejam debatidas nas bases, para que os delegados ao Congresso possam decidir um plano de luta e os métodos próprios dos trabalhadores, objetivando recuperar os sindicatos para a luta.

São Paulo - Mauá

## Derrota da direção burocrática do SINDSERV

Apesar das muitas tentativas de manobras da direção burocrática do sindicato, colocando infiltrados para votar a favor da proposta, usando seguranças para intimidar e tentando encerrar a assembleia no meio da votação, os trabalhadores da Prefeitura de Mauá rejeitaram a contribuição assistencial, em assembleia que aconteceu no dia 21 de dezembro.

A contribuição assistencial é parte da estatização dos sindicatos. Isso porque serve apenas para garantir que as burocracias encasteladas nos sindicatos sejam financiadas pelos trabalhadores sem necessitar fazer a luta política em defesa do sindicato independente, que luta pelos interesses geral da classe, e seja financiado pelos trabalhadores conscientes.

A atual direção não possui a confiança dos trabalhadores. Há muitos anos, deixa a desejar na transparência do uso do dinheiro da orga-

nização e na mobilização real para a luta. Não é por menos que, após a derrota na assembleia, o presidente do SINDSERV, Jesomar Alves Lobo, encerrou a assembleia com uma ameaça aos trabalhadores: “já que vocês rejeitaram a contribuição, também não peçam nada para o sindicato!”. Entretanto, a burocracia mente descaradamente no site do sindicato, dizendo o contrário, como se respeitasse a categoria. A verdade é que o burocrata trata como se fizesse um favor aos trabalhadores ao estar na direção sindical e como se o sindicato fosse de sua propriedade, não um instrumento de luta da categoria.

Essa experiência deve servir de base para que a camada mais consciente da categoria organize uma oposição, que defenda um verdadeiro sindicato classista, de luta e independente da burguesia e seus governos.

São Paulo - ABC

## Intervenção da Corrente Proletária na UFABC

Em 21 de dezembro, dia de divulgação do fechamento da enfermaria da UFABC, a Corrente Proletária divulgou o Boletim Nº 25, com a matéria “Fechamento da Enfermária aprofunda negligência de Saúde Pública”. O texto afirma que “O descaso com a saúde da comunidade universitária é uma das características da UFABC, instituição criada no contexto da expansão precarizada da educação superior” e que “o setor de Enfermária da UFABC funciona à revelia de regulamentações relativas a dimensionamento de pessoal, segurança do trabalho, piso salarial, etc.” Coloca que “o estopim da crise do setor ocorreu em 2022, com o ato fiscalizatório do Conselho Regional de Enfermagem (...), que identificou irregularidades e exigiu adequações, principalmente com relação à atuação de Técnico em Enfermagem sem a supervisão de Enfermeiro, proibida pela Lei de regulamentação do exercício da enfermagem”. Lembra que “diante da exposição das irregularidades dos setores, geralmente a burocracia acadêmica busca soluções formais, alterando o nome e/ou o organograma”. E diz: “após anos ignorando os problemas do setor de Enfermária, a ponto de recentemente ter recusado uma vaga de Enfermeiro sob a alegação de que ‘não há necessidade de enfermeiro na Instituição’, a Reitoria adotou uma nova impostura: fechar a Enfermária definitivamente”, caracterizando como “mais uma medida que aprofunda a negligência à saúde pública. Afinal, distintamente do que declara, a instituição continuará descumprindo a determinação de que técnicos em enfermagem não podem atuar sem a supervisão de enfermeiro, visto que não ampliou a quantidade de enfermeiros. Ou seja, a mudança tão somente acaba com o atendimento ininterrupto ao público usuário, que garante o funcionamento do setor nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), afetando o conjunto da comunidade universitária e os servidores que possuem jornada de trabalho flexibilizada de 30h semanais – que neste caso também perderão o adicional de insalubridade. Paralelamente, a equipe passará a atuar em regime de teletrabalho. O que confirma o prognóstico que fizemos no Boletim nº13”. O texto ainda denuncia a negligência quanto à saúde ocupacional e à saúde pública em geral. E conclui com as consignas: “Abaixo o fechamento da Enfermária! Que o Estado garanta as condições para o pleno atendimento nas instituições públicas! Pela ampliação de servidores! Pelo financiamento integral da educação e saúde públicas! Que as entidades estudantis e sindicais convoquem as assembleias e organizem a luta!”

No dia seguinte, a Corrente Proletária, por meio do Boletim 26, divulgou três notas. Destacamos aqui algumas passagens da nota “Assembleia virtual do SinTUFABC aprova estado de greve”: “Em sua intervenção, a Corrente Proletária divulgou o seu Boletim e expressou que (...) rechaçar uma proposta insuficiente não é sinônimo de ‘rasgar dinheiro’ (...). E, no caso em questão, a proposta é uma merreca que atinge apenas uma parcela dos servidores. Explicitou que (...) o FONASEFE não é um espaço metafísico, por isso é importante que as entidades de base opinem e expressem suas posições, e lembrou que em assembleia passada questionou a reivindicação de parcelamento das perdas salariais, que não foi discutida pelas bases da FASUBRA. Lembrou que a Campanha Salarial já inclui o item

‘reestruturação das carreiras’, cabendo a nós impulsionar a luta pela Reestruturação do PCCTAE de forma unificada com o funcionalismo. Em relação ao estado de greve, colocou-se de forma favorável, ressaltando que, em tese, já estamos em estado de mobilização, mas que isso não se refletiu em efetiva participação nas paralisações, reuniões do CRS etc. Por fim, colocou a necessidade de superar a virtualidade e a passividade e de construir a pauta local de reivindicações e o calendário de lutas”. E conclui: “O governo vem se mostrando intransigente em atender nossas reivindicações. Nessa direção, certamente ocorrerá um movimento grevista. Resta saber quando, a pauta, quais categorias, e com quais métodos. Politicamente subordinadas ao governo burguês de conciliação de classes, as direções sindicais estão demonstrando que se apoiam no imobilismo, no corporativismo e na virtualidade, métodos que conduzem à derrota do movimento. Se forem empurradas à greve, agirão para que não se projete como movimento de massas nas ruas. O desafio para erguer uma forte greve está justamente em superar a política das burocracias sindicais. É preciso superar a passividade para construir uma forte greve nacional do funcionalismo!”

Em outra nota “34 anos do massacre da Vila Socialista, em Diadema” lembra que “em 11 de dezembro de 1990, ocorreu a reintegração de posse da Ocupação Vila Socialista, em Diadema” com violenta repressão policial e, ao mesmo tempo, forte resistência dos sem-teto. Coloca que “em função da campanha realizada pelo Comitê Contra a Opressão Social e a Perseguição Política de Diadema e demais comitês, o governador Luiz Antônio Fleury Filho foi obrigado a desapropriar um terreno e criar o Conjunto Habitacional Vila Socialista atendendo parcialmente a demanda dos sem-teto”. E conclui: “essa experiência nos primórdios do POR evidenciou que as aspirações dos explorados e seus métodos de luta se chocam com a governabilidade e com a política democratizante eleitoreira, pois a função de qualquer governo no capitalismo é assegurar a opressão de classe. Exemplificou a tática leninista de atuação parlamentar revolucionária, subordinada à ação direta coletiva e usada somente como tribuna de denúncia do capitalismo e da democracia burguesa. Indicou o processo de isolamento que a militância revolucionária enfrenta ao longo de sua história, e a radicalidade da luta quando as massas oprimidas assimilam as ideias revolucionárias. Viva a classe operária e seus métodos próprios de luta! Terra para quem nela vive e trabalha! Que morra o capitalismo putrefato!”

O último texto, intitulado “Dispositivos espíões e (in)segurança da informação” aborda o keylogger, dispositivo que “funciona como um grampo do teclado, registrando a digitação e podendo obter as senhas de usuários”, colocando que “não é possível haver controle absoluto das informações. Ao mesmo tempo, não se deve negligenciar a segurança cibernética na universidade”, concluindo que “o combate político à precarização passa pela defesa do pleno funcionamento da universidade, o que inclui exigir um plano de segurança cibernética dos usuários que assegure a efetiva realização de procedimentos de segurança por profissionais adequados, assim como a liberdade de cátedra, coibindo qualquer risco de ameaça política ou ideológica aos docentes.”

Rondônia

## Brava luta dos estudantes por restaurante e residência universitária

A última semana de novembro e primeira semana de dezembro de 2023 foram marcadas por mobilizações dos estudantes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) pela conquista de restaurante e residência universitária. Foram mobilizações iniciadas a partir de assembleias estudantis pela abertura do restaurante e, por essa razão, deliberaram pela ocupação da Procea e do restaurante universitário. No dia 28 de novembro, houve um “Ato Simbólico” de inauguração independente do restaurante, realizado pelos estudantes com refeições no valor de R\$ 1,00 e para aqueles estudantes sem condições de oferecer este valor foi liberado. Consistiu-se em uma luta exemplar que chamou atenção da comunidade acadêmica, sobretudo do segmento mais oprimido, que são os estudantes. Os professores e demais servidores combativos da universidade, também se solidarizam com a causa.

Desde que a UNIR iniciou suas atividades carece da construção de Restaurante e de Residência Universitária. Já se passaram mais de 40 anos. A universidade hoje comporta um total de oito campi e nenhum deles conta com esse atendimento. Até mesmo o campi de Rolim de Moura, que já foi atendido por residência e restaurante universitários quando o curso de agronomia funcionava isolado na “Fazenda Escola”, fechou esse atendimento e levou os estudantes para aulas no setor do campus que atende aos demais cursos.

É vergonhoso saber que se trata de uma universidade federal, que não oferece esse justo direito aos estudantes. Esse fato implica evasão e baixo aproveitamento acadêmico e sem contar com a distância que os estudantes percorrem de suas casas no setor urbano para chegar ao

campus de Porto Velho, que foi construído isolado da cidade, no final da ditadura militar. Está localizada na BR 364, sentido Acre, no setor florestal, objetivava isolar a lutas estudantis da dos demais setores explorados.

A luta por assistências estudantis vêm ocorrendo há mais de 10 anos. Foi com a greve de 2011 que fez o reitor corrupto renunciar e iniciou as obras de restaurantes nos diversos campi. O restaurante de Porto Velho foi o primeiro a ser concluído e os estudantes têm pressa em iniciar o seu funcionamento.

A Corrente Proletária/POR apoiou os 20 dias de mobilizações, que culminaram com a “greve geral de ocupação”, que durou do dia 23 de novembro a 7 de dezembro de 2023. No decorrer da ocupação, os estudantes foram humilhados e coagidos pela burocracia da universidade, que desfechou ataques ofensivos sobre os estudantes e apoiadores, para que desocupassem o restaurante, que funciona no mesmo prédio da Procea. O atual reitor usou de ofensas e calúnias contra os estudantes. Mas a reivindicação do movimento ganhou força. Tratou-se de uma luta pelo direito às condições de permanência dos estudantes na universidade. Esse movimento não pode encerrar. Ao contrário, é dever das direções estudantis organizar a luta nesse ano que inicia. Os problemas da universidade são grandes, a precariedade de estudo e trabalho é visível e o avanço da privatização atinge a universidade. Eis aí por que é dever da vanguarda estudantil trabalhar em defesa da educação pública, reivindicação que se choca com a política dos governantes, que é de desmonte do ensino superior gratuito.

São Paulo

## Comitê de apoio à luta do povo palestino prepara nova manifestação

Aconteceu neste 3 de janeiro uma reunião do Comitê pró-Palestina de SP. A reunião contou com diversas pessoas, representando alguns partidos, sindicatos e movimentos e teve como ponto principal a discussão sobre a próxima manifestação que ocorrerá no dia 13 de janeiro, às 15h no MASP. Outros assuntos acabaram sendo discutidos, como as ações que foram realizadas nas últimas semanas.

Como se sabe, o movimento em apoio e solidariedade ao povo palestino refluíu no último período, fruto principalmente de uma política que privilegiou ações pontuais de convencimento individual, orientadas pelo BDS (Boicote, desinvestimento e sanções), um movimento que tem certa força no Comitê. Essas ações foram no Carrefour, Starbucks e na árvore de natal do Ibirapuera, onde os militantes puxaram palavras de ordem para chamar a atenção das pessoas presentes. A intervenção do POR nesta reunião foi de crítica a esse tipo de ação e política, porque desvia do movimento de massa, única forma de causar um impacto positivo sobre a situação. Nossas críticas foram respondidas por militantes do BDS, PSTU e PSOL, na forma de “toda ação é válida”, “foi melhor fazer isso que não fazer nada” etc., de conjunto as respostas diziam que essas ações foram muito importantes, sem, no entanto, mostrar como elas fortaleceram o movimento.

O centro de nossa intervenção, no entanto, não esteve nesta crítica, mas sim na necessidade de massificar novamente as manifestações, o que só pode se dar com a participação ativa dos sindicatos e movimentos populares. Neste sentido, fizemos a crítica da ausência das centrais, sindicatos e movimentos que não estavam na reunião, como a CUT, o MST e tantos outros. “Para massificar novamente os atos precisamos dos sindicatos, não só oferecendo estrutura, isso é o mínimo, mas orga-

nizando sua base, chamando as assembleias, mostrando a importância da participação ativa da classe operária e demais trabalhadores.”, e, para isso, seria necessário criar uma comissão que pressionasse os sindicatos e movimentos, elaborasse uma carta convite que fosse protocolada nas entidades e que se dedicasse toda a atenção a essa questão. Por fim, propusemos ainda que fossem feitas intervenções nas manifestações que ocorreriam antes do dia 13.

A intervenção do POR orientou o restante da reunião. Houve amplo acordo com nossas propostas, a comissão foi criada e se delegou a tarefa de intervir nas outras manifestações, como aquelas contra o aumento da tarifa e no ato governista do dia 8 de janeiro. O fundamental foi que o POR estabeleceu na reunião a importância de que as manifestações em defesa da Palestina se orientem por uma perspectiva classista, que tenham por base a participação dos trabalhadores não apenas por uma decisão individual a partir das divulgações que são feitas nas redes sociais, mas através de suas organizações de classe, com decisões coletivas em apoio à luta dos palestinos contra o Estado Sionista de Israel.

O POR entende que a principal resposta à matança promovida pelo sionismo contra os palestinos, além da resistência direta no campo de batalha, está nas manifestações massivas que tem acontecido pelo mundo todo. O Brasil realizou as maiores mobilizações na América Latina, mas sofre de um refluxo e precisa retomar o caminho da massificação dos atos. É com esse objetivo que o POR e o CERQUI tem realizado sua campanha nas portas das fábricas, nas colagens de cartazes, nos seus manifestos e na disputa da linha política que deve ser adotada nos comitês de defesa.

Nesta edição:

#### URSS

- Trotsky – estudos sobre a URSS; 32 anos da liquidação da URSS; Lênin e a URSS.

#### Palestina

- Entrevista para a TV A Comuna; Debate sobre a Palestina expõe o ponto de vista do nacionalismo burguês palestino; Iêmen na resistência contra o Estado Sionista de Israel e o imperialismo no Oriente Médio.

#### Argentina

- Editorial: derrotar o programa ditatorial de Milei; O mega decreto antinacional e antipopular deve ser derrotado; O decreto visa completar o saque de Menem privatizando as estatais; A mobilização de 20 de dezembro na Plaza de Mayo.

Chile - Plebiscito de 17 de dezembro; As medidas do governo após a rejeição majoritária à “nova Constituição” ultra pinochetista.

## Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



# 32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

## A luta de Trotsky em defesa da URSS e da Revolução Mundial

*A dissolução da URSS nos últimos dias de dezembro de 1991 completou 32 anos em dezembro de 2023. Tomamos esse motivo para fazer uma seleção de um conjunto de formulações de Trotsky que apontava a possibilidade de a contrarrevolução vencer definitivamente caso o proletariado da URSS não realizasse a revolução política. Nesse número do jornal Massas, utilizamos o Tomo I, volumes 1 e 2, dos Escritos de Trotsky, que abrange o período de 1920-1930. No próximo jornal Massas, continuaremos a exposição.*

### Desenvolvimento das formulações de Trotsky sobre a burocratização da URSS, o processo de restauração capitalista e a revolução política

O artigo “Aonde vai a República Soviética?” praticamente abre os Escritos de Trotsky, que vão de 1929 a 1940. São 26 volumes, produzidos no período de 11 anos. Procuramos selecionar as formulações sobre o processo de restauração capitalista que levou à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 25 de dezembro de 1991. Os Escritos não puderam ter continuidade devido ao assassinato de Trotsky, em 20 de agosto de 1940, a mando de Stalin. Certamente, Trotsky teria redigido trabalhos mais extensos como a Revolução Traída, de agosto de 1936. Essa obra contém a análise do curso da restauração capitalista que deu seus primeiros passos após a morte de Lênin, em 21 de janeiro de 1924, e, ascensão de Stalin como Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Os documentos iniciais de combate ao revisionismo de Stalin e aliados na direção do partido, redigidos por Trotsky, se encontram na obra “Aonde vai a Rússia? Para o capitalismo ou para o socialismo?” e o “Novo Curso”, de outubro de 1925, quando a revolução completava 8 anos. Não era possível ainda demonstrar até que ponto as forças restauracionistas internas e externas colocavam em perigo a existência da URSS. A demonstração das contradições entre a economia que transitava ao socialismo e a economia capitalista cumpria o objetivo de estabelecer a importância da orientação econômica que cabia ao PCUS. Trotsky assinala os primeiros desvios governamentais-administrativos, sob os quais se expressavam os primeiros sintomas do revisionismo programático, encarnados pela direção estalinista. Em suas palavras: “No território

soviético, a economia socialista luta contra a economia capitalista, tendo ao seu lado o Estado operário. No território do mercado mundial, o socialismo se contrapõe ao capitalismo que protege o Estado imperialista. Já não é a luta de economia contra economia, mas da política contra a política”. As deformações burocráticas do partido favoreciam a política das forças sociais restauracionistas.

Em 1927, Trotsky elabora a “Plataforma de Oposição unificada”. Um de seus aspectos trata da burocratização e do conflito que se manifesta entre as repúblicas soviéticas. Eis: “O burocratismo, embalado pelo espírito de exaltação chauvinista, leva a transformar a centralização dos Sovietes em uma fonte de disputas em relação à distribuição dos postos oficiais entre nacionalidades (a Federação da Caucásia do Sul). Devido a isso, as relações entre o centro e as fronteiras se distanciaram. O significado do soviete das nacionalidades foi reduzido a nada (...). A extinção da democracia no interior do Partido conduz à extinção da democracia operária em geral, bem como nos sindicatos e nas demais organizações não partidárias”. Estabelece-se a crítica à visão nacionalista da direção estalinista, que corresponde ao revisionismo do internacionalismo marxista. Em resumo, a crítica de Trotsky: “A ‘teoria’ de um socialismo que triunfa em um só país deriva fundamentalmente da suposição de que o capitalismo durará uma série de décadas”. Essa novidade criada pela direção burocrática procurava compatibilizar com a ideia de se ter um longo período de coexistência pacífica entre o sistema soviético e o capitalismo. A isso a Plataforma responde: “Nada revela tão claramente a infundada esperança de

um longo período de paz diante de uma nova ameaça de guerra que paira atualmente sobre a Europa”.

Entre julho e outubro de 1928, quando se achava confinado em Alma-Ata, depois de destituído do Comitê Central, Trotsky escreveu alguns documentos que comporiam o livro “Stalin, o grande organizador de derrotas. A III Internacional depois de Lênin”. Trata-se de uma obra de crítica ao revisionismo estalinista e de defesa dos fundamentos do programa bolchevique. O documento “E agora? Carta ao VI Congresso da Internacional Comunista” foi confirmado pelos acontecimentos. A revisão antimarxista das teses fundamentais dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista concluiria com a dissolução da III Internacional em junho 1943. Na abertura do livro, Trotsky rechaça a acusação de Stalin de que pretendia construir uma IV Internacional. O campo de batalha se definia pelo objetivo de recuperar a III Internacional, o que implicaria desestalinizar o PCUS. Não estava esgotado ainda o processo de burocratização e traição que justificasse a criação de uma nova Internacional, como se passou com a falência da II Internacional e constituição da III Internacional. Somente a partir de

1933, com a ascensão do nazifascismo na Alemanha e a capitulação do estalinismo, é que Trotsky passa a considerar a necessidade de a Oposição de Esquerda Internacional preparar as condições para a fundação da IV Internacional, que se dará em setembro de 1938. É importante estudar e compreender as posições de Trotsky no movimento concreto de luta contra a degeneração do Estado operário e, portanto, da URSS.

No livro “A Revolução Traída. O que é e para onde vai a URSS” e nos Escritos, se tem a explicação do desenvolvimento pleno do fenômeno da burocratização e do processo de restauração capitalista, e da linha estratégica da revolução política. Os prognósticos que vão sendo apresentados a cada passo do avanço do estalinismo, que conseguiu derrotar a Oposição de Esquerda russa, decorrem dos grandes acontecimentos internos e externos à URSS. Nisso reside a importância do documento “Aonde vai a República Soviética?”, de 25 de fevereiro de 1929. Antecede-o três textos que respondem à expulsão de Trotsky da URSS. Há uma relação intrínseca entre “O triunfo de Stalin” e “Aonde vai a República Soviética?”.

## Aonde vai a República Soviética? Tomo I – vol. I- 1929-30, pág. 55

Esse artigo foi escrito em 25 de fevereiro de 1929, quando Trotsky se encontrava deportado em Constantinopla, Turquia. Escrevia o livro “Revolução Traída”. Está claro desde o início do texto “Aonde vai a República Soviética” que considerava a crise por que passava como parte da luta em defesa da URSS e que havia um percurso pela frente a ser enfrentado contra os perigos da restauração capitalista. Distingue dois momentos dos 11 anos da revolução proletária. O primeiro vai até a enfermidade de Lênin e o início da campanha contra o “trotskismo”. O segundo corresponde a uma mudança radical na direção em um momento em que se reduzia a força do movimento de massa. É quando o “aparato administrativo centralizado se elevou cada vez mais”, por cima da classe operária.

Trotsky retoma a caracterização do termidor. Faz uma importante formulação que se verificará completamente acertada: “Quando a Oposição fala de termidor, como analogia com a clássica revolução de fins do século XVIII, se refere ao perigo de que, diante dos fenômenos e tendências mencionados, a luta dos estalinistas contra a esquerda seja o ponto de partida de uma mudança oculta na natureza social do poder soviético”. É importante assinalar a previsão de que estava em processo uma mudança na natureza social do poder soviético. Aí se encontrava o embrião da restauração capitalista. Trotsky analisa as etapas da burocratização e conceitua o caráter burocrático do estalinismo como um instrumento do termidor. Mostra que a base de apoio mais importante de Stalin na luta contra a Oposição tende a ir muito mais à direita, até os “novos elementos proprietários”.

É bom que se frise o caráter ainda embrionário da política restauracionista. Eis a conclusão de Trotsky: “Quando falamos da

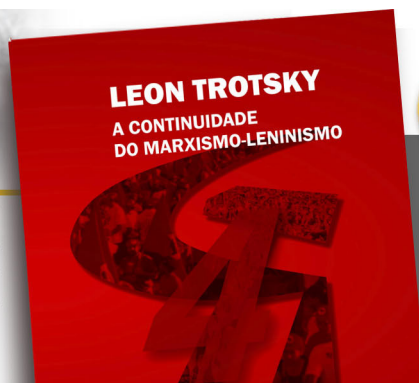
ameaça do bonapartismo, de nenhuma maneira o consideramos um desenlace inexorável, determinado por alguma lei histórica abstrata. A sorte futura da revolução estará determinada pela própria luta, conforme a travem as forças vivas da sociedade. Haverá, portanto, fluxos e refluxos, cuja duração dependerá em grande medida da situação da Europa e do mundo inteiro. Em uma época como a nossa, se pode considerar que uma corrente política está irremediavelmente destruída somente se se mostra incapaz de compreender as razões objetivas de sua derrota e se sente como uma fagulha impotente em meio da torrente (...)”.

Essa conclusão derivava da compreensão do significado da derrota da Oposição de Esquerda Russa e da gigantesca tarefa de reorganizar no plano internacional a resistência ao termidor restauracionista. Está expresso, no entanto, que era imperativo ter um prognóstico e não apenas um diagnóstico. Estabelece uma relação entre as tendências contrarrevolucionárias que poderiam se potencializar caso a Oposição de Esquerda não se erguesse no seio do proletariado como um poderoso defensor da Revolução Russa e da URSS. Sobre essa questão explica: “Não é necessário recordar que os prognósticos históricos, distintamente dos astronômicos, são sempre condicionais, contêm opções e alternativas. Toda pretensão de possuir poderes precisos de previsão seria ridículo, tratando-se de uma luta entre forças vivas. O objetivo da previsão histórica é diferenciar entre o possível e o impossível e achar as variantes mais prováveis entre as teoricamente possíveis”. Considerando que essa formulação foi escrita há 62 anos do desmoronamento da URSS, é importante percorrer as etapas de combate da Oposição de Esquerda para que a contrarrevolução termidoriana não se confirmasse definitivamente como a mais provável.

**Publicado o livro:**

### **LEON TROTSKY** **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



**R\$ 35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**

## “Pode substituir-se a democracia soviética pela parlamentar?”

O artigo “Pode substituir-se a democracia soviética pela parlamentar?”, também é de 25 de fevereiro de 1929, responde à discussão, se para afastar os perigos da ditadura bonapartista não seria melhor o “caminho da democracia”. Trotsky toma a questão para mostrar o que era mais provável, em decorrência “da lógica objetiva dos processos”. Argumenta que estava excluída “a transição dos soviets à democracia parlamentar”. Ao se recorrer à democracia, se acaba reduzindo-a ao regime parlamentar. A discussão deveria, portanto, ser colocada sob outra perspectiva. Eis: “Quando se contrapõe a democracia aos soviets, geralmente se pensa no sistema parlamentar. Se esquece outro aspecto da questão, o mais importante: que a Revolução de Outubro aplainou o caminho para a maior revolução democrática da história humana. A expropriação das propriedades latifundiárias, a eliminação dos privilégios e distinções tradicionais de classe da sociedade russa, a destruição do aparato burocrático e militar czarista, a introdução da igualdade nacional e autodeterminação nacional; tudo isso foi obra democrática elementar que a Revolução de Fevereiro apenas chegou a se colocar antes de deixá-la quase intacta como herança para a Revolução de Outubro”. Trotsky conclui: “Foi precisamente a bancarrota da coalizão liberal-socialista, sua incapacidade para realizar essa obra, que tornou possível a ditadura soviética, baseada na aliança de operários, camponeses e nacionalidades oprimidas. As mesmas causas que impediram à nossa democracia débil e historicamente morosa realizar sua tarefa histórica elementar, também impediram encabeçar o país no futuro. Porque todo o tempo transcorrido os problemas e dificuldades aumentaram e a democracia se debilitou”. Essa explicação de que os grandes problemas democráticos continuavam a pesar no desenvolvimento econômico e nas relações políticas do Estado soviético conduz à compreensão sobre a gestação de uma burocracia que se erguia por cima da classe operária e abria caminho às forças do termidor. O problema, assim, residia no enfraquecimento da democracia soviética. A revelação das contradições levava à natureza da URSS.

Trotsky faz as seguintes formulações: “O sistema soviético não é simplesmente uma forma de governo que se possa comparar em abstrato com a forma parlamentar. É, sobretudo, um novo modo de relação com a propriedade. Trata-se, na realidade, da propriedade da terra, dos bancos, das minas, das fábricas, das ferrovias”. (...) “O sistema soviético, com sua indústria nacionalizada e seu monopólio do comércio exterior, implica, apesar de todas suas contradições e problemas, uma proteção à independência econômica e cultural do país”.

Nas condições do momento, Trotsky faz o seguinte raciocínio sobre o triunfo da restauração: “Uma Rússia capitalista não poderia ocupar, na atualidade, nem sequer o posto de terceira ordem a que estava predestinada a Rússia czarista pelo curso da guerra mundial. O capitalismo russo seria hoje dependente, semicolonial, carente de perspectiva”. Mas essa hipótese tem como contrapartida o fato de “o regime soviético ter profundas raízes sociais e históricas nas massas populares e constitui um seguro contra a restauração e uma garantia de desenvolvimento independente, isto é, não colonial”. A confiança do dirigente da Revolução Russa, ao lado de Lênin, é depositada nas novas relações entre massas populares e o Estado soviético, criadas nos combates que levaram o proletariado ao poder e a expropriar o grande capital. Partindo dessa premissa, Trotsky expõe a seguinte linha contraposta ao restauracionismo: 1) “A luta histórica fundamental contra a União Soviética e a luta interna contra a dominação comunista não se travou para substituir a ditadura pela democracia, mas para substituir o atual regime de transição pela dominação do capitalismo, que seria inevitavelmente de tipo dependente e semicolonial”; 2) “Nestas circunstâncias o retorno à via capitalista não poderia realizar-se senão mediante uma prolongada e sangrenta guerra civil, acompanhada pela intervenção externa aberta ou encoberta”; 3) “A única forma política que poderia assumir semelhante mudança seria a de uma ditadura militar, variante contemporânea do bonapartismo. Mas nas próprias bases da ditadura contrarrevolucionária se encontraria presente uma poderosa alavanca de uma nova revolução de outubro”; 4) “A luta da Oposição não se trava somente sobre bases pura e exclusivamente soviéticas; é a continuidade direta e o desenvolvimento da linha fundamental do bolchevismo. A etapa atual dessa luta não tem o caráter definitivo, mas sim, por assim dizer, conjuntural”; 5) “O desenvolvimento posterior do sistema soviético e, assim, a sorte da Oposição, dependem não só de fatores de tipo local, mas também, em grande medida, da evolução futura da situação mundial (...)”.

Constata-se que Trotsky se apoia na possibilidade de a contrarrevolução se firmar e avançar, mas não de forma mecânica. A intervenção da Oposição de Esquerda se constituía nas condições objetivas tanto da crise interna a URSS quanto da crise mundial. Estava obrigada a revelar o fenômeno da burocratização e a emergência do termidor, traçar uma linha programática de continuidade do bolchevismo, ou seja, do marxismo-leninismo, tendo em conta as variantes do prognóstico.

## Tomo I, vol. II – 1929- 30 “Uma Declaração da Verité”

Em agosto de 1929, Trotsky faz uma consideração sobre o posicionamento inequívoco da Oposição de Esquerda de defender a URSS diante de qualquer ataque imperialista. Manifestava-se uma posição pequeno-burguesa ultraesquerdista que advogava o total comprometimento da URSS pela restauração capitalista. Em contraposição, Trotsky analisa a existência de três tendências que continuavam presentes no seio do Estado operário: de direita, centro e esquerda. Na direita, se encontravam posições que refletiam o reformismo socialdemocrata, e na esquerda, os revolucionários que se colocavam sob a política “dos interesses históricos do proletariado”. No centro, estava a posição dominante que oscilava “entre a linha proletária revolucionária e a linha nacional reformista pequeno-burguesa”. Assim Trotsky caracteriza: “O centrismo representa na URSS a forma mais natural da degeneração do bolchevismo em reformismo nacional”. Aí está presente o revisionismo estalinista. Tratava-se de um processo em andamento. Era um erro ultraesquerdista confundi-lo com uma situação já concluída.

Trotsky considera que o “predomínio do centrismo é um sintoma político, porque, se bem o termidor tenha penetrado profundamente na ditadura do proletariado, está longe de a ter destruído”. Conclui: “Na URSS, o poder não passou para as mãos da burguesia, e isso não pode acontecer sem que ocorram violentas batalhas de classe. Os ultraesquerdistas que afirmam ligeiramente que o termidor é um fato consumado somente ajudam a burguesia a desarmar o proletariado”.

A derrota da Oposição de Esquerda, por si só, não permitia afirmar que o termidor havia concluído sua obra contrarrevolucionária e que não havia mais motivo para lutar pela recuperação da URSS, do PCUS e da III Internacional.

Essa discussão é retomada por Trotsky nesse mesmo mês de agosto, no artigo “Perguntas ao Leninbund”, que se perdia no palavreado ultraesquerdista. Era certo que a “Oposição é uma pequena minoria. Sua única garantia de êxito radica na linha de

classe”. E a linha de classe, na situação de 1929, era de que a luta por derrotar a ala direita e centrista do PCUS e da III Internacional estava em plena vigência. O que os ultraesquerdistas em suas abstrações não podiam ver e entender. Uma vez que consideravam o termidor como um processo que havia adentrado definitivamente na rota capitalista, não tinham como aceitar que a economia plani-

ficada e o monopólio do comércio exterior ainda vigoravam como esteio da URSS. Sem uma análise concreta dos elementos sobre os quais se ergueram o Estado soviético, se cairia no erro ultraesquerdista e na paralisia da luta por interromper o processo de restauração capitalista que tão somente estava em curso.

## “Defesa da República Soviética e da Oposição”

Trotsky aproveita o embate com o ultraesquerdismo do Lenbund para desenvolver sua tese de que historicamente estava em confronto a tendência contrarrevolucionária do termidor e da revolucionária marxista-leninista. Em setembro de 1929, redige o artigo “Defesa da República Soviética e da Oposição”. Tratava-se, evidentemente, de uma questão e divergências profundas. Cuidadosamente, Trotsky adverte que, quando “as divergências até o momento indefinidas se veem submetidas a prova dos acontecimentos mais importantes”, está posta a necessidade de demonstração. A própria situação refletia “demasiados sinais de estancamento ideológico e rotineiro entre os grupos desarticulados da Oposição”. Sem uma centralização rigorosa no sentido programático e da análise marxista do termidor, era compreensível que se manifestasse deformações do tipo ultraesquerdista, ou seja, da substituição do marxismo pelo formalismo.

A discussão perpassava o problema da autodeterminação e da democracia, da tática revolucionária diante de uma guerra do imperialismo contra uma nação oprimida, do pacifismo etc., que envolviam concepção e princípios marxistas. Importa aqui a continuidade do enfrentamento em torno ao termidor.

Como Trotsky havia recorrido à experiência histórica do termidor que se gestou nas entranhas da revolução burguesa de 1789, na França, era preciso evidenciar a contrarrevolução que se operava no interior do Estado operário com o devido cuidado por se tratar de um fenômeno novo. Estava colocada a tarefa de estudar o termidor como “a primeira etapa vitoriosa da contrarrevolução, isto é, da transferência direta do poder das mãos de uma classe a outra: esta transferência, ainda que venha acompanhada inevitavelmente da guerra civil, permanece, no entanto, oculta politicamente pelo fato de que esta luta é travada entre duas frações de um partido que até ontem estava unido (...) Assim, o termidor não significa um período de reação em geral, um período de refluxo, de retrocesso, de debilitação das posições revolucionárias, tem um significado muito mais preciso, indica a passagem direta do poder para as mãos de outra classe, após o que a classe revolucionária somente pode recuperar o poder mediante uma insurreição armada. Esta, por sua vez, exige uma nova situação revolucionária, cujo início depende de um complexo de causas locais e internacionais”.

O processo restauracionista não havia atingido tal estágio, mas tão somente indicado uma possibilidade. Mesmo com a derrota organizativa da Oposição de Esquerda, o proletariado ainda tinha condições para evitar o termidor. Essa tarefa tinha por conteúdo uma profunda reforma no sistema soviético. Eis a orientação de Trotsky: “A Oposição Russa deve continuar baseando sua política sobre esse fator cardeal, política que não é de revolução mas de

reforma”. É muito importante a distinção entre reforma e revolução. O que determina a distinção é que “os meios de produção, antes propriedade dos capitalistas, seguem até agora nas mãos do Estado soviético. A terra está nacionalizada. Os exploradores continuam excluídos dos soviets e do exército. O monopólio do comércio exterior permanece como um baluarte contra a intervenção econômica do capitalismo”. Trotsky volta à conclusão: “Precisamente porque o termidor não é um fato consumado, o proletariado ainda tem tempo para realizar tarefas mediante uma profunda reforma interna do Estado soviético (...)”. “Em relação à revolução proletária, termidor significa a transferência do poder das mãos do proletariado para a burguesia. Não pode ter outro significado. Se o termidor está consumado, quer dizer que a Rússia é um Estado burguês”. (...) “O que diferencia a República soviética de Stalin da de Lênin não é uma potência burguesa, nem um poder supraclassista, mas sim os elementos do poder dual. A Oposição russa analisou esse fato há muito tempo. A política do governo centrista ajudou muito a burguesia a definir-se e criar suas alavancas de poder extraoficiais, suas vias para exercer influência sobre o poder. Mas, como em toda verdadeira luta de classes, o enfrentamento gira em torno à propriedade dos meios de produção. Já se resolveu esse problema em favor da burguesia? Quem faz semelhante afirmação, ou perdeu a cabeça, ou nunca teve. Os ultraesquerdistas simplesmente ‘abstraem’ o conteúdo socioeconômico da revolução. Dedicam toda sua atenção à casca e esquecem a noz. Claro que, se a casca sofreu dano – como ocorreu –, a noz também corre perigo. Essa ideia impregna toda atividade da Oposição. Mas entre isso e fechar os olhos diante da noz socioeconômica da República soviética há um abismo. Os meios de produção mais importantes, conquistados pelo proletariado em Outubro de 1917 continuam em mãos do Estado operário”. (...) “Se o Termidor é um fato, se a burguesia já é ‘a classe economicamente mais forte’, significa que o processo econômico passou definitivamente do caminho socialista ao capitalista”. (...) Que importância podem ter as leis que restringem a alienação da terra, emprego do trabalho assalariado etc. se o conjunto do processo econômico está embarcando no caminho do capitalismo? (...) Que importância tem o monopólio do comércio exterior, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista? (...) O mesmo se pode dizer da totalidade dos métodos da economia planificada. Seu direito de existir e desenvolver-se somente se justifica no marco de uma perspectiva socialista.”

Essa crítica à posição do ultraesquerdismo que considerava já estabelecido o Estado burguês se baseia em revelar o seu desconhecimento de que ainda se travava uma luta entre as forças restauracionistas e as revolucionárias em torno à manutenção ou liquidação da propriedade social dos meios de produção. **CONTINUA** →

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



**R\$ 35**

**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS**



## “0 décimo segundo aniversário de outubro”

Esse manifesto, de 17 de outubro de 1929, contém um prognóstico de alcance histórico. Diante da liquidação da URSS pelo estalinismo em consonância com o imperialismo norte-americano, se tem o valor de sua dimensão. Referindo-se à política econômica e administrativa da direção estalinista, Trotsky faz o seguinte prognóstico: “É indiscutível que nem a direção mais correta e planejadora poderia conduzir a URSS à construção do socialismo dentro de suas fronteiras nacionais, isolada da economia mundial pelo monopólio do comércio exterior. Se a revolução proletária nos países capitalistas avançados se posterga por várias décadas, a ditadura do proletariado da República Soviética cairá inevitavelmente, vítima de suas próprias contradições econômicas, combine ou não esse processo com a intervenção militar. Traduzido em linguagem política, isso significa: o destino da república soviética, nas condições mencionadas, está determinado pela direção econômica interna e pela luta revolucionária do proletariado internacional. Em última instância, o segundo é o fator decisivo (...). “A política correta na URSS significa prolongar o mais possível a existência da ditadura proletária nas condições de isolamento em

que se encontra. A política correta para a Internacional Comunista implica impulsionar em tudo que for possível o triunfo do proletariado nos países avançados. Em certo ponto, essas duas linhas tendem a se unificar. Somente com essa condição, o contraditório regime soviético atual poderá – sem termidor, nem contrarrevoluções, nem novas revoluções - transformar-se em uma sociedade socialista sobre a base da expansão do socialismo, que finalmente deverá abarcar todo mundo”.

Essa compreensão histórica somente poderia vir de um dirigente da Revolução de Outubro imbuído da tarefa de desenvolver o marxismo-leninismo em meio ao surgimento do termidor. Lutou para que a direção herdeira de Lênin estabelecesse uma linha econômica, baseada na estatização dos meios de produção, no monopólio do comércio exterior e na economia planificada, e que estivesse voltada a convergir com a revolução internacional. A tese de que se retardasse demasiadamente a revolução socialista nos países de capitalismo avançado, a ditadura do proletariado seria inevitavelmente varrida, se baseia nas leis da história e na aplicação do materialismo dialético.

# 32 anos da liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

*Publicamos a seguir um posicionamento do Partido Operário Revolucionário (POR) divulgado no Jornal Massas, nº 26, de janeiro de 1992, portanto, cerca de 20 dias da hecatombe histórica. Trata-se de um documento que mostra o cuidado do partido em compreender e responder a luta revolucionária contra o estalinismo e o processo de restauração capitalista. Esse mesmo cuidado se verifica nas formulações aprovadas nos seus Congressos, isso desde o primeiro Congresso de fundação. Constata-se que seguem os fundamentos da Oposição de Esquerda e da IV Internacional, edificadas sob a direção de Trotsky.*

*Passaram-se mais de três décadas do desmoronamento da URSS, e a Rússia, bem como as ex-repúblicas soviéticas, se encontram mergulhadas na crise mundial do capitalismo. A crise de direção, assinada no Programa de Transição, de 1938, é o grande problema para o proletariado da Rússia, das ex-repúblicas soviéticas e do Leste Europeu retomarem a sua unidade revolucionária, recuperarem o terreno perdido e reatarem o processo de transição do capitalismo ao socialismo, iniciado pela Revolução de Outubro de 1917 e pela constituição da URSS em 1922. Custe o que custar, a vanguarda com consciência de classe, dedicada a reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, tem de se empenhar em compreender os acontecimentos que levaram à derrota da Oposição de Esquerda e ao fortalecimento do termidor encarnado pelo revisionismo estalinista. As dificuldades são imensas devido justamente à própria crise de direção, que reflete o atraso ideológico da vanguarda e o baixo desenvolvimento organizativo.*

*Os 32 anos da catástrofe que se abateu sobre a URSS devem ser tomados como motivo para a busca do conhecimento das transformações regressivas ocorridas, não só em referência à Revolução Russa mas também às demais revoluções, como a chinesa, cubana etc. Neste número do jornal Massas, iniciamos uma exposição da luta de Trotsky contra o revisionismo estalinista, pela continuidade do marxismo-leninismo e pela defesa de vida e morte da URSS como instrumento da revolução mundial. Essa tarefa é fundamental para a luta voltada a construir os partidos marxista-leninista-trotskistas e reconstruir a IV Internacional. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), passo a passo, vem compreendendo o significado histórico do desmoronamento da URSS e da restauração capitalista. Trata-se de potencializar sua capacidade organizativa, que implica a aplicação do programa e da linha política do internacionalismo proletário.*

**CONTINUA** →

# A desintegração da URSS e a formação da Comunidade de Estados Independentes

*Jornal Massas, janeiro de 1992*

No último dia 8 de dezembro, os presidentes das Repúblicas da Rússia, Ucrânia e Bielo Rússia assinaram um acordo pelo qual declararam o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como “sujeito de direito internacional” e a constituição de uma Comunidade de Estados Independentes (CEI), aberta à participação das outras repúblicas que constituíram a URSS. Poucos dias depois, em 21 de dezembro, oito Repúblicas já haviam aderido a esta nova “união” e extinguíram a Presidência Soviética, passando o comando das Forças Armadas soviéticas ao ex-ministro da Defesa de Gorbachev, marechal Shaposhnikov. No natal, Gorbachev anunciava sua renúncia a um cargo que já não existia mais.

O processo de formação da CEI não se inicia na reunião de 8 de dezembro, mas muito antes. A crise mundial do capitalismo afetou profundamente a economia dos Estados burocratizados, que sofrem de estagnação econômica há alguns anos, produto do controle burocrático estalinista sobre a economia estatal, usurpação que bloqueou as forças produtivas ao arrancar o controle da economia das massas.

Tanto na URSS, quanto nos outros países do Leste Europeu, a crise econômica foi corroendo as bases de sustentação do Estado, criando poderosas tendências desagregadoras. A casta burocrática estalinista trabalhou inicialmente pela modificação dos regimes políticos em crise nos países do Leste Europeu, que contou com sua participação ativa e levou, em geral, à formação de governos de coalizão entre a burocracia estalinista e forças nacionalistas, abertamente pró-capitalistas.

Nos últimos dois anos, a direção do Partido Comunista da URSS (PCUS) se debateu sobre a forma e o ritmo de processar uma reforma no Estado da própria URSS, que acomodasse e contivesse as tendências desagregadoras, com o objetivo de evitar a desintegração do regime político. Os arquitetos desse processo foram o próprio Gorbachev, seu assistente e ideólogo da Perestroika, Iakovlev, o ex-chanceler, Schevarnadze e outros ideólogos do PCUS.

Todos eles, autodenominados “reformadores”, foram forjados no auge da época estalinista e desempenhavam funções de alta direção no PCUS nos tempos em que a URSS era dirigida por Brejnev, considerados da “linha dura” do estalinismo, Gorbachev era seu ministro da Agricultura e também o responsável pelos chamados planos quinquenais, que organizavam a produção; na mesma época, Schevarnadze era o chefe do PC na Geórgia e sufocou diversos movimentos reivindicatórios de liberdades democráticas e melhores condições de trabalho em sua República.

O processo de reforma no Estado começou em 1990, quando o PC abdica da exclusividade de seu papel de direção do Estado e abre caminho para a formação de diversos partidos (que expressavam os diferentes graus e ritmos de disposição de reformar o país no rumo do capitalismo), realiza eleições para a presidência da URSS e atribui a Gorbachev “poderes especiais” para governar o Estado acima do parlamento soviético, já que a estrutura estatal apoiada na rede burocrática estalinista começava a desabar.

Em 17 de março de 1991, o governo realiza um plebiscito para modificar a URSS, estruturando uma “União Renovada de Repúblicas Soberanas”, que é aprovado por 76,4% de votos, obtidos com o apoio decisivo da maioria burocrática, favorável à reestruturação do país através de uma “união” de repúblicas independentes. Como se vê, bem antes do golpe de agosto, a burocracia se movimentava no sentido de uma secessão que tinha por objetivo justamente resguardar algum tipo de união de aparato burocrático ao redor de Moscou.

Realizaram-se, nesse período, diversas eleições para presidente nas Repúblicas, ou plebiscitos sobre sua independência. A burocracia debatia-se sobre o ritmo e a forma de processar as reformas diante da agitação nos países do Báltico (Lituânia, Letônia e Estônia). Em janeiro de 1991, o setor da “ala dura” do Exército interveém militarmente à revelia das decisões de Moscou. De um lado, este setor burocrático “conservador”, ligado às cúpulas da KGB e do Exército, defendiam manter a união à força se necessário e utilizar-se dela para implantar as reformas pró-capitalistas com mão dura sobre as massas. De outro, o setor de Schevarnadze, Yeltsin etc. (hoje organizados partidariamente no chamado Movimento por Reformas Democráticas) pregava uma reforma “democrática” no estilo ocidental (burguês) de Estado, para a partir dela viabilizar a implantação da chamada economia de mercado.

Como se vê, ambas tinham o objetivo de destruir as conquistas da Revolução Russa e impulsionar o retorno do capitalismo no país. O setor de Yeltsin e Schevarnadze contava com o apoio do imperialismo, que traçou um projeto no rumo da implantação do capitalismo a partir da reconstituição do Estado nos moldes burgueses. Gorbachev pretendia, através de concessões, arrastar o setor “duro” para a proposta apoiada pelo imperialismo, e manter a unidade burocrática.

O golpe de 19 de agosto de 1991 foi uma aventura do setor “conservador”, que diante dos sistemáticos levantes das massas (greves por todo o país, levantes nacionalistas etc.), avaliou a reforma “democrática” inviável. Pretendia colocar um Estado baseado na força militar a serviço da implantação do capitalismo (o próprio Ligachev reconheceu que seus objetivos no campo econômico eram congruentes com os de Gorbachev). Errou feio quando não percebeu o grau de desagregação burocrática e se colocou na contramão dos planos do imperialismo. Seu “golpe” nasceu morto: toda cúpula burocrática tinha consciência disso, tanto é que chefes do partido, como Kravchuk da Ucrânia, ideólogo do PCUS, desligaram-se no mesmo dia 19 do PCUS e passaram a trabalhar pelo fracasso da junta de Ligachev. Gorbachev voltou à presidência como aquele que personificava seu plano falido de unificar a burocracia.

O setor majoritário da cúpula burocrática imediatamente se colocou fora do PCUS e sustentou as propostas de Yeltsin de supressão das liberdades políticas do PCUS e de concentração de poderes em suas mãos. Inicialmente, apoiou o Tratado da União que havia sido proposto por Gorbachev semanas antes do golpe, mas pouco a pouco essa “União” de Gorbachev foi diluindo-se e as reuniões ao redor de um poder central esvaziaram-se.

Yeltsin percebeu a falência da tentativa de Gorbachev de manter a unidade ao redor de uma espécie de “duplo poder” e agiu rapidamente na formação da CEI, que não era um projeto oposto ao de Gorbachev, mas seu complemento. Tanto é assim que imediatamente contou com o apoio de toda cúpula burocrática das outras repúblicas, excluindo a Geórgia e as repúblicas independentes do Báltico (Lituânia, Letônia e Estônia).

## Perspectiva da proposta “democrática”

A realização de eleições diretas em grande parte das repúblicas da ex-URSS atende às pressões do imperialismo, que pretende implantar o capitalismo a partir do Estado. O capital internacional julga que implantar o capitalismo, jogando os Estados

burocráticos em crise diretamente contra as massas seria inviável, pois aguçariam as lutas sociais, que poderiam levar, ao invés da implantação do capitalismo, à derrocada da burocracia. Os Estados Unidos e seus aliados julgam que momentaneamente a melhor tática é a democratização nos moldes burgueses dos Estados, e a partir deles iniciar um processo de privatizações, abertura de mercados, liberação dos preços etc. Por isso, pressionavam por eleições diretas. E conseguiram. O fracasso dessa via conduzirá a uma sanguinária ditadura, caso as massas não consigam transformar suas lutas instintivas em luta pela retomada do poder do Estado, o que implicará a construção do partido revolucionário.

Na Ucrânia, por exemplo, Kravchuk controlava o partido e o Estado há muito tempo. Não havia necessidade de realizar eleições, nem plebiscito, pois oito meses antes a população havia votado permanecer na União Soviética. A nova eleição se justifica para satisfazer os planos imperialistas, dando ao velho estalinista Kravchuk o respaldo de votação popular, para utilizar um governo desgastado pela desagregação burocrática.

O processo se repetiu nas outras repúblicas. No Cazaquistão, chegou-se ao ponto do líder burocrata realizar uma eleição onde concorreu sozinho e ganhou com 98% dos votos. Na Geórgia, o vencedor pertencia à “ala dura” do PC, e a ala “democrata” de Yeltsin o derrubou nos primeiros dias do ano, através de um golpe assegurado por milícias burocráticas, que ousaram até metralhar as massas que se manifestavam contra o golpe.

Apesar de seu discurso “democrata”, tudo indica que Yeltsin e a nova organização dirigente da burocracia terão de endurecer o regime contra as massas para implantar o capitalismo. Tendo que se transformar em abertas ditaduras contra as massas, que se levantarão contra o brutal ataque às suas condições de vida. As recentes manifestações pró-comunistas nas praças da ex-URSS indicam isso. Apesar de a imprensa propagandear o “nacionalismo” e o separatismo no interior da URSS, é bom não esquecer que os ucranianos, há oito meses votaram favoráveis à unidade e duas regiões da Moldávia rebelaram-se contra o separatismo governamental e declararam-se independentes (da Moldávia) e ligadas à antiga União.

A desagregação do estalinismo e a implantação de medidas capitalistas agudizarão a luta de classes, que levará à destruição da burocracia, defesa das conquistas da Revolução Russa e restauração do poder das massas. Para isso, os trabalhadores eslavos, muçulmanos e das múltiplas nacionalidades da ex-URSS terão de construir o Partido Revolucionário, seção da IV Internacional. Esta é uma condição para desenvolver as condições para a revolução política, oposta à restauração capitalista.

## Dificuldades da burocracia

### A CEI já nasce em crise, a desintegração continua

A formação da CEI não resolveu a maior parte dos problemas que estão colocados para a burocracia. Não se conseguiu um acordo sobre a unificação das Forças Armadas (a Ucrânia, Bielo Rússia e Cazaquistão pretendem manter exércitos independentes e dividir o controle do arsenal nuclear com Yeltsin). A questão militar é ponto de barganha para negociar com o imperialismo e as tendências à guerra civil ameaçam os burocratas dos países da ex-URSS, que veem na constituição de Guardas Nacionais um modo de terem um instrumento de repressão às massas, que se levantam contra o avanço da miséria.

As tentativas de manter uma união através da submissão das Repúblicas à Rússia torna-se cada vez mais difícil. As Repúblicas não querem ficar sob a batuta de um Yeltsin, que governa um Estado extremamente instável, mas dependem economicamente do país, que detém 80% da população e capacidade produtiva. A centralização ao redor de Moscou não resolverá a crise interburocrática, porque não conseguirá resolver a crise econômica, reflexo da crise mundial capitalista.

A liberação de preços numa economia que caiu 10,9% na produção agrícola e 11,3% na produção industrial no ano passado, dominada pela corrupção e pelos especuladores (mercado negro), aprofundará os choques sociais. Os aumentos de preços de 300% a 500% realizados em janeiro, impulsionarão as massas a se rebelarem contra o governo, como já estão fazendo.

O imperialismo vacila em investir no projeto de liberalização da economia, porque o país está completamente instável. Setores da própria burocracia “reformista” já chegaram a pedir a renúncia de Yeltsin, que tem enfrentado manifestações de milhares de pessoas contra o fim da URSS, contra os aumentos de preços, contra a implantação do capitalismo e contra Yeltsin.

Os setores golpistas do PCUS não foram totalmente dissolvidos, e têm influência no interior das Forças Armadas. Trabalham para se constituir em uma alternativa ao fracasso de Yeltsin.

De qualquer forma, não será possível a implantação pacífica do capitalismo na ex-URSS. Para os contrarrevolucionários (que hoje condenam abertamente a Revolução Russa) implantarem o capitalismo será necessário criar uma ditadura sanguinária para enfrentar as massas. Estas necessitam organizar-se com independência de classe (construir o partido) para pôr abaixo a burocracia traidora e restaurar a ditadura proletária.

## Lênin e a União Soviética

A URSS foi constituída em 30 de dezembro de 1922 com a adesão das repúblicas soviéticas da Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia ao tratado da união, votado pelo Congresso dos Sovietes. A criação de uma federação de repúblicas socialistas foi o resultado da vitória da Revolução de Outubro, dirigida pelo partido bolchevique sob a orientação de Lênin. Trinta e três anos após sua dissolução formal, em 25 de dezembro de 1991 (preparada pela política contrarrevolucionária do “socialismo em um só país”), compreender o esforço de Lênin por sua fundação, os princípios que o guiaram e o lugar da URSS na revolução mundial, permanece como uma tarefa para vanguarda militante.

A tomada do Palácio do Inverno, em novembro de 1917, pela guarnição de Petrogrado e as milícias operárias, abriu o período da passagem do poder para as mãos dos soviets em toda a Rússia czarista. O bolchevismo conquistou o leme do Estado em meio à Primeira Guerra Mundial, que expressou a barbárie imperialista. A guerra civil, imposta logo a seguir pelos brancos<sup>1</sup> e as potências europeias, foi vencida pelo Exército Vermelho de operários e camponeses, sob o comando de Trotsky, após dois anos de duríssimas batalhas e ao custo de uma grande fome e destruição material. Proclamadas em 1919, as repúblicas soviéticas da Bielorrússia e da Ucrânia logo se consolidaram com o término desta nova guerra.

<sup>1</sup> Referência ao Exército Branco, contrarrevolucionário, organizado pela burguesia e aristocracias russas, com o apoio do imperialismo, para derrubar o poder soviético.

No caso bielorrusso, a partir de meados dos anos 1920, um pouco antes da assinatura do tratado de Riga<sup>2</sup>; e no caso ucraniano, após a encançada luta contra as tropas de Wrangel, contra a Rada<sup>3</sup>, os verdes<sup>4</sup> e os poloneses. A Federação Transcaucasiana, que abarcava a Geórgia, Armênia e Azerbaijão, se constituiu em março de 1922, e em dezembro (em Baku) adotou formalmente o nome de República Socialista Federativa Soviética da Transcaucásia. O estabelecimento do poder soviético nas inúmeras nacionalidades do império russo mostrou que era possível ao proletariado e seu partido a fusão mais completa com as massas, inclusive as massas alógenas dos pequenos povos, sob o programa da revolução social.

A necessidade de vencer o cerco imperialista, superar o isolamento e reerguer a economia devastada estiveram na base da criação de uma federação de repúblicas soviéticas. Lênin, à frente do novo governo do Conselho dos Comissários do Povo, preocupou-se desde o princípio com as tratativas para a criação da união. Desde longa data, dedicara-se a estudar o problema da opressão nacional na Rússia e a necessidade de fixar no programa do POSDR a bandeira da autodeterminação dos povos. Em seus escritos, não apenas expôs o caráter revolucionário democrático da luta pela libertação nacional, como a defesa de que as pequenas nações pudessem exercer o direito de se separarem, constituindo seus próprios estados independentes. Não poucas vezes, Lênin polemizou a este respeito com a ala esquerda da II Internacional, antes de tudo, com Rosa Luxemburgo que aferrava-se a uma posição equivocada. Lênin, porém, jamais permitiu a confusão entre o direito de separação (essência da autodeterminação) e a defesa deliberada da fragmentação e balcanização que acabavam por se erguer - com suas inúmeras fronteiras nacionais - como um bloqueio às forças produtivas.

Nas vésperas da Revolução de Outubro, ao analisar a polêmica de Engels com os anarquistas sobre o federalismo, em seu folheto 'O Estado e a Revolução', Lênin preconizou a defesa de uma república unitária democrática e centralizada. Aí diz: "Mas Engels não concebe de modo nenhum o centralismo democrático no sentido burocrático em que usam este conceito os ideólogos burgueses e pequeno-burgueses e, entre estes últimos, os anarquistas. O centralismo, para Engels, não exclui de forma alguma a ampla administração local que, defendendo as 'comunhas' e as regiões voluntariamente a unidade do Estado, elimina absolutamente todo o burocratismo e todo o 'comando' vindo de cima. (...) A república centralista verdadeiramente democrática dava mais liberdade que a república federalista ou, por outras palavras: a maior liberdade local, regional e outras conhecidas na história foram dadas pela república centralista e não pela federativa."

Estes princípios, adaptados ao problema concreto da autodeterminação, o guiaram no debate sobre a constituição da URSS. Em 1922, o primeiro ano de reconstrução pós-guerra civil e o quarto dedicado à edificação da Internacional Comunista, o debate sobre uma federação de repúblicas converge, não sem problemas, para as negociações práticas, a votação de resoluções e a elaboração de um tratado comum. Em setembro deste ano, numa carta a Kamenev sobre o projeto de resolução de criação da URSS (a cargo do comissariado do povo das nacionalidades, nas mãos de Stálin), Lênin manifesta aqui sua primeira preocupação: "a meu ver o problema é muito importante. Stalin tem certa tendência a se apressar". Ele solicita que Kamenev, membro do bureau político e Zinoviev, membro do CC, se ocupassem do projeto de resolução e indica mudanças. A preocupação de Lênin não era sem motivo. A fórmula imposta de maneira apressada por Stalin, e que refletia tendências latentes de chauvinismo russo, previa apenas a adesão com autonomia das repúblicas à RSSFR. A pressão de Lênin no bureau político permitiu contornar a situação e alterar o §1º, impondo a seguinte fórmula: "em vez de 'incorporação' à República Socialista

Soviética Federativa Russa: União formal com a RSSFR em uma união de repúblicas soviéticas da Europa e Ásia". Como se pode ver, entre a fórmula de Lênin e a de Stalin havia um abismo. Com essa mudança, Lênin queira deixar claro que as repúblicas seriam "iguais em direitos", o que só poderia ser alcançado criando-se uma entidade estatal por onde se efetivasse a autodeterminação de fato. A segunda frente de batalha de Lênin esteve na criação de um Comitê Executivo Central (CEC) da união das repúblicas soviéticas da Europa e Ásia, paralelo ao CEC russo, que também foi vencida no bureau político.

Por esta época, os relatórios das comissões manejadas por Stalin acusavam o comunista georgiano Mdivani e o próprio CC do Partido Comunista da Geórgia (resistentes à adesão apressada à URSS) de "independentistas" e expressarem aspirações nacional-burguesas georgianas. Lênin não possuía qualquer simpatia para com os 'independentistas', mas era ainda mais implacável contra qualquer manifestação de chauvinismo russo sobre as pequenas repúblicas soviéticas, exigindo um tratamento meticuloso da questão e enviando representantes à Geórgia para discutir uma solução. O princípio leninista de uma "federação de repúblicas iguais em direitos" levava em conta a desconfiança das massas não russas e a necessidade de superá-las na base da experiência prática com uma URSS. Apesar disso, o grande temor de Lênin, o nacionalismo grão-russo, resquício do velho asiatismo e da barbárie czarista, penetraria até os ossos no comissariado estalinista e de lá em todo o aparelho soviético.

O projeto de resolução foi finalmente apresentado ao bureau político do CC em outubro, com modificações sugeridas por Lênin (que não assistiu à reunião) e Mdivani. A julgar pela irritação de Lênin com certos detalhes do projeto de resolução, é possível concluir que se convencera de que a resistência do bureau às suas propostas indicava a permanência dos preconceitos grão-russos nos órgãos centrais. Ele então escreveu a Kamenev, em 6 de outubro, nos seguintes termos: "declarar uma guerra de vida ou morte ao chauvinismo grão-russo. (...) É absolutamente preciso insistir que o Comitê Executivo Central da União seja presidido em rodízio por um: ucraniano, russo, georgiano etc."

Stálin engolia de má vontade as concessões de Lênin às demais repúblicas para a constituição da URSS, nos marcos de uma "federação de república iguais em direitos". A oportunidade de avançar com o burocratismo chauvinista veio com o segundo ataque de arteriosclerose sofrido pelo fundador do bolchevismo, em 16 de dezembro de 1922, que o afasta, em definitivo, do governo. Algum tempo antes, ao retornar às suas funções dirigentes em junho, depois do primeiro ataque da enfermidade de maio, Lênin percebeu o avanço espantoso da burocracia no aparelho de Estado e no partido. Nos escritos deste período, é perceptível a atenção que dá a este problema. Foi neste período que propôs a Trotsky um bloco para enfrentar a burocracia, iniciando o combate por seu órgão mais visível: a Inspeção Operária-Camponesa. Antes da recaída de um segundo ataque, Lênin esteve mergulhado na luta contra a decisão do Pleno do CC de outubro, aprovada por inspiração de Bukharin, que enfraqueceu o monopólio do comércio exterior. Ocupado nos preparativos do IV Congresso da Internacional Comunista, no debate sobre o contingente do Exército Vermelho e mergulhado na leitura de relatórios para travar a luta pelo fortalecimento do monopólio, Lênin não pôde acompanhar em detalhes a questão georgiana, que começava a tomar um rumo perigoso. Em telegrama de 21 de outubro a Tsintsadze e Kavtaradze, membros do CC do Partido Comunista da Geórgia, Lênin ainda os censurava pelas novas divergências com a resolução sobre a criação da URSS, assim como condenava os insultos proferidos por Ordzhonikidze, também georgiano e membro do CC do PCR. Será pouco depois deste telegrama que Lênin, ainda convalescente, tomará co-

2 Tratado que pôs fim à guerra russo-polonesa (1919-1921)

3 Parlamento burguês ucraniano dominado pelos partidos nacionalistas hostis à Revolução Russa.

4 Milícias anarquistas de Nestor Makhno.

nhecimento da profundidade da crise provocada pelos partidários de Stalin.

A reunião da comissão enviada por Moscou, e liderada por Ordzhonikidze, para tratar com os georgianos resistentes à sua incorporação na URSS, descambou em pancadaria. Diante das denúncias de agressão, uma comissão do CC do PCR, liderada por Dzerzhinsky e enviada para apurar os fatos, concluiu com um relatório onde condena os georgianos e minimiza a agressão proferida por Ordzhonikidze. Lênin, semiparalisado em seu leito, redige notas ao se informar do episódio. Estes escritos que, em conjunto com outros textos, seriam conhecidos como o “Testamento de Lênin” foram submetidos à pesada censura estalinista e só se tornariam públicos no governo Kruschov, em 1956, apesar de toda denúncia da Oposição de Esquerda, formada por Trotsky. Sua importância está nas novas considerações sobre o chauvinismo e as tarefas diante da URSS que podem ser resumidas nas seguintes teses:

1) Nas condições de burocratização do Estado soviético, a liberdade de separa-se da União por parte das pequenas nações é pura ficção, um “papel vazio”. A União é incapaz de defender os povos não-russos da invasão do russo genuíno, chauvinista, no fundo um canalha e um agressor como é o típico burocrata russo.

2) Toda a idealização da autonomia, ‘independentismo’, era radicalmente falsa e apressada. Os que clamavam sobre a necessidade da unidade do aparato, reproduziam os interesses do mesmo aparato russo “que tomamos do czarismo, tendo nos limitado a lubrificá-lo com óleo soviético”.

3) Nesse assunto exerceram uma influência fatal a pressa e o afã administrativo de Stálin. Stálin que acusava os georgianos de ‘social-nacionais’, comportou-se ele próprio como um social-nacional de uma grande nação e atacou os interesses de solidariedade de classe.

4) É preferível exagerar quanto às concessões e aos cuidados para com as minorias nacionais do que pecar pelo oposto. Não há nada de mais sensível para os membros ofendidos de uma nacionalidade do que o sentimento de igualdade e a violação dessa igualdade por parte de seus camaradas proletários.

5) É preciso manter e fortalecer a URSS. Ela é tão necessária para nós quanto para o proletariado comunista mundial, para lutar contra a burguesia mundial e defender-se de suas intrigas.

6) Punir Ordzhonikidze. Revisar todos os materiais da comissão de Dzerzhinsky e depurá-los dos erros de parcialidade. Responsabilizar politicamente por toda a campanha nacionalista grã-russa a Stálin e Dzerzhinsky.

7) Implantar normas severas de defesa das minorias, nas línguas e onde for possível, uma vez que, sob pretextos de unificar ferrovias, indústrias etc., haverá espaço para os abusos do nacionalismo grão-russo.

8) A depender do resultado destas normas, e, se preciso for, recuar no próximo Congresso dos Sovietes no sentido de manter a união de repúblicas soviéticas apenas no campo militar e diplomático e em todos os restantes restabelecer a autonomia completa dos distintos comissariados do povo.

9) O dano que nosso aparato pode sofrer pela falta de aparatos

nacionais unificados com o aparato russo, é incalculavelmente menor do que o dano que representaria não só para nós, mas para todo o movimento internacional, violar nossa sinceridade de princípios e toda a defesa que fazemos da luta contra o imperialismo, especialmente frente aos povos oprimidos da Ásia, que devem avançar ao primeiro plano da luta no próximo período.

Lênin já se encontrava bastante enfermo quando representantes das quatro repúblicas se reuniram em Moscou para aprovação do tratado de criação da URSS, em 30 de dezembro de 1922. O tratado seria, em seguida, sancionado formalmente pelo Congresso dos Sovietes.

Em seu último período de vida, Lênin analisou a burocratização - estudando e ditando artigos sobre a Inspeção Operária e Camponesa, a Comissão Central de Controle e as tarefas para a melhoria do aparato - ao mesmo tempo em que recolhia materiais sobre a questão georgiana para uma ofensiva contra o aparelho estalinista. O relato de suas secretárias deixa claro as dificuldades de acesso ao relatório de Dzerzhinsky sobre o incidente na Geórgia, liberado por Stalin somente após o aval do bureau político. Lênin, já bastante debilitado e dependente de suas secretárias para o estudo dos materiais sobre a Geórgia, preparava um dossiê e alimentava esperanças de intervir pessoalmente no XII Congresso do PCR. Em princípios de março, nas vésperas de seu terceiro e último ataque apoplético, pediu a Trotsky que assumisse a defesa da questão georgiana no Pleno do CC do PCR. Seu último escrito, datado de 6 de março de 1923, esteve justamente dedicado a este tema. Nele se solidariza com Mdivani e Makharadze e demonstra indignação com a brutalidade de Ordzhonikidze e a convivência de Stálin-Dzerzhinsky. Trotsky relata em sua autobiografia que Lênin ‘preparava uma bomba’ contra Stálin no congresso do partido. Após sua piora de março, contudo, Lênin perdeu a capacidade de fala e teve nova paralisia, vindo a falecer em 21 de janeiro de 1924.

O avanço irrefreável da burocratização estalinista, transformando-se, por fim, numa ditadura unipessoal do Secretário Geral, converteu a URSS numa nova “prisão dos povos”, contrariando todo o legado e ensinamentos de Lênin. A Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky em 1923, não teve como impedir o triunfo do termidor. A IV Internacional, fundada em 1938, golpeada pela repressão e pelo recuo da classe operária internacional, reuniu forças para potencializar as diretrizes da revolução política. O desmoronamento da URSS em 1991, antecedido pelo colapso dos estados operários degenerados no Leste Europeu, representou uma enorme vitória do imperialismo sobre as conquistas revolucionárias do proletariado, e abriu uma nova etapa mundial de reação imperialista em sustentar o capitalismo em decomposição. O significado histórico da URSS para a revolução mundial e a emancipação dos povos oprimidos pelo imperialismo, ou seja, sua compreensão marxista mais profunda, não pode ser devidamente assimilada sem o estudo cuidadoso de Lênin e sua obra, bem como a luta de vida ou morte contra o termidor estalinista e o processo de restauração capitalista. No centenário de sua morte, que completa em 21 de janeiro de 2024, os revolucionários marxistas-leninistas-trotskistas reafirmam a vigência de seu pensamento, o empenho em superar a crise mundial de direção e a luta para sepultar o capitalismo apodrecido.



**R\$ 30**

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DO MASSAS

**LANÇAMENTO LIVRO**

**Lênin estrategista  
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova  
Coleção  
Editorial

**Lênin estrategista da revolução proletária**

*Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique*



*As formulações do Partido Operário Revolucionário (POR), abaixo publicadas, foram apresentadas na entrevista da TVComuna, em 19 de outubro. Como se vê, havia se passado pouco mais de duas semanas da operação militar do Hamas contra o Estado sionista de Israel, em 7 de outubro. A guerra imediatamente desfechada contra os palestinos da Faixa de Gaza completa, em 7 de janeiro, três meses.*

*Os bombardeios e a ocupação da Faixa de Gaza pelas Forças de Defesa de Israel vêm provocando uma matança sem precedentes no conflito que perpassa 75 anos da criação do Estado sionista de Israel. Ocorre em um momento de avanço da crise mundial, marcado pela guerra na Ucrânia que em 24 de fevereiro completará dois anos. As guerras no Oriente Médio e na Europa estão interligadas sobre a base da guerra comercial travada pelos Estados Unidos com a China. Essa simultaneidade evidencia a escalada militar e os perigos de um confronto dos Estados Unidos e aliados com a China, Rússia e aliados. É nessas condições que se coloca a defesa estratégica do programa da revolução social, as bandeiras que unificam o proletariado e os demais explorados e a tática da luta anti-imperialista.*

*O Partido Operário Revolucionário vem realizado com máximo empenho a campanha estabelecida pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).*

*A exposição abaixo é parte da luta em defesa do direito de autodeterminação do povo palestino e pelo fim imediato da guerra colonialista desfechada pela burguesia sionista e pelos Estados Unidos contra a Faixa de Gaza.*

## Transcrição do debate na TV A Comuna

Eu queria começar também com alguns elementos. Acho que a Gisele já fez uma boa introdução, trazendo uma contextualização histórica sobre a fundação do Estado de Israel, sobre todo o percurso da construção do Estado de Israel em 1948 para cá. Enfim, eu queria começar destacando que nós estamos diante de uma tragédia, que é a pior já vivida pelos palestinos nesses 75 anos de luta e resistência contra o imperialismo israelense e norte-americano. Não há como dissociar o imperialismo israelense do imperialismo norte-americano e esses acontecimentos, que tiveram início no sábado, com um ataque do Hamas. Um ataque legítimo do Hamas. Vamos fazer um parêntese bem breve para explicar que o marxismo nos ensina que toda violência em favor da libertação dos oprimidos é uma violência revolucionária, a ação armada do Hamas se coloca no terreno da luta pela autodeterminação dos palestinos, se coloca, portanto, no terreno do combate a uma opressão suportada há longo tempo pelo povo palestino, uma opressão que se traduz naquilo que a Gisele falou que é de limpeza étnica.

Aquilo que começou como um ataque do Hamas à Israel, diga-se de passagem, um ataque modesto, do ponto de vista das forças econômicas que Gaza tem e da força militar que o Hamas possui - o Hamas não possui aviões, não existem aeroportos em Gaza desde 2007, é um campo de concentração a céu aberto, as saídas de Gaza estão fechadas, há um controle militar absurdo estabelecido ali, ninguém entra por terra, por mar e por ar em Gaza sem autorização de Israel e dos Estados Unidos; inclusive a fronteira egípcia, por mais que haja os interesses particulares da ditadura egípcia em impedir a entrada de refugiados palestinos no país e de que isso, de alguma maneira, pudesse vir a fortalecer a Irman-

dade muçulmana, que é a grande opositora da ditadura de Al Sisi, atualmente no Egito, o fato é que até a própria fronteira egípcia com Gaza está sob o controle do imperialismo. Então, a ação do Hamas, uma ação legítima de luta pela libertação, se transformou imediatamente num massacre, dada a correlação de forças entre os dois beligerantes.

Essa guerra não é uma guerra regular porque sequer o Hamas, sequer a Palestina tem condições de colocar de pé um exército formal e travar uma luta, uma guerra formal contra Israel. Ele está obrigado a recorrer aos métodos do terror individual e aos métodos de guerra irregular, a famosa guerrilha, tão conhecida pelos movimentos sociais no século XX, inclusive aqui na nossa América Latina. E veja, Nelson, não precisava ser nenhum especialista em Oriente Médio, em questões palestinas para saber que a reação israelense, apoiada pelo imperialismo norte-americano, é de um massacre. E os dados nos 13 dias - hoje completam-se 13 dias de ação, de conflito militar - os números, de fato, comprovam isso. Temos aproximadamente 4.000 mortes de palestinos em Gaza contra 1.500 israelenses mortos, segundo os dados que a imprensa tem revelado. De domingo (08/10) para cá, a ação israelense foi de uma covardia tão absurda, especialmente com a decisão de cortar o fornecimento de água, de energia, de alimentos, remédios à Gaza, que isso tem potencializado a mortandade numa ação muito clara de Israel no sentido de massacrar, de alguma maneira, e punir o povo palestino pela ousadia de ter protagonizado um ataque inesperado e de ter inclusive deixado os especialistas militares de boca aberta com a ousadia de penetrar no território israelense, capturar reféns e controlar momentaneamente algumas vilas, alguns vilarejos e conseguir fazer

alvos em algumas regiões de Israel, uma coisa que surpreendeu a própria inteligência norte-americana e israelense.

A imprensa tem noticiado cotidianamente esses elementos da catástrofe que nós estamos presenciando em Gaza. Os bombardeios israelenses em Gaza têm destruído edifícios inteiros. Prédios inteiros estão vindo abaixo, prédios residenciais onde há civis debaixo dos escombros que sequer podem ser resgatados porque o país está colapsado, os hospitais estão colapsados. Crianças, idosos, pessoas doentes que estão sem alimento, que estão sem água potável, hospitais que estão funcionando com geradores elétricos, pessoas fugindo das suas casas, se refugiando em escolas que, por sua vez, estão sendo bombardeadas. Essa carnificina tem todas as características do que hipocritamente o Tribunal Penal Internacional denomina como crime contra a humanidade - esse mesmo Tribunal Penal, que é um instrumento do imperialismo e que foi usado contra Putin, acusando-o de crimes de guerra. Veja o nível da hipocrisia, porque a ação israelense tem todas as características de um crime de guerra, inclusive esse acontecimento que terminou com o massacre de 500 pessoas no hospital bombardeado.

Estamos diante de uma das muitas faces da barbárie capitalista, da barbárie social que nos é imposta pela desintegração mundial do capitalismo e nós dizemos que esse conflito entre Israel e o Hamas, isto é, o povo palestino, não pode ser separado do conflito que neste momento continua a ocorrer entre a Rússia e a Ucrânia, não pode ser separado das condições atuais de choque entre os Estados Unidos e a China no contexto de uma guerra comercial planetária. Esse conflito não pode ser isolado da nossa atual etapa já descrita inúmeras vezes pelo Lênin - que é a fase imperialista do capitalismo, a fase de domínio do capital monopolista, do capital financeiro, uma fase de desintegração mundial do capitalismo, uma fase de travancimento das forças produtivas bloqueadas pelas relações monopolistas de produção; não podemos, portanto, separar esse conflito entre Israel e o Hamas desse contexto mundial de desintegração capitalista.

Vejo que um camarada fez uma pergunta agora há pouco sobre as relações entre Israel e EUA, e o porquê desse zelo enorme dos Estados Unidos em proteger Israel. Isso é indiscutível. A reação da Casa Branca, ontem mesmo, foi a de vetar uma resolução apresentada pelo governo brasileiro (governo Lula), uma resolução que fez todas as concessões possíveis e imagináveis, do ponto de vista programático, reconhecendo absurdamente - diga-se de passagem - que o Hamas é uma organização terrorista etc. e ainda assim teve o veto dos Estados Unidos na aprovação dessa resolução para que se criasse um "corredor humanitário" em Gaza. Nesse momento, a imprensa mundial tem noticiado a existência de uma fila com mais de 100 caminhões em Rafah, no posto de travessia da fronteira entre o Egito e a Palestina, e que Israel permitiu, junto com os Estados Unidos, após o incidente do hospital, que apenas 20 caminhões entrassem com água, comida e medicamentos.

Ação do Estado de Israel é uma ação voltada a castigar com mortes, com muitos feridos e com a destruição de Gaza a ousadia do Hamas. Voltando à questão Estados Unidos-Israel, a reação da Casa Branca foi - após o início do conflito - a de imediatamente se solidarizar com Israel, de dizer

que Israel tinha o direito de se defender. Parece uma piada o direito de se defender a um Estado terrorista, a um Estado imperialista, que ao longo de 75 anos tem promovido um extermínio dos palestinos. Segundo dados, há pelo menos 5 milhões de palestinos refugiados - uma diáspora - espalhados pelo Líbano, Síria, Jordânia, por outros países do Oriente Médio. Além dos Estados Unidos dizerem que Israel tinha o direito de se defender, se colocaram à disposição com financiamento, fornecimento de munições, envio de armas. Os Estados Unidos, inclusive, deslocaram dois porta-aviões. Deslocaram um primeiro porta-aviões, o GERALDO FORD, um porta-aviões moderno, da classe Ford, movido a energia nuclear, com todo o seu aparato, ali para a zona do conflito, para as águas do Mediterrâneo, no leste do mar Mediterrâneo. Em seguida, enviou um segundo porta-aviões para a região. Além disso, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Anthony Blinken, foi enviado pela Casa Branca para fazer uma visita aos países árabes da região. O porta-voz do imperialismo foi recebido pelo príncipe saudita, foi recebido no Bahrein, no Qatar, nos Emirados Árabes, foi recebido por vários desses países com a única missão: a de alinhar essas burguesias árabes, esses governos árabes, para que não se atrevessem manifestar qualquer apoio militar ou qualquer solidariedade maior aos palestinos. A presença dos porta-aviões é um recado direto dos Estados Unidos, que não podem permitir que esse conflito venha a se regionalizar, não podem permitir que o Hezbollah entre nesse conflito, não podem permitir que o Irã - que é um aliado histórico - embora o Irã seja xiita e o Hamas de tradição sunita - forneça nenhum tipo de armamento ou algum outro tipo de apoio logístico à guerra. A ação imperialista foi muito rápida, foi muito precisa, e tem um objetivo muito claro: além de impedir que esse conflito se alastre para além de Israel e Hamas, o de destruir Hamas. Isso já foi colocado na imprensa pelo próprio Biden, que anunciou, aos quatro ventos, nos jardins da Casa Branca, que a permanência do Hamas na Palestina é inaceitável (e muitos governos, dos países imperialistas aos países semicoloniais, têm seguido a reboque dessa posição), que é preciso preparar uma transição na Palestina de um governo do Hamas para um governo da Autoridade Nacional Palestina. Daí Israel se movimentar no sentido de pretender uma carnificina maior, que seria a entrada de tropas em Gaza, uma ocupação militar como bem disse a Gisele, lembrando que uma invasão israelense por terra, em Gaza, significará um massacre estupidamente maior do que o que a gente tem visto até agora com estes 4.000 mortos no conflito. Estes 4.000 mortos do lado palestino até aqui seria uma brincadeira de criança caso houvesse uma intervenção por terra de uma ação militar israelense. Ela não está descartada, embora o próprio imperialismo americano já tenha recomendado a Israel de que não é uma boa opção, neste momento, para a Faixa de Gaza.

Então, olhando esse elemento da desintegração mundial do capitalismo e todo esse desenho geopolítico da guerra, a gente tem alguns elementos como a luta pelo controle das fontes de matérias primas. A luta pelo controle do petróleo é o que obriga os Estados Unidos a agirem como um protetor inestimável do Estado de Israel, transformando Israel, apesar de todo o seu aparato, numa espécie de protetorado militar. O imperialismo norte-americano, desde antes

da criação do Estado de Israel, tem como diretriz o controle das fontes de matérias primas, entre elas o petróleo. Saddam Hussein, antes de morrer no Iraque, era taxativo a respeito disso: falava que quem controlasse o petróleo do Oriente Médio podia ditar a política econômica mundial. E nisso estava completamente certo. Os Estados Unidos precisam desse petróleo, precisam manter o controle da região do Oriente Médio. E a estratégia para controlar o Oriente Médio são duas: a primeira é um enclave imperialista colocado no interior dos países árabes, colocado no interior do Oriente Médio. Nesse aspecto, a criação do Estado de Israel é completamente artificial, ela se deu por uma imposição militar do imperialismo. Então, podemos falar de um enclave imperialista porque, se o apoio militar - o histórico apoio militar norte-americano - fosse retirado de Israel, era perfeitamente possível que Israel desabasse. Até hoje, Israel tem recebido mais de US\$ 3 bilhões anuais. Houve períodos em que este repasse chegou a US\$ 10 bilhões (em um único ano) em ajuda. Toda a tecnologia milita de Israel tem sido transferida pelos norte-americanos, tecnologia ligada à fabricação de tanques, tecnologia aeroespacial. Israel teve acesso às suas tecnologias de ponta e ainda recebem essa montanha de recursos para travar a guerra contra a Liga Árabe, contra os países árabes.

A estratégia do imperialismo para controlar essa fonte de matéria prima foi a criação de um enclave imperialista, foi criar um Estado artificial na região que pudesse servir de contrapeso aos países árabes, já que os países árabes, de uma forma ou de outra, esboçaram uma forma defensiva de nacionalismo, uma tentativa de regular o saque das suas riquezas nacionais. Outra via, além da criação do Estado de Israel, obviamente foi a de dobrar as burguesias árabes, o que se tornou possível por meio da guerra e da chantagem financeira, bloqueios econômicos, por meio de acordos financeiros como, por exemplo, chegou a ser proposto pelo governo Donald Trump. O governo Donald Trump, em 2021, se não me falha a memória, chegou a propor um acordo financeiro, um “acordo de paz” entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina (ANP), onde os Estados Unidos colocaram na mesa a proposta da ANP ceder seus territórios aos israelenses - isso formalmente, porque na prática já estava cheio de colonos israelenses na Cisjordânia, ali está entupido de colonos armados, não só eles como força militar, mas o próprio Exército israelense que entra, circula, faz a proteção dessas vilas, desses colonos israelenses - em troca dos Estados Unidos oferecerem uma ajuda econômica à Cisjordânia. Esse acordo não foi consumado, mas ele foi colocado na mesa pelo governo Trump. É um dos *modus operandi*, digamos assim, uma das formas de agir do imperialismo.

Ao longo do tempo, esse método funcionou, pois de 1979 em diante veremos uma virada das burguesias árabes. Entre 1948, o ano de fundação do Estado de Israel, e 1973-74, tivemos uma etapa de guerras árabes-israelenses, onde as burguesias árabes se contrapunham a Israel política e militarmente. Mas, desde 1975-1979, a partir dos acordos de Camp David, sob o governo norte-americano de Jimmy Carter, começou a se operar uma virada e as feudal-burguesias (vamos chamá-las assim, de feudal-burguesias, as burguesias oligárquicas do Oriente Médio montadas no pe-

trôleo) começaram a fazer uma série de acordos de reconhecimento do Estado de Israel. Assim, começa uma etapa de traição aberta das feudal-burguesias árabes ao movimento palestino e ao movimento árabe, porque as massas árabes, mesmo não sendo palestinas, são contra a existência do Estado de Israel e enxergam no Estado de Israel a presença do Ocidente imperialista impondo-se sobre as suas reivindicações históricas, sobre os seus costumes históricos. Então, tivemos mais tarde, além da capitulação de Sadat, além da capitulação do Egito, um acordo que envolveu a Jordânia e mais recentemente acordos envolvendo o Qatar, envolvendo os Emirados Árabes Unidos e, por fim, um acordo que estava sendo costurado nesse momento, alguns dias atrás, entre Israel e Arabia Saudita. A normalização das relações entre os dois países vai culminar na retomada das relações diplomáticas. Se a Arábia Saudita fechar um acordo com Israel mediado pelos Estados Unidos (ou imposto pelos Estados Unidos, seja como for) de retomada de relações diplomáticas, teremos um isolamento ainda maior do Irã e da Turquia, que são países (o Irã mais que a Turquia) que, de alguma maneira, se colocam contra a existência do Estado de Israel.

Vou, então, colocar um outro elemento que é o seguinte: vejam esse massacre que acontece hoje na Faixa de Gaza. Como já falei, expressa a decomposição mundial do capitalismo. É uma expressão da barbárie, é uma expressão da ofensiva do imperialismo sobre o Oriente Médio para assegurar o controle das fontes de matérias-primas num contexto de recessão global, num contexto de violenta guerra comercial dos Estados Unidos com a China, num contexto de declínio da potência americana, num contexto em que a OTAN avança seu poder sobre as fronteiras das ex-repúblicas soviéticas em direção à Rússia e a obriga a entrar em guerra com a Ucrânia. Esse é o contexto mundial precisa ser encarado pelos revolucionários, pelos marxistas, da seguinte maneira: a tarefa colocada é a de erguer a classe operária em todos os países. É a tarefa de construir os partidos revolucionários no Oriente Médio, é o de construir os partidos revolucionários em todo o mundo, é o de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Eu coloco isso porque muitos amigos e camaradas legitimamente se perguntam por que é que, no Oriente Médio, a luta contra Israel e o imperialismo tem sido encampada pelas organizações islâmicas ao invés das organizações operárias e marxistas, ao invés das organizações classistas. Nós precisamos responder a isso, e a resposta para isso se encontra na falência do estalinismo, antes de mais nada. Eu vou dar um dado histórico: em 1948, a votação da resolução 181 de criação do Estado de Israel em cima de uma organização paraestatal que já existia, ou seja, a construção de Israel sobre a demolição de casas, de vilas, e expulsão do povo palestino, daquilo que eles, palestinos, chamaram de Nakba (que é a catástrofe), foi votado pela União Soviética na ONU. A União Soviética, em 1948, dirigida por Stalin, votou pela criação do Estado de Israel, seguindo o imperialismo norte-americano, britânico e francês. Agora, perguntem como é que os países árabes responderam à votação da resolução 181. Enquanto a União Soviética votava a favor da criação do Estado de Israel, os países árabes se contrapu-



nham, por meio da guerra, da primeira guerra árabe-israelense de 1948-1949.

Então veja a contradição política. Caberia ao Estado operário soviético - se o stalinismo tivesse um mínimo de posição coerente em defesa da autodeterminação - caberia ao estalinismo, caberia à União Soviética, se colocarem contra a criação do Estado de Israel e tomarem para si a defesa das reivindicações das massas árabes, que é de combate ao enclave imperialista na região. A União Soviética capitulou e coube às burguesias árabes, não aos Estados operários, mas aos Estados burgueses árabes-islâmicos (alguns deles dirigidos por partidos nacionalistas, como o Baath do Saddam Hussein, que é um partido muito antigo) fazerem o enfrentamento a Israel. Algumas dessas burguesias árabes nacionalistas vão encarar a luta contra Israel. Isso teve uma implicação direta para os partidos comunistas no Oriente Médio. Qual foi a posição dos partidos comunistas, dos PCs no Oriente Médio? Eles começaram a oscilar conforme a diplomacia soviética oscilava, isto porque a União Soviética, apesar de ter votado a favor do Estado de Israel em 1948, em seguida, rompe relações diplomáticas, algumas décadas depois retoma estas relações diplomáticas, as rompe novamente. Então, os partidos comunistas não têm uma posição principista pelo fim do Estado de Israel e pela construção de um estado multinacional árabe palestino sob um governo operário-camponês. A posição dos partidos comunistas destes países árabes vai ser de oscilar e concordar com a existência do Estado de Israel, sobre a farsa de dois Estados montada na ONU. Essa posição de capitulação, repito, dos partidos comunistas no Oriente Médio leva a uma desmoralização sem precedentes dessas organizações perante as massas exploradas. Isto porque uma corrente revolucionária, uma corrente que se propõe à libertação das massas que não seja capaz de responder ao problema mais elementar para os oprimidos do Oriente Médio, que é a defesa da sua autodeterminação nacional, está fadada a ser varrida da história; está fadada a ser varrida da luta de classe. Foi o que aconteceu com os partidos comunistas. Fracassaram porque não tinham um programa revolucionário que respondesse ao problema da opressão, programa revolucionário esse que teria que começar levantando em primeiríssimo lugar o problema da autodeterminação dos povos.

\* \* \*

Houve muitas perguntas interessantes e eu não sei se vou conseguir respondê-las. Vou tentar dedicar ao ponto da solução dos dois Estados, ao ponto sobre o qual deve ser a tarefa dos trabalhadores diante desse conflito e o problema do Hamas, como caracterizamos o Hamas, qual caracterização os marxistas devem ter dele. O primeiro é que já tomando um elemento que a Gisele falou, em 1988, nós tivemos um encontro da OLP e esse encontro adotou a seguinte posição: a OLP estabeleceu que, ao mesmo tempo em que proclamava a existência formal do Estado palestino, iria lutar pelo seu reconhecimento formal junto à ONU, assim como por outros países, a OLP também reconhecia a existência do Estado de Israel e, mais que isso, renunciava à luta armada

contra o Estado de Israel.

A OLP funciona como uma espécie de federação de organizações palestinas e árabes palestinas das quais a organização mais forte, quase hegemônica, é Al Fatah. Então, essa posição adotada pela OLP não foi um erro simplesmente, foi uma traição. A história tem mostrado que, desde 1988-1989 até agora, a Autoridade Nacional Palestina tem apostado numa saída institucional, negociada, mediada por algumas potências, mediada pela ONU, para que a solução dos dois Estados seja finalmente encontrada. E o que é que temos visto? Nenhum passo concreto foi dado nesse sentido. Ao contrário, a ofensiva israelense continuou de 1988 para cá. faixas territoriais da Cisjordânia foram anexadas, na prática, por Israel. Os colonos israelenses avançaram na sua ofensiva. A Cisjordânia é um território cada vez mais fragmentado e a população palestina, nessa região, cada vez mais acuada frente à presença militar israelense. A própria presença da população israelense é cada vez maior, então, isso mostra que a solução dos dois Estados é inviável. Essa avaliação tem sido feita pelos marxistas desde longa data (se você recorre aos documentos marxistas, aos documentos trotskistas de análise da situação de Israel-Palestina, a maioria deles se mantiveram coerentes ao dizer que a solução dos dois estados é impossível). E é impossível por quê? Por que os palestinos não querem? Por que a OLP não quer? Por que a maioria na Cisjordânia não quer? Não. É porque o Estado israelense possui uma natureza imperialista e expansionista, então é da natureza do Estado de Israel se apropriar dessas terras, dessas regiões. Israel não vai parar de avançar sobre a Faixa de Gaza e sobre a Cisjordânia. Se compararmos os mapas de 1948, de 1967, 1973 com os mapas atuais da região, veremos que inúmeras faixas de terra já foram anexadas por Israel, tanto em Gaza quanto na Cisjordânia. A tendência, se não houver uma resposta dos explorados, uma resposta à altura, é, obviamente, que Gaza seja anexada por Israel. Não tenham dúvidas de que neste atual conflito é provável que Israel passe a anexar o norte de Gaza ao país. Mais faixas de terra vão sendo anexadas. Existem todas as possibilidades de que Israel saia deste conflito com mais ganhos territoriais. O objetivo final é conquistar toda a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Liquidar para sempre com a Palestina e varrer com as populações palestinas da região. No futuro, não se descarta, nisso eu concordo com a Gisele, a possibilidade de que Israel avance sobre as áreas fronteiriças dos demais países árabes. Então, faço essa colocação aqui para reforçar esta ideia porque a farsa dos dois Estados é muito difundida nas esquerdas no Brasil. Ela tem sido muito difundida pela burguesia dita "democrática". A posição oficial do governo do PT, do governo Lula na ONU qual é? A solução dos dois Estados. Outro dia o deputado Guilherme Boulos - futuro candidato à prefeitura de São Paulo pelo PSOL - fez um discurso no Congresso Nacional condenando o Hamas, condenando as suas ações, classificando-as como terroristas e se colocando pela solução dos dois Estados. Você tem uma série de correntes que vão sendo arrastadas por essas posições. Correntes que, nesse momento, estão defendendo a paz no Oriente Médio e insistindo nessa ideia dos dois estados.

A solução dos dois Estados não é uma solução viável, é

uma solução utópica porque o imperialismo norte-americano e o imperialismo israelense não podem permitir que ela se concretize. Qual tem de ser a bandeira levantada pelos trabalhadores conscientes, pelos revolucionários? É a bandeira do fim do Estado de Israel. O fim do Estado de Israel significa varrer com os judeus da Palestina? De modo algum. A bandeira de fim do Estado de Israel significa e implica a eliminação física dos judeus? De maneira alguma, embora seja isso o que os sionistas tentam passar o tempo todo. Quando você questiona a barbárie e o terrorismo do Estado de Israel eles imediatamente lhe taxam como antissemita e defensor de nazismo, como se as correntes de esquerda que estão ao lado do povo palestino, em defesa da sua autodeterminação, tivessem levantado, em algum momento, a bandeira de expulsão ou extermínio das massas israelenses. É uma loucura, um delírio dessas correntes ultradireitistas e, inclusive, de uma ala do imperialismo. A solução está na criação de um Estado multinacional, de um Estado multi-étnico ali, um Estado onde judeus e palestinos possam viver harmonicamente. Esse Estado não pode ser um Estado imperialista, esse Estado tem que ser um Estado operário, tem que ser um Estado que esteja sob controle dos explorados, das massas trabalhadoras exploradas, não há outra solução. Recorro aqui, para reforçar essa tese, ao exemplo da União Soviética. A Revolução Russa de 1917 formalizaria a constituição da União Soviética em 1922, ainda com Lênin dirigindo a revolução e o Estado operário soviético. Se vê que é possível construir Estados multiétnicos, Estados onde as populações e os povos diferentes possam viver harmonicamente. Essa ideia das rivalidades nacionais, essa ideia do nacionalismo de manejar os trabalhadores uns contra os outros, a partir da sua da sua nacionalidade, é uma ideia claramente burguesa.

Então queria frisar que os trabalhadores para conquistarem esse governo operário-camponês, onde judeus e palestinos possam viver harmonicamente, precisam se armar de um programa revolucionário e de unidade das massas árabes e judias. Hoje, os israelenses, na sua grande maioria, são arrastados pela burguesia israelense, são arrastados pela posição imperialista que coloca os palestinos como terroristas, e que é preciso uma resposta militar contra eles. Não existe dentro do Estado de Israel, hoje, nenhum partido revolucionário, nenhum partido autenticamente comunista, capaz de organizar a classe operária israelense, que nesse momento é a única força social capaz de deter a máquina de guerra de fato. Alguém colocou essa questão, e eu concordo plenamente. Gaza sozinha, unicamente com sua população, enfrentando a máquina de guerra sionista é impossível de derrotá-la. Só vai ser possível derrotar Israel com uma aliança operário-camponesa dos trabalhadores árabes-palestinos e israelenses. Porém, é preciso um programa de classe. É preciso um programa que unifique os explorados na luta contra o imperialismo, e não só contra o imperialismo como também contra as posições pró-imperialistas e reacionárias da feudal-burguesia, dos governos árabes que capitulam diante da pressão norte-americana.

Eu queria começar dizendo que nós, do Partido Operário Revolucionário, temos também uma publicação que é essa aqui: o nosso livro *Socialismo ou Barbárie*, que é uma publicação em que o POR reúne aqui vários escritos, vários

folhetos sobre o problema da revolução do Egito, sobre o problema do expansionismo sionista, sobre o problema da última ofensiva do imperialismo contra o Estado Islâmico (ISIS). É um material muito bom onde temos acompanhado esses conflitos na região do Oriente Médio, não só ali na região da Palestina e Israel, mas também em toda a região do Oriente Médio. Por exemplo, trago aqui um artigo que analisa o levante das massas no Egito em 2011, toda aquela campanha e ação militar em torno do ISIS, a guerra na Síria.

Nelson, eu acho que você falou uma coisa muito importante e que tem a ver com as manifestações de massa que tem ocorrido em várias capitais aqui no Brasil e em várias outras cidades do mundo (no interior do próprios Estados Unidos têm acontecido também manifestações de massa contrárias a essa ação israelense). O que tem unificado essas massas nas ruas a protestarem contra Israel? O que as tem unificado, em primeiríssimo lugar, é a reivindicação de que cessem todo os bombardeios de Israel sobre a Faixa de Gaza, que cesse, portanto, a ação militar israelense em Gaza, que na verdade é um massacre, uma mortandade, um banho de sangue, promovido por Israel. Essa é uma das reivindicações centrais que tem empurrado os trabalhadores às ruas. Outra reivindicação que está presente, e que unifica todos esses movimentos ao redor do mundo, é a ideia da autodeterminação dos palestinos, o direito que têm de constituírem a sua nação e de poderem escolher livremente o seu destino. Essa reivindicação também está presente e essas reivindicações são essenciais e elementares, são o ponto de partida. Contudo, para que essas reivindicações avancem é preciso agregar a palavra ordem de Frente Única Anti-imperialista, porque sem a unidade dos explorados contra ação do imperialismo não há como vencer Israel, não há como vencer a ofensiva militar do capital financeiro.

Agora, porém, o fato de nós partirmos dessas reivindicações, que unificam a todos, não significa que, como marxistas, tenhamos que fechar os olhos para as nossas divergências em relação ao Hamas, para as nossas divergências em relação a outras organizações do mundo árabe e, inclusive, para outras organizações do campo da esquerda, tanto no nosso país quanto fora. Essa unidade geral também não nos desobriga de fazer uma análise política de toda a trajetória da fundação do Estado de Israel e concluir que, de fato, a solução dos dois Estados não é possível. A OLP, repito, tentado essa solução desde 1988. O próprio imperialismo foi o primeiro em rasgar a resolução 181, votada na ONU, que é a resolução que criou o Estado de Israel e dividiu a Palestina em dois estados. Nem o imperialismo põe em prática essa resolução, nem Israel. Essa resolução é violada, amassada e jogada no lixo. Essa atitude de capitulação da OLP é o que explica o nascimento do Hamas. A Gisele fala uma coisa muito interessante, ela disse que a existência do Estado de Israel com sua máquina de guerra sobre o povo palestino implicou a criação do Hamas. Eu agrego que a capitulação da OLP também promoveu a criação do Hamas. Na medida em que a OLP aceita a solução dos dois Estados e na medida em que rejeita a luta armada, abre uma brecha, abre um vácuo político para que o Hamas venha a se projetar no seio das massas. Vocês sabem que em 2006-2007 houve um conflito, praticamente militar, entre o Hamas e o Fatah, entre a OLP e o Hamas. Praticamente chegaram às

vias de fato e isso promoveu uma ruptura ao ponto da OLP ficar restrita à Cisjordânia e o Hamas à Faixa de Gaza. Porém, o Hamas tem muitos simpatizantes na Cisjordânia. As massas palestinas na Cisjordânia estão sentindo na pele a experiência com a OLP de capitulação. E estão vendo que a saída é recorrer à luta armada contra Israel. Não tem outro jeito. As massas não querem a luta, mas são empurradas a isso. Ou fazem isso, ou se defendem de maneira armada, ou vão ser exterminadas, haverá uma limpeza étnica visto que a máquina de guerra de Israel é formidável. Se houvesse uma eleição hoje na Cisjordânia para constituir um novo governo, é muito provável que o Hamas vença estas eleições, porque o Hamas tem ganhado a simpatia das massas por ter mantido esse caminho da luta. Não é à toa que os Estados Unidos tiraram como meta, como já falei lá atrás, que o objetivo é destruir o Hamas. O Hamas tem de ser varrido como uma força política na região do Oriente Médio e, sobretudo, na Palestina, custe o que custar; esse é o objetivo claro do imperialismo. A imprensa burguesa e parte das esquerdas aqui no Brasil fazem uma distinção entre o povo palestino e o Hamas. É uma forma de criar as condições para melhor condenar o Hamas. Nesse momento, condenar o Hamas é fazer uma concessão ao imperialismo de que os atos do Hamas foram terroristas. Eles dizem “Ah mas se está acontecendo isso, o Hamas tem culpa! O Hamas foi lá e fez reféns, atirou em famílias israelenses; então não podemos aceitar o que o Hamas fez”. Essa posição de concessão é muito perigosa, conduz ao isolamento do Hamas; significa a derrota do movimento palestino de hoje porque quem trava essa luta contra Israel é o Hamas. É uma bobagem falar de separação entre Hamas e povo palestino. O Hamas se nutre do povo palestino. O que Israel faz na Faixa de Gaza, transformando-a na maior prisão a céu aberto do mundo, alimenta um profundo ódio da população palestina. Desde 2007, ninguém entra e ninguém sai, nem por terra, nem por mar, nem por ar, é um crime de lesa humanidade. O que Israel fez

nas barbas desse fajuto Tribunal Penal internacional, que é imprestável para os povos oprimidos, é escandaloso. A própria ONU tem mostrado agora, cada vez mais (aliás, não só agora, me corrigindo, mas já há algum tempo), a sua falência completa como organismo de mediação das potências.

Para já ir encerrando o debate, creio que, diante dessa luta, não podemos ter uma posição etapista no sentido de dizer que a luta agora exige simplesmente as reivindicações de autodeterminação nacional e de defesa do povo palestino, de fim do massacre israelense para que, num futuro distante, levantarmos a reivindicação da expropriação da burguesia, a luta pela revolução proletária. Não, é um erro fazer esse etapismo. Na luta de hoje, de agora, ao mesmo tempo em que levantamos as reivindicações essenciais de autodeterminação, fim dos massacres etc., temos de nos ocupar da tarefa da construção dos partidos revolucionários em todo o mundo. Nós vivemos uma catástrofe mundial da qual a guerra entre Israel e o Hamas (Palestina) não é um episódio à parte - capitalismo se desintegra a olhos vistos. A própria natureza vai sendo destruída pelo capitalismo que submete a exploração dos recursos naturais a irracionalidade. Não há como separar o conflito árabe-israelense, o atual conflito de Israel-Gaza, dos demais problemas vividos hoje pelas massas no mundo inteiro: o problema ecológico, o problema do desemprego, das contrarreformas (como a destruição das aposentadorias, dos empregos) trata-se de um processo único que reflete a decomposição mundial do capitalismo e essa decomposição precisa ser enfrentada pelos trabalhadores com a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. Ou enfiemos isso dentro da cabeça dos operários, da classe operária, ou vamos pagar um custo extraordinário, marchando para uma barbárie social sem fim. É isso o que está colocado. É com essa ideia que queria finalizar minha fala, a necessidade de construir um Partido Revolucionário no Brasil e de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional.

Paraná

## Debate sobre a Palestina expõe o ponto de vista do nacionalismo burguês palestino

No dia 7 de dezembro se realizou na UEL um debate com o presidente da FEPAL Ualid Rabah que fez uma exposição acerca da situação calamitosa e desesperada da população da faixa de Gaza e debateu posteriormente com o público. Ao final da atividade, foi aprovada a criação do Comitê Londrinense em Solidariedade com o Povo Palestino.

A exposição do dirigente esteve voltada, na maior parte do tempo, em expor os números do massacre que suportam as massas encurraladas na faixa de Gaza, a mortandade de mulheres e crianças, a destruição de escolas, hospitais e outros equipamentos sociais, e em comparar com outras guerras e massacres anteriores, para enfatizar que, sob diversos critérios, o genocídio dos palestinos neste momento é pior do que vários acontecimentos famosos, como a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã, dentre outros. Denunciou também o apoio dado ao Estado sionista de Israel pelo imperialismo norte-americano e euro-

peu, responsabilizando diretamente o governo norte-americano pelo genocídio e historiou o processo de instituição do Estado sionista na Palestina ressaltando a responsabilidade do imperialismo na expulsão dos palestinos nos sucessivos ataques que levou ao estágio atual.

Durante o debate, formulamos em forma de pergunta a defesa da bandeira que o POR defende contrária aos dois Estados e em defesa de uma República Socialista da Palestina que acolha tanto os trabalhadores palestinos quanto judeus.

Na sua resposta, o dirigente árabe/palestino discorreu longamente em defesa do movimento nacionalista (burguês) palestino, que finalmente acatou a resolução (1948) dos dois estados, mas não expôs a posição dele acerca disso

Entretanto, quanto à bandeira de uma República Socialista da Palestina, Ualid Rabah se colocou claramente ex-

pondo um ponto de vista anticomunista e democrático-burguês, afirmando que:

“Para a Palestina, nós queremos libertar a Palestina para todos os palestinos, aquele que é socialista e aquele que não é. O que que nós queremos de fato? Nós queremos uma República laica, uma cabeça um voto, com o primado dos direitos humanos, as liberdades civis, e ponto final. Eu não posso libertar a Palestina só para quem é socialista. Eu tenho que libertar a Palestina para todos, até para o traidor da pátria, porque o traidor da pátria tem o direito de ter uma pátria para ser julgado por um tribunal da pátria.”

Quer dizer, contra todas as evidências históricas, continua postulando a ilusão de um Estado burguês e democrático para uma nação que, de acordo com o seu próprio relato, foi não apenas massacrada pelo Estado sionista, mas por diversos países árabes. E atribui uma força decisiva às resoluções inócuas da ONU, como ele próprio reconhece que Israel nunca acatou.

A inviabilidade da democracia na Palestina não decorre apenas do caráter atrasado daquela nação, mas da situação de ocupação e a possibilidade de extermínio que suporta. Ademais, tal como Ualid relatou, os palestinos não podem confiar no apoio da Liga Árabe, uma vez que a maioria dos Estados árabes estão submetidos ao imperialismo. Quer dizer, a autonomia nacional, a autodeterminação e a soberania palestina só poderão resultar do levante popular das massas palestinas, que para isso precisarão se armar. Este levante, no entanto, depende da constituição de uma direção proletária que formule essa estratégia e dirija o conjunto das massas, direção que, por seu turno, só pode se constituir em conjunto com as vanguardas proletárias dos outros países árabes e de todo o mundo.

Já a postura anticomunista do dirigente aparece na resposta falaciosa segundo a qual “... nós queremos libertar a Palestina para todos os palestinos, aquele que é socialista e aquele que não é”, na qual, implicitamente, atribui ao caráter socialista que defendemos para a República Palestina, o atributo de que seria apenas para quem for socialista, conclusão que não tem qualquer sustentação e apenas revela o profundo preconceito burguês contra o comunismo. A

experiência da Revolução Russa mostrou que a assimilação generalizada do socialismo pela população ocorrerá no processo de construção da nova sociedade e da luta internacional do proletariado.

O anticomunismo do dirigente também se evidenciou numa afirmação que fez durante o relato das diversas agressões, mutilações territoriais e traições dos outros países árabes. Ao se referir ao período em que a Jordânia estava oprimindo e ocupando a Palestina:

“Os nacionalistas palestinos, que bebiam muito do nacionalismo árabe, especialmente o nasserista e da Síria, já dos anos 50, eram dedurados à Jordânia sempre por aqueles que se autoproclamavam da Irmandade Muçulmana. E misteriosamente, especialmente em algumas cidades palestinas, por novos marxista-leninistas que surgiram e que passaram a ser diretores de escolas. E, misteriosamente, um deles substituiu aquele diretor de escola nacionalista que que foi dedurado e foi preso pela Jordânia.”

Ualid não forneceu nenhuma evidência acerca destes “marxista-leninistas” – e nem depois do debate quando lhe perguntamos a fonte dessa afirmação – mas, introduziu a acusação aos tais “marxista-leninistas”, apresentando-os como inimigos dos nacionalistas e amigos da Jordânia, ou seja, conspirando contra a autodeterminação da Palestina. Em síntese, como parte da resposta à nossa formulação de República Socialista da Palestina, para se opor ao caráter socialista os “marxista-leninistas” [e por extensão todos aqueles que postulam o socialismo] são colocados no rol de inimigos da emancipação palestina, sem nenhuma prova.

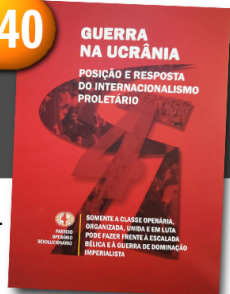
E, embora declare que: “Eu tenho uma posição política e ideológica que denuncia poderosamente o imperialismo e aquele sistema que ele defende”, Ualid não considera que a política de extermínio da Palestina decorre precisamente da crise mundial do capitalismo, e que, por tanto, não existe possibilidade de uma Palestina democrática burguesa autodeterminada enquanto o imperialismo for a força decisiva no quadro mundial. E a derrota do imperialismo só pode decorrer de revoluções proletárias. Qualquer outro arranjo que se postule será apenas uma nova redivisão do planeta mantendo a dominação imperialista.

**LANÇAMENTO!**

**GUERRA NA UCRÂNIA**

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Adquira com o distribuidor de Massas:

**SOCIALISMO OU BARBARIE**

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

R\$ 35



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

**Adquira já com o distribuidor do Massas R\$ 5,00**

**Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário**



2014

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

# Iêmen na resistência contra o Estado Sionista de Israel e o imperialismo no Oriente Médio

## *Fora os Estados Unidos e demais potências imperialistas do Oriente Médio!*

Governado pelos houthis, o Iêmen se tornou parte do “eixo de resistência” contra o massacre do povo palestino pelo Estado de Israel. Desde manifestações massivas a lançamento de mísseis contra Israel e ataques a navios mercantes que passam pelo Mar Vermelho e possuem ligação com Israel, o Iêmen tem sido um obstáculo ao expansionismo sionista.

Os mísseis lançados contra a cidade israelense de Eilat causaram uma redução de 85% das atividades portuárias. Com os ataques dos houthis a mais de 30 navios mercantes, 18 companhias de navegação anunciaram a suspensão da passagem pela região e a mudança da rota para o contorno do continente africano, aumentando significativamente a distância e os custos do transporte marítimo.

A interrupção do trânsito de mercadorias no Mar Vermelho, pelo qual passa 12% do comércio marítimo global, tem afetado não só Israel, mas também os países imperialistas, de modo que os EUA responderam anunciando, junto com uma dúzia de países, a “Operação Guardião da Prosperidade”, que consiste em deslocar navios militares para o Mar Vermelho.

No entanto, a tentativa dos EUA de criar uma aliança para acobertar a sua intervenção militar direta no Mar Vermelho até então não tem tido êxito, em meio a divisões entre os países aliados. A França, Itália e Espanha logo declararam que rejeitavam submeter suas frotas ao comando militar dos EUA, e que estariam deslocando seus navios por conta própria para a região, como parte de outras operações militares navais já existentes. Além disso, a “Operação Guardião da Prosperidade” não foi capaz, pelo menos por enquanto, sequer de arrastar os principais aliados dos EUA no Oriente Médio, como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. O Bahrein é o único país da região que confirmou sua participação na operação.

No último domingo (31/12), helicópteros do grupo de porta-aviões norte-americano USS Eisenhower atacaram três barcos do Iêmen que buscavam interceptar um navio da transportadora Maersk, matando 10 militantes houthis. Esse acontecimento escancara o papel dos EUA de proteger o Estado Sionista de Israel, em sua escalada genocida contra a Palestina. Sem ainda ter despontado a “Operação Guardião da Prosperidade”, os EUA veem a necessidade de assumir cada vez mais diretamente a defesa de seus interesses e do Estado de Israel no Mar Vermelho.

No entanto, uma ofensiva militar contra o território dos houthis tem esbarrado no risco de uma regionalização do conflito Israel-Gaza, o que tem sido evitado pelos EUA, uma vez que demandaria um grande aumento de gastos militares, no momento em que já há uma divisão entre os

membros da OTAN sobre a continuidade do financiamento da guerra na Ucrânia e uma divisão interburguesa no interior da política norte-americana em torno à crise do teto da dívida, que está entrando em uma fase crítica até o dia 19 de janeiro, data prevista para ser aprovado o Orçamento deste ano.

## Quem são os houthis?

O grupo Houthi surgiu em 1990, no momento da reunificação do Iêmen após a extinção da República Democrática Popular do Iêmen (Iêmen do Sul), alinhada com a ex-URSS. Os houthis, embora expressando a política do nacionalismo burguês impotente da feudal-burguesia árabe, passaram a canalizar a insatisfação das tribos do norte do Iêmen, de religião zaidista (uma vertente do islamismo xiita), contra o governo central do então presidente Ali Abdullah Saleh, abertamente submisso a Arábia Saudita e ao imperialismo. O Irã se acha profundamente mergulhado na crise, apoiando os houthis. O Iêmen se tornou um território de disputa com a Arábia Saudita, que serve aos interesses dos Estados Unidos. O nacionalismo iraniano vem persistindo no poder e conta com aliados no Oriente Médio para sobreviver ao cerco norte-americano e às ameaças militares do Estado sionista de Israel. A guerra na Faixa de Gaza colocou os choques na região em um patamar mais elevado desde as intervenções dos Estados Unidos no Iraque e na Síria.

Em 2004, após o assassinato de um de seus principais líderes, os houthis assumiram a insurgência armada contra o governo central. Em 2011, com a Primavera Árabe, emergem nas principais cidades do país protestos contra o governo de Ali Abdullah Saleh, o que resultará em sua renúncia em 2012 e substituição pelo então vice-presidente Al-Hadi. O grupo Houthi participou ativamente dos protestos, junto a outros grupos opositores, o que lhe proporcionou maior projeção nacional e conquista de mais territórios de partes das províncias periféricas de Amran, Jaufe e Haja.

Em agosto de 2014, estouraram protestos na capital do país, Sanaa, contra a retirada dos subsídios dos combustíveis por parte do governo de Al-Hadi. Os houthis tiveram participação da convocação dos protestos. Após uma repressão violenta do governo, as milícias houthis ocuparam a capital e tomaram pouco a pouco o controle de TVs, rádios e instituições públicas. Após a renúncia de Al-Hadi em 22 de janeiro, os houthis ocuparam o poder mediante um golpe em 6 de fevereiro de 2015, com a dissolução do parlamento e a constituição de um “Comitê Revolucionário”.

O presidente deposto Al-Hadi fugiu para a cidade de Áden, no Sul do Iêmen, onde passou a organizar uma rea-



ção para reconquistar o governo. Inicia-se a Guerra Civil Iemenita, que se caracteriza pela intervenção de uma coalização de países árabes aliados, liderada pela Arábia Saudita e apoiada pelos Estados Unidos, como o objetivo de liquidar o governo dos houthis e reestabelecer o governo de Al-Hadi na capital Sanaa, por meio de ataques aéreos, ações navais e fortalecimento de grupos armados opositores. O Iêmen ficou dividido em norte (houthis) e sul (Al-Hadi e coalizão pró-imperialista). Apesar do enorme poderio bélico da coalização, os houthis, utilizando-se das vantagens do terreno montanhoso, conseguiram resistir à invasão e preservar o seu controle sobre o norte do Iêmen, que concentra as principais cidades do país.

### Superar as limitações do nacionalismo burguês árabe

A derrota humilhante da Arábia Saudita (principal aliada dos EUA no Oriente Médio) levou a que buscasse, a partir de 2020, saídas diplomáticas para a guerra iemenita. Os enormes gastos militares no Iêmen, sem progresso em seu

objetivo, trouxeram grande desgaste político para a monarquia saudita. Certamente, é o que explica a sua relutância em participar da “Operação Guardião da Prosperidade” sob comando dos EUA, o que poderia arrastar a Arábia Saudita a um novo ciclo de ações militares desastrosas no país vizinho.


A vitória dos houthis contra a coalizão, embora sob métodos estranhos ao da classe operária, expressou a rebelião da nação oprimida contra a opressão imperialista, e elevou os houthis a uma posição de destaque no Oriente Médio.

As ações dos houthis no Mar Vermelho em solidariedade ao povo palestino têm enorme significado político por confluir com o sentimento anti-imperialista e antissionista que permeia os povos oprimidos árabes e persas. Tem o mérito de ser uma demonstração prática de como pode se dar a resistência anti-imperialista no Oriente Médio.

No entanto, é preciso ter claro as limitações do nacionalismo burguês da feudal-burguesia árabe que, em certos momentos, pode vir a entrar em choque com o imperialismo e assumir posições radicalizadas ao se ver ameaçada por forças externas, como se deu com a intervenção da coalização pró-imperialista no Iêmen. Porém, cedo ou tarde concluirá com a capitulação ao imperialismo. Na situação, trata-se de levantar a bandeira de Fora os Estados Unidos e demais potências imperialistas do Oriente Médio.

Inevitavelmente, para que a luta anti-imperialista tenha a vitória definitiva, que consiste na expulsão do imperialismo e seus capachos do Oriente Médio, é necessário que as massas árabes e persas superem o nacionalismo burguês e assumam a luta com seus próprios métodos da luta de classes. É parte dessa superação a construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas em cada país. A classe operária é a única classe capaz de dirigir a luta-anti-imperialista dos povos oprimidos até as últimas consequências, como parte da revolução proletária e a constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

R\$ 15




**Lições da Comuna de Paris**  
*Março / Maio de 1871*

**LANÇAMENTO LIVRO**

## Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



**POR**  
**Marxismo**  
Teoria e Programa

Nova  
Coleção  
Editorial

ADQUIRA

COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL

DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA NO BRASIL

ENFRENTAR COM O PROGRAMA DE DEFESA PROLETÁRIA AS TENDÊNCIAS AMBÍGUAS E CONSERVADORAS DA BURGUESIA MUNDIAL

**POR** Partido Operário Revolucionário

**Programa**

SOCIALISMO OU BARBÁRIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O momento diante da tarefa de constituir o partido revolucionário

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA A IV INTERNACIONAL

Argentina - Editorial

## Derrotar o programa ditatorial de Milei

Uma ditadura civil não pode ser imposta por decreto. Precisa derrotar as massas, não eleitoralmente, mas fisicamente. O Governo acredita que o regime político pode ser imposto por ameaças e decretos.

Certamente, um setor da burguesia quer que seja assim, para impor um forte ajuste e retrocesso às massas, retirando-lhes os direitos que restam, esmagando ainda mais o poder de compra, avançando na precarização do trabalho, endividando mais o país, assumindo as empresas estatais. Querem completar a obra da ditadura militar, de Menem e Macri, que já antes haviam tentado com a Libertadora em 1955 [golpe que depôs Perón] e com Onganía-Krieger Vasena em 1966. Eles sabem que conseguiram os maiores avanços contra a nação e os trabalhadores sob as formas democráticas, mas essas formas não são mais suficientes.

Milei também acreditou que, tendo vencido a eleição com 56% dos votos, tinha o poder de impor suas políticas por decreto e que contaria ou compraria os votos que precisasse no Congresso para ter suas medidas ratificadas. E que, se não conseguisse, poderia encontrar uma maneira de passar por cima. Ele tem a seu favor o Judiciário e o poder da mídia. E, fundamentalmente, os recursos dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros pressionando os legisladores com toda força. Mas o regime como um todo está passando por uma crise profunda e nenhuma das facções em conflito consegue enxergar além de seus próprios narizes, eles continuam improvisando.

Milei anunciou na quarta-feira, 20 de dezembro, um Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) para a desregulamentação da economia, que revogará mais de 300 leis. Constitucionalistas de todas as correntes ideológicas rejeitaram a forma autocrática de avançar com essas reformas. A “necessidade” é a necessidade de um punhado de empresários que se beneficiam dessas medidas. As câmaras empresariais mais poderosas deram imediatamente o seu apoio. Urgência? São leis que têm décadas, que já foram reformadas, que sobreviveram a todas as legislaturas e pretendem agora revogá-las todas juntas em um único ato.

Atenta contra as liberdades democráticas quando busca criminalizar o movimento operário limitando severamente o direito de greve, já que um dos objetivos mais importantes desse megadecreto é a reforma trabalhista para acabar com os direitos dos trabalhadores.

O megadecreto limita o direito de greve de professores, trabalhadores dos transportes, funcionários da alfândega e da saúde, impõe o funcionamento mínimo de 75%, limitando as medidas de ação sindical na Argentina.

“Em relação à prestação de serviços mínimos, tratando-se de serviços essenciais, em hipótese alguma se poderá negociar ou impor às partes cobertura inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da prestação normal do serviço em questão”.

Afeta: Serviços de saúde e hospitalares, bem como o transporte e distribuição de medicamentos e insumos hospitalares e serviços farmacêuticos;

Produção, transporte, distribuição e comercialização de água potável, gás e outros combustíveis e eletricidade;

Serviços de telecomunicações, incluindo comunicações via internet e satélite;

Aeronáutica comercial e controle de tráfego aéreo e portuário; incluindo a flutuação, dragagem, amarração, estiva e reboque de navios;

Serviços aduaneiros e migratórios, e outros serviços relacionados ao comércio exterior; e

Creche e educação infantil na creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, além da educação especial.

Nos serviços de transcendental importância, “não se poderá

negociar ou impor às partes o funcionamento inferior a 50% (cinquenta por cento)”.

Inclui a produção de medicamentos e/ou insumos hospitalares; transporte marítimo, fluvial, terrestre e subterrâneo de pessoas; serviços de rádio e televisão, atividades industriais contínuas, entre outras tarefas.

Lembramos que a Constituição Nacional liberal garante o direito de greve sem qualquer consideração (projeto de lei elaborado por Juan Bautista Alberdi, invocado tantas vezes por Milei).

Além disso, o decreto detalha, no caso do direito de greve e protestos trabalhistas, as atividades que serão proibidas ou restritas como forma de protesto: Assembleias e Congressos. Os trabalhadores poderão realizar assembleias e congressos como medidas de pressão, desde que não prejudiquem as atividades normais da empresa ou afetem terceiros.

Ações proibidas: o artigo 20 do documento elimina três ações relacionadas a protestos trabalhistas: “Afetar a liberdade de trabalho de quem não aderir a uma medida de força”, “Provocar o bloqueio ou assumir um estabelecimento” e “Causar danos a pessoas ou coisas de propriedade da empresa”.

“Injúria trabalhista grave”: indica que “configura injúria trabalhista grave a participação em bloqueios ou ocupações de estabelecimentos” durante uma medida de ação direta; impedir ou obstruir total ou parcialmente o ingresso ou saída de pessoas e/ou coisas ao estabelecimento; provocar danos a pessoas ou coisas de propriedade da empresa ou de terceiros localizados no estabelecimento (instalações, mercadorias, insumos e matérias-primas, ferramentas, etc.) ou sejam retidos indevidamente.

Situações excepcionais: contempla a possibilidade de o Poder Executivo Nacional editar regulamentação especial em situações em que a interrupção ou suspensão de um serviço ou produção possa causar crise nacional aguda, colocar em risco as condições normais de existência de parte da população, comprometer o fornecimento adequado de produtos críticos para a população e/ou afetar metas de arrecadação associadas às políticas de equilíbrio fiscal.

Boa parte do peronismo chamou a confiar em que os legisladores não deixariam as reformas antioperárias, antipopulares e antinacionais passarem pelo Congresso.

Mas a ação imediata das massas nas ruas de todo o país quebrou todos os protocolos e a pretensão de esperar a ação dos legisladores. Rejeitou o mega decreto de reajuste e as medidas repressivas. A situação política mudou, o fenômeno que as massas de Jujuy lideraram há alguns meses agora é nacional, se reproduz em todas as províncias, em todas as cidades, em todos os bairros.

A história se repetiu? Em 19 de dezembro, há 22 anos, o governo De la Rúa-Cavallo caiu devido ao levante popular que eclodiu contra as políticas que Milei reivindica e quer implementar agora. Quando De la Rúa anunciava a decretação de estado de sítio na televisão, todo o povo saiu às ruas e o derrubou.

A mobilização popular começou a derrotar o protocolo fascista Bullrich-Milei. Esse protocolo repressivo é parte indispensável da política reacionária de Milei, que só pode ser imposta pela força.

Todas essas medidas visam acabar com o direito de greve, assembleias, mobilizações e atos. Pretendem impedir toda resistência à rendição, à pilhagem, à corrupção generalizada, à escravização de todos os trabalhadores. Somente os oprimidos, com sua luta unitária, com seus métodos, com independência da burguesia, dirigidos pela classe operária, podem derrotar, como fizeram no passado, a política que busca instaurar um regime de ditadura civil.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 448, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

## O mega decreto antinacional e antipopular deve ser derrotado

A base para este decreto foi preparada por Federico Sturzenegger para Juntos por el Cambio e sua candidata a presidente Bullrich, que foi derrotada nas eleições, ficando em terceiro lugar com 24% dos votos. A improvisação de Milei levou-o a adotar esse plano e a colocar no Banco Central e no Ministério da Economia alguns dos piores espécimes da “casta” que, pouco antes, ele mesmo havia denunciado, devido ao envolvimento desses personagens na jogatina financeira e por terem prejudicado seriamente o país.

Federico Sturzenegger foi presidente do Banco Central da República Argentina no governo Macri entre 2015 e 2018. Antes disso, foi economista-chefe da YPF entre 1995 e 1998. Em 2001, foi secretário de política econômica de De la Rúa, trabalhando com Lopez Murphy e depois com Cavallo. Nessa gestão, ele foi responsabilizado pela operação “Mega-troca” e também pela chamada “blindagem”, que causou dezenas de bilhões de dólares em danos ao país, e foi processado por isso.

Neste Decreto não encontraremos qualquer menção ao endividamento do país, nem quem são os responsáveis, nem ao seu caráter fraudulento, nem qualquer investigação sobre o mais grave ato de corrupção. Esta é uma questão central e urgente. As medidas previstas no Decreto não visam combater a inflação, o que é mais que urgente. É uma mascarada para encobrir o verdadeiro objetivo.

Este mega decreto não inclui reformas tributárias, como a reversão do Imposto de Renda sobre salários, nem a anunciada modificação do método de reajuste das aposentadorias para reduzir seu impacto no orçamento. Esses tópicos serão submetidos separadamente. O DNU é válido até que o Congresso ou o Judiciário decidam de outra forma.

Este projeto de reforma colonial da legislação é patrocinado pelos grandes proprietários dos meios de produção, locais e internacionais, a fim de dar-lhes total liberdade de ação. Por trás de cada setor, podemos identificar quais abutres estão escondidos preparando o bote. A AEA (Associação Empresária Argentina), a Câmara Argentina de Comércio e Serviços (CAC) e a AMCHAM

(Câmara de Comércio dos Estados Unidos na Argentina), as câmaras de empresários mais antinacionais já deram seu apoio, é a demonstração mais clara de que esse Mega decreto é contra a Nação e os oprimidos, seus interesses são absolutamente antagônicos aos nossos.

Esta mudança de rumo ocorre em um momento em que as principais potências econômicas do mundo se tornaram extremamente protecionistas. Abrir as importações, levantar todos os controles indiscriminadamente, é um enorme prejuízo para a nação. É renunciar completamente a qualquer desenvolvimento industrial em nome de uma competição econômica que não existe. Acabar com as regulações e controles sobre as atividades de setores monopolistas ou oligopolistas da economia é liquidar os setores mais fracos e permanecer prisioneiros de suas imposições.

Mondino (ministra das relações exteriores) informou que o país vai se candidatar para ingressar na OCDE, uma organização neoliberal que existe desde o início dos anos 1960 e inclui quase 40 países. Alguns fundos de investimento exigem a adesão a essa organização, o que implica que um país se adapta aos padrões impostos por países desenvolvidos opressores para dar segurança jurídica aos seus negócios.

Independentemente do Mega decreto ser ou não aprovado no Congresso, ou a Justiça colocar algum obstáculo no caminho de sua validação, Milei já instalou o programa para debate, inclui as demandas da grande burguesia e do imperialismo, e diz que deve ser aprovado em bloco, mesmo que especialistas em questões constitucionais o rejeitem como inconstitucional e afirmem que isso poderia causar maior insegurança jurídica para os investidores.

Colocou sua pretensão com máxima urgência, mas, a possibilidade de impô-la será resultado da luta de classes. A política da classe operária é rejeitar como um todo este programa e também todos os aspectos em particular.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 448, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*

## O decreto visa completar o saque de Menem privatizando as estatais

Responde à orientação neoliberal dos anos 1980, que fracassou em todo o mundo, de que o Estado deveria se desfazer de todas as empresas que pudessem estar em mãos privadas. Facilitando negócios para capital financeiro. Pretende angariar dólares para recompor as reservas e pagar a dívida externa fraudulenta.

Um dos objetivos é liquidar a Aerolíneas Argentinas. A privatização de Menem foi um fracasso completo, destruiu a empresa entregando-a à Iberia, que vendeu os prédios, aviões, simuladores de voo, liquidou rotas e a deixou falida. Foi recuperada e reconstruída pelo Estado. Depois, Macri quis afundá-la, permitindo que outras empresas de baixo custo pudessem competir com ela, voando para destinos mais rentáveis, com um interesse específico em fortalecer a LAN, que fazia parte de seu governo, e ao próprio Macri, com sua aliança com a Avianca.

A Aerolíneas Argentinas se recuperou como empresa estatal, com mais rotas, mais aviões, mais destinos, mesmo aqueles que não são rentáveis. Mais uma vez, o objetivo é enfraquecê-la e, se possível, fazê-la desaparecer. A política de “céu aberto” será im-

plementada para ter mais “concorrência”. O decreto autoriza “a transferência do pacote de ações total ou parcial da Aerolíneas Argentinas”.

O decreto estabelece que ela será transformada, como todas as estatais, em uma sociedade anônima para sua privatização. São revogados o regime de sociedades do Estado e as normas que impedem a privatização das empresas públicas. As leis que proíbem a privatização de empresas públicas deixarão de ter vigência.

A Lei nº 23.696, de 1989 – durante o governo Menem – estabelece que, para privatizar total ou parcialmente uma empresa, ela deve ser declarada “passível de privatização”. Para isso, a iniciativa precisa ser tomada pelo Poder Executivo, mas, depois precisa ter a aprovação do Congresso.

Outro alvo são as ações da YPF (a PETROBRAS argentina) nas mãos do Estado. Neste caso, uma norma aprovada em 2012 determina que “é vedada a futura transferência de ações da YPF nas mãos do Estado sem autorização do Congresso Nacional votada por dois terços de seus membros”.



Rejeitamos a privatização de empresas estatais. Eles são uma negociata para arrecadar fundos para pagar fraudes.

O decreto ignora a obrigação de submeter essa privatização à devida autorização, o que mostra seu autoritarismo e desprezo pelas formas democráticas. Isso não significa que confiamos no Congresso, que tem sido cúmplice e responsável por todas as políticas de pilhagem do país.

Os trabalhadores das empresas já se manifestaram em defesa das empresas, uma bandeira que deve ser assumida por todos os trabalhadores. Não aos saques! Não à entrega! Defender a soberania nacional com os métodos e políticas da classe operária.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 448, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*



Argentina

## A mobilização de 20 de dezembro na Plaza de Mayo

No mesmo dia em que o protocolo foi posto em prática com uma movimentação extraordinária de forças, como se fossem enfrentar uma guerra, a mobilização conseguiu chegar à Praça de Maio. Essa mobilização, que rememorava os 19 e 20 de dezembro de 2001 e os 39 companheiros assassinados pelo governo De la Rúa (do qual Patricia Bullrich era ministra), teve a importância de demonstrar que era possível se mobilizar, apesar da demonstração de força do governo envolvendo todas as forças federais de "segurança". Assim, abriu as portas para as mobilizações extraordinárias daquela tarde/noite/madrugada em todo o país e nos dias seguintes. O governo quer punir os organizadores e as organizações presentes, obrigando-os a pagar o custo da operação policial de 60 milhões de pesos.

Apesar das ameaças durante uma semana, o tempo todo, dizendo que não iam permitir a marcha, com toda uma série de medidas como na ditadura e que iriam cancelar os benefícios assistenciais das pessoas que participassem, a mobilização aconteceu. O governo violou todas as leis, tentando impedir o direito de protestar, fazendo espionagem, filmando todas as pessoas, todos os grupos para identificá-los e depois sancioná-los, parando mais de 700 ônibus, habilitando o número 134 para delações coletivas contra as organizações piqueteiras. Há mais de dois séculos o povo se expressa politicamente com mobilizações, passeatas, concentrações nas praças, e nem mesmo a ditadura mais sangrenta conseguiu impedi-lo.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 448, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*

## Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

[anchor.fm/por-massas](https://anchor.fm/por-massas)

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO**

Chile

## Plebiscito de 17 de dezembro, os cidadãos e as massas nada esperam dele

A propaganda que fizeram a respeito da “Constituinte” nos últimos meses – tanto a que sustentava o reacionário APROVAM quanto a nefasta REJEIÇÃO – foi rejeitada pela população, farta das mentiras, fraudes, imposturas, e a culpabilização e descrédibilização mútuas. Poucos dias depois de pôr fim a essa chantagem, carregada de propostas inatingíveis dentro desse regime político, as organizações populares a percebem como mais um escárnio da politicagem burguesa, usada para manter seus mesquinhos interesses pessoais e grupais com o objetivo de manter o poder que a classe dominante lhes permite. Sob o domínio da burguesia, a democracia é assegurada pelo voto popular, transformando-se numa ditadura de governos civis contra a classe operária e as maiorias nacionais, acobertando a exploração e opressão sob a “democracia burguesa”. A politicagem burguesa sustenta e mantém seus privilégios através de sua luta pelo voto, o principal elemento do qual não pode prescindir. Seu alimento essencial, o voto, no campo de luta que as leis burguesas o permitem exercer são os chamados períodos eleitorais, tempo concedido pelas leis fabricadas no Congresso subordinado ao poder superior dos donos dos meios de produção, sejam nacionais ou internacionais. Subordinado àqueles que compõem uma burguesia internacional com regras e medidas a seu favor, sob uma estrita “ordem mundial”, chamada de regime político internacional regulado e estruturado pelo mercado privado e não pelas necessidades dos produtores, que são a classe operária e outras classes oprimidas que compõem a nação.

O instinto de autopreservação das massas as aconselha a não irem votar, pois levam longas décadas fazendo esse exercício e não viram suas condições de vida melhorarem. A burguesia precisa da política burguesa para preservar seu poder através de sua democracia, diferenciando-se de seus governos militares de fato, pois, o voto popular lhe dá legitimidade para continuar a exploração e opressão das classes que estão sob seu domínio. O poder é exercido pela própria burguesia com a ajuda da alta pequena-burguesia, que são os administradores de sua riqueza concentrada, fortalecendo sua ditadura. Além dos outros partidos políticos burgueses, do alto comando das Forças Armadas e dos líderes do judiciário, há também grupos ou partidos pró-burgueses como os estalinistas e os pseudo trotskistas que defendem estados únicos, laicos e democráticos, nacionalistas que ajudam a sustentar o regime político burguês, que executam permanentemente medidas repressivas e políticas para assegurar o poder dominante da classe burguesa internacional, contra os operários, a nação e a riqueza que a natureza nos dá, a todos os homens, sem nos diferenciar em classes sociais e países dominantes que subjugam os mais atrasados e destroem tudo ao seu redor.

Entramos na última semana antes do plebiscito burguês de 17 de dezembro no Chile, e a polícia descobriu, depois de mais de sete anos, uma impressionante quantidade de bilhões de pesos, investigando um grande número de empresários que fraudaram o erário, investigados pela Receita Federal, o que é ainda mais impressionante, pois, esse mesmo serviço no governo do “socialista”, da Michele Bachelet acobertou a fraude fiscal feita com notas fiscais falsas, e esse mesmo serviço mandou retificar os balanços das empresas, uma fraude que permitiu que parte do dinheiro fraudado fosse usado para financiar toda a politicagem burguesa de esquerda e direita, SOQUIMICH, PENTA ETC. É costume da burguesia explorar a classe operária, os funcionários públicos da saúde, educação e de todas as riquezas naturais do país. Nas emissoras de rádio e televisão, as mesmas pessoas que serviram nos governos

da ditadura militar e também os da ditadura civil, perseguidos por fraudes ao erário, como no caso do ex-presidente em duas ocasiões, assim como aqueles que, sendo deputados e agora senadores, solicitaram a raspagem da panela dos fraudadores, e outros, como parlamentares e ministros, rotulam esses novos criminosos de colarinho branco como ladrões vulgares; com a cara dura que os caracteriza, cobrem a própria imprudência acusando os outros, porque os votos dos iludidos branquearam a suja toalha de mesa burguesa. A pseudo esquerda stalinista e os falsificadores do trotskismo, os primeiros solicitaram aumentar os salários dos carabineiros, supostamente para acabar com o crime, como faz o prefeito stalinista da Recoleta. Já os trotskistas falsificados que encabeçavam a lista do povo e outros, durante várias décadas, levantaram o slogan de uma assembleia constituinte, um slogan burguês, que só serviu para sustentar o poder burguês contra toda a nação. Politicamente, todos esses espécimes serviram para fazer da ultradireita um protagonista na linha de frente da burguesia, transformados em líderes da decadente e oscilante pequena burguesia inconsciente, porque carecem de um programa político próprio, e neste momento servem de base para as políticas neoliberais do atual governo ou servirão a outro tão ou mais reacionário.

A atual fraude financeira permite à burguesia oposicionista posar de moralista, defendendo que as massas aproveem sua proposta constitucional e derrotem a rejeição promovida pelo governo e seus partidos políticos. Esse novo projeto constitucional – mesmo que ganhe a aprovação ou rejeição – ratificará a Constituição de 1980 ou a fortalecerá. Esta disputa entre setores é em favor da burguesia nacional e internacional. O que objetivamente acontece é um repúdio generalizado a toda politicagem burguesa, por isso, a abstenção era a majoritária. Quando os políticos burgueses decretaram o voto obrigatório, que foi imposto para eleger os representantes do novo projeto constitucional, os votos nulos e brancos ultrapassaram os votos de todos os partidos políticos. Objetivamente, essa tendência é observada entre as massas em geral e em particular nos habitantes dos setores populares e novos profissionais jovens de famílias modestas, que concentram o maior desemprego, falta de moradia, inflação especulativa de bens de primeira necessidade, prostituição infantil, prostituição juvenil de ambos os sexos, alcoolismo e drogadição. Esse panorama de corrupção e putrefação é a única coisa que a sociedade capitalista apodrecida e decadente nos oferece. Somente com a unidade da classe operária com todos os oprimidos da nação podemos derrotar a politicagem burguesa e pró-burguesa, desde que consigamos construir o Partido Operário Revolucionário, com seu programa de esmagar e enterrar essa sociedade apodrecida.

Aguardaremos este dia, 17 de dezembro de 2023, pela proposta burguesa de uma “nova Constituição”.

A fraude burguesa perpetua o capitalismo dominante no mundo. Nossa proposta é, e sempre foi, contra a proposta burguesa de uma assembleia constituinte, nossa proposta é revolucionária, é a mudança da sociedade, sustentada em uma ditadura de classe, a da única classe revolucionária, a classe operária, liderada por sua vanguarda revolucionária, o Partido Operário Revolucionário, formando a estrutura internacional, reconstruindo a IV Internacional como elemento aglutinador do proletariado internacional, com a política da classe operária, pela ditadura proletária, que se instalará internacionalmente após a tomada do poder pela classe operária, enterrando toda a miséria que impôs a classe burguesa.

## OS RESULTADOS DO PLEBISCITO BURGUESES MOSTRAM A REALIDADE DO PAÍS

O governo, seus partidos políticos e seus adeptos burgueses, comemoram como triunfo que as urnas os fizeram vencer, que rejeitaram a proposta ultradireitista que assegurava mais poder à Constituição de Pinochet, e se manteve a Constituição de 1980, com as reformas feitas pelo governo da ditadura civil de Ricardo Lagos Escobar, só faltou falar: Viva Pinochet! E agora esperam unificar todos os partidos burgueses e pró-burgueses, conciliar para caminhar juntos pelos caminhos da reação burguesa, proposto por Diego Ibáñez do Convergência Social da Frente Ampla.

Eleitores inscritos:	15.406.352
Eleitores que votaram:	9.917.059
Anularam o voto:	362.371
Votaram em branco:	128.569
Se abstiveram:	5.980.233
Contra:	5.199.164
A favor:	4.199.164

A burguesia nacional e imperialista se reunifica para manter a miséria, a exploração e a opressão da classe operária, das nações pré-existentes, da repressão e da morte contra a resistência mapuche, contra os funcionários públicos e de todas as maiorias nacionais oprimidas, mulheres e minorias sexuais.

• OS OPRIMIDOS DEVEM SER LIDERADOS PELA CLASSE OPERÁRIA, QUE LIBERTARÁ A SI MESMA E A TODOS OS OPRIMIDOS NACIONAIS E DO MUNDO.

• NUMA FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA, ORIENTADA PELA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIA

• VIVA O PROLETARIADO INTERNACIONAL E SUA REVOLUÇÃO INTERNACIONAL, A ÚNICA SOLUÇÃO.

• SOCIALISMO OU BARBÁRIE


(Extraído do *Jornal Luta Obrera*, órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile)

\$2.500
Partido Obrero Revolucionario

LANÇAMENTO

Adquira já  
com o  
distribuidor  
do Massas

R\$ 20,00



EL GOLPE FASCISTA  
Y LA INVIABILIDAD DE LA  
VÍA PACÍFICA AL SOCIALISMO

ERICSON MASAS - CERCI

### Chile

## As medidas do governo após a rejeição majoritária à “nova Constituição” ultra pinochetista

A rejeição da proposta constitucional elaborada pela comissão de especialistas e apresentada num segundo plebiscito aos cidadãos desiludidos foi euforicamente celebrada. A resposta à consulta por parte dos cidadãos desiludidos foi uma alta abstenção, votos nulos e brancos e, dessa forma, a proposta da “esquerda burguesa” de rejeição, foi contundente para não voltar com a absurda proposta de “outra nova constituição burguesa”. Cancela-se, desta forma, a velha oferta democratizante do revisionismo trotskista, dos anarquistas, estalinistas, da pequena-burguesia e dos nacionalistas, seja qual for a sua linhagem. A primeira reunião do gabinete político do governo foi circunstancialmente ampliada, aberta a todos os seus partidos aderentes. No dia seguinte à vitória da rejeição, a burocracia estatal dominante avaliou que foi um triunfo moderado, considerando que as massas oprimidas demonstraram que um projeto constitucional burgueses está longe de fornecer uma solução para os problemas que prejudicam as maiorias nacionais, a classe operária, os funcionários públicos, que suportam a precarização trabalhista por muitos anos, baixos salários, perda de empregos e manutenção das aposentadorias em níveis miseráveis; os conluios e evasões de divisas pelos empresários continuarão, ou seja, a miséria se espalhará porque a constituição neoliberal de Pinochet foi ratificada. Esta constituição havia sido modificada para adicionar mais repressão e miséria, desde que o líder golpista contrarrevolucionário Patricio Aylwin Azocar assumiu o cargo.

A moderação interburguesa se expressa nos acordos com o partido Chile Vamos, de Piñera. Na reunião, o presidente do partido Comunes da Frente Ampla se propôs conversar com a direita tradicional. Ele propõe negociar com o partido de Piñera a futura candidatura à presidência de Evelyn Matthei para evitar que ela siga

os passos dos republicanos de Kast. Coerente com isso, a arenga de Gabriel Boric, amplamente aplaudida, concentra-se em pedir a unidade de todos os convocados para esta reunião do Comitê Político ampliado, para negociar sua agenda administrativa com a oposição piñerista. A oposição aparece dividida. Por um lado, o setor mais reacionário continuará rejeitando todas as medidas econômicas que o governo proponha, que sempre foram desqualificadas pela maioria burguesa reacionária; mas, há também um setor que enxerga com bons olhos e considera necessário negociar politicamente para proteger a democracia burguesa, percebendo que a tensão das maiorias nacionais está aumentando, o que pode mobilizar em uma situação pior do que a rebelião popular de 2019. As aves de rapina dessa direita pinochetista e do neofascismo Kast defendem e endurecem as posições neoliberais, protegendo os interesses imperialistas e a burguesia nacional, formando uma frente reacionária com ataques permanentes contra a classe operária, os trabalhadores que compõem a maioria das massas, relutantes em aceitar a vida como ela é. A acusação reacionária ficou demonstrada na denúncia apresentada no Parlamento contra o ministro Carlos Montes por corrupção no caso “Democracia Viva”, crime manipulado pelos novos membros da politicagem pequeno-burguesa neoliberal de Boric, aqueles que representam esse governo que continuou com a entrega do país ao parasitário capital financeiro imperialista. Como consequência, a classe operária e todos os oprimidos nacionais pioram suas condições de subsistência, intensificando sua fome e miséria, que não podem ser resolvidas por nenhum governo burgueses.

Alguns setores conseguiram uma ou outra migalha da burguesia, sendo casos isolados e após uma longa luta, ainda que parcial, empreendida e alcançada por um setor marginal à produção minei-

ra do capital estrangeiro e nacional, subordinando-se a este setor empresarial, como foi a longa luta dos pescadores artesanais que mantiveram paralisadas as obras de Águas Pacífico, empresa brasileira que presta serviços para a mineradora internacional canadense Anglo American. A fábrica desta empresa foi projetada para dessalinizar a água do mar para fins de mineração industrial, transportada por um aqueduto do mar até a alta cordilheira dos Andes, para a extração de cobre da cava de Los Bronces. Uma empresa que esgotou as águas da serra, típica dos destruidores da natureza e da vida humana, insiste na sua exploração pensando em benefício próprio, independentemente dos sérios prejuízos que possam trazer, aumentando o já danificado setor de Quintero-Puchuncaví. Para aumentar seus ganhos, recorrem a diferentes fórmulas, como a contratação de jovens bioquímicos desempregados, alguns deles trabalhando como garçons diante da necessidade premente e, para os que o seu trabalho atual não pode ser comparado com o que lhes é oferecido, benefícios inatingíveis em sua qualidade de desempregado ou no humilde e digno trabalho. A pressão social os seduz com a possibilidade de ganhar um dinheiro fácil, o que nesta sociedade é considerado sinal de esperteza. Mas sua aceitação acrítica, que, em alguns casos, vai contra seu próprio pensamento ecológico anterior, cede à pressão social, guloseima concedida pelo empresariado e o governo antinatureza, que os incitam a falsificar os dados que a ciência estudou e fixou como norma funcional e protetora dos recursos marinhos. Contra todos estes preceitos, acabam cedendo ao que é exigido pela empresa e certificam que o ambiente natural não está danificado, no entanto os pescadores e grandes sectores desta “zona de sacrifício”, baseados em dados científicos recolhidos, asseguram o contrário, o que se evidenciará no aumento das mortes nos próximos anos, mortes de exclusiva responsabilidade do governo que autorizou estas medidas, ignorando as exigências da população e pescadores artesanais. Este setor artesanal marginal teve de aceitar e ser compensado com uma quantia irrisória. Além disso, a empresa estende suas ofertas monetárias para libertar os municípios do fornecimento do elemento vital, de seus respectivos custos de água potável em troca de uma água dessalinizada, para os setores agrícolas que sofrem com uma longa estiagem. Por outro lado, a transnacional será compensada por esse gasto de curto prazo, considerado como um investimento de longo prazo. Todas essas medidas paliativas favorecem o investimento estrangeiro que tanto defende o decadente e corrupto governo.

O militante socialdemocrata Fernando Atria, ex-membro da Convenção Constitucional, representando a Frente Ampla, responde confiante ao entrevistador, diante das dúvidas deste último, que o fato dos eleitores rejeitarem em duas ocasiões não significaria que não o fizeram conscientemente? O Sr. Atria é categórico em responder que as pessoas votam de acordo com o partido ou coligação a que pertencem, porque a maioria das pessoas não entende, porque não lê as propostas que lhes são impostas. Esse senhor, representante do poder burguês, nem sequer se permite pensar na vida das maiorias miseráveis que habitam o país, que crescem a cada dia no mundo. O que a burguesia, seus atuais e futuros servidores veem com preocupação é que as necessidades prementes das massas estão aumentando e que junto com elas a urgência de acabar com suas dificuldades é sua prioridade, mas, não podem ser resolvidas por planos de governo e, objetivamente, as soluções possíveis não conseguem se concretizar, mantendo os despossuídos em permanente choque diante de problemas graves e de longa data. A burguesia decadente e as instituições não podem resolver absolutamente nada, nem hoje nem amanhã, o que nos autoriza dizer que, após esta segunda rejeição da proposta burguesa, o governo começou a garantir dois caminhos: o primeiro com propostas, embora antigas e difíceis de resolver, que continuam sendo implementadas e, a que possivelmente desperta algum sopro de esperança em alguns iludidos, inclusive com a entrega de algum benefício pequeno e difuso que não resolverá seus problemas de fundo, uma pretensão que lhe causará mais do que algumas dores de cabeça. O segundo está em que se complementarão com as várias campanhas do governo em algumas regiões e com as ofertas de Natal.

A direita conservadora reacionária do piñerismo-kastiano manteve sua postura antioperária, antinacional e contra a proposta econômica do ministro Mario Marcel, do chamado “pacto fiscal”, que lhe permite aumentar os impostos sobre o alto patrimônio e a renda individual. Políticos da oposição, bem como políticos do governo, alguns francamente e outros tacitamente, se oporão a tal medida porque os afeta diretamente. Além disso, a oposição entrou com uma ação contra o ministro da Habitação, Carlos Montes, o ministério onde ocorreu a perda de recursos públicos, que por sinal são insignificantes, se comparados com os verdadeiros roubos da ala direita de Piñera, da Concertación, da Nueva Mayoría e de altos funcionários públicos de governos anteriores e atuais.

A imprensa internacional elogia as conquistas econômicas do Estado do Chile. A revista financeira *The Economist* destaca o Chile entre as 10 melhores economias do mundo, ocupando o 7º lugar, o melhor da América Latina, acima do México e da Colômbia em 18º e 22º lugares, respectivamente, com base no estudo econômico da OCDE. É evidente que tal estudo é baseado nos lucros das transnacionais. O Banco Central chileno acrescenta que o último relatório de Política Monetária acusa melhoria nas condições financeiras internacionais, “as perspectivas de crescimento global aumentaram”, comenta o instituto emissor. Contudo, a realidade econômica do país é bem diferente, o Banco Central do Chile fecha com um PIB de crescimento zero, e para 2024 projeta um crescimento de 2,25%. Esses relatos evidenciam a sujeição do país aos diferentes imperialismos ao longo de nossa existência, o espanhol, o britânico, o norte-americano, este último intensificou nos últimos 50 anos sua exploração, esmagando toda a nação, enchendo-a de fome e miséria, tendo como principais cúmplices os governos da ditadura militar e os governos da ditadura civil. Não podemos continuar suportando o crime que nos é imposto por esse sistema social corrupto e decadente. É preciso fortalecer a intervenção da classe operária, inimiga acérrima da burguesia e que conta com seus métodos de luta e seu programa revolucionário, que é acabar com a propriedade privada dos meios de produção, das máquinas, das empresas, da terra, do mar e de todas as riquezas naturais, que devem compor a propriedade social e não a privada daqueles que nunca derramaram uma gota de suor para obtê-la.

Por outro lado, os produtores dessas riquezas devem administrá-las e colocá-las a serviço de toda a humanidade, aproveitando o único e principal interesse de melhorar e fazer avançar a inteligência de toda a humanidade, dando um impulso a toda a inteligência humana que o sistema burguês despreza, levando ao extermínio de milhões de pessoas no mundo com guerras de ambição e poder de alguns poucos predadores. Exemplos claros disso é o que vemos hoje na Ucrânia e na Palestina. A barbárie à vista e convivência de todos os governos burgueses do mundo, que hipocritamente falam de direitos humanos, matando homens, mulheres e crianças de fome, e fisicamente por meio de guerras de rapina. Miseráveis guerras de extermínio como na Palestina, e na Ucrânia a guerra econômica do imperialismo e das oligarquias burocráticas estalinistas. Somente a revolução da ditadura proletária por fim à burguesia e às ditaduras burocráticas estalinistas, recriando as organizações de assembleias populares, cordões industriais de operários juntamente com os soldados e policiais, e terminará com os exércitos burgueses regulares e ambos os setores construindo a defesa da futura sociedade socialista, recriando o exército proletário em defesa da nova sociedade socialista e revolucionária, aquela que colocará todos os avanços científicos e técnicos a serviço da humanidade, para uma sociedade de homens livres. Acabar com os métodos burgueses de recriar “novos governos” como o de Gabriel Boric, ou o de Javier Milei na Argentina, sendo uma fraude a serviço do imperialismo, a restauração de um neofascismo no mundo como último recurso à falência da democracia e à defesa e manutenção do poder em um sistema ultrapassado, apodrecido pela corrupção, que deve ser destruído pela revolução proletária mundial.

25/12/23

*(Extraído do Jornal Luta Obrera, órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile)*